

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS
PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ESTUDOS
COMPARADOS SOBRE AS AMÉRICAS**

**DEMOCRACIA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO EM
PERSPECTIVA COMPARADA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado do Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, da Universidade de Brasília (CEPPAC-UnB).

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Rennó

Carolina Souza Barcellos Duarte

Brasília, 12 de março de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, acima de tudo, e a todos que me auxiliaram nessa trajetória, em especial ao Bruno, meu querido marido, por todo apoio, carinho, compreensão e revisão.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo compreender a relação existente entre democracia, desenvolvimento e desigualdade de renda. Mais especificamente, busca-se compreender se o desenvolvimento e a desigualdade afetam o apoio difuso à democracia. Elaborou-se uma análise em dois níveis de agregação utilizando as mesmas variáveis dependentes: *apoio a um líder forte*, *apoio a um governo militar* e *apoio a um regime democrático*. Na análise em nível agregado por país foram estudados quarenta e cinco países em anos distintos, totalizando sessenta e seis observações. Na análise em nível individual, o estudo se voltou para seis países latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. O instrumental estatístico empregado foi análise de regressão linear e regressão logística.

Os resultados apontam para uma relação positiva entre desenvolvimento e apoio difuso à democracia, ou seja, quanto maior o desenvolvimento, maior a probabilidade de apoio difuso à democracia. A desigualdade, entretanto, apresenta uma relação inversa, isto é, quanto maior a desigualdade, menor a probabilidade de apoio difuso à democracia. Destaca-se que os dados apontam para a existência de aspectos distintos do apoio difuso à democracia. Um deles estaria mais relacionado à rejeição ao autoritarismo e outro vinculado ao apoio à democracia. Essas duas facetas não atuam de forma coordenada. Em outras palavras, aumento no apoio difuso à democracia não gera uma proporcional diminuição na rejeição ao autoritarismo e vice-versa. Os dados demonstram haver maior relação entre desenvolvimento, igualdade e maior rejeição do autoritarismo do que com crescimento do apoio à democracia.

Palavras-chave: América Latina, Democracia, Apoio Difuso, Desigualdade, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The main objective of this work is to comprehend the relation between democracy, development, and inequality. It tries to understand if development and inequality affects the popular support for democracy. For this research was used two levels of analysis for the same group of dependent variables: support of a strong leader, support of a military government and support for a democratic regime. At the aggregated level analysis was studied forty five countries in different years, which summed sixty six observations. At the individual level analysis the research concentrated in six Latin American countries: Argentina, Brazil, Chile, Colombia, Mexico, and Uruguay. The statistic instrumental was linear and logistic regression.

The results points to a positive relation between development and popular support for democracy, in other words, if development gets bigger, the probability of popular support for democracy increases. Inequality, on the contrary, presents a inverse relation. If inequality increases, the probability of popular support for democracy decreases. Data points to two different aspects of popular support for democracy. One would be related to the rejection of an authoritarian government and the other linked to the support for democracy. These two aspects do not act in a synchronic way. Increases in the support for democracy do not generate equivalent decrease in the rejection of an authoritarian government and *vice-versa*. Data demonstrates that the relation between development and inequality is bigger when we refer to the rejection of an authoritarian government than to the support of democracy.

Keywords: Latin America, Democracy, Development, Inequality, Popular Support for Democracy.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Introdução | 6 |
| <hr/> | |
| 1. Democracia, Desenvolvimento e Desigualdade | 10 |
| <hr/> | |
| 1.1. Democracia e Valores Democráticos | 12 |
| 1.2. Desigualdade de Renda e Democracia | 15 |
| 1.3. Desenvolvimento e Democracia | 20 |
| <hr/> | |
| 2. Metodologia | 25 |
| <hr/> | |
| 2.1. Unidade de Análise | 27 |
| 2.2. Hipótese | 29 |
| 2.3. Fontes de Informação | 30 |
| 2.4. Especificação dos Modelos | 40 |
| 2.5. Especificação das Variáveis dos Modelos | 42 |
| 2.6. Considerações sobre o Instrumental Estatístico Aplicado | 46 |
| <hr/> | |
| 3. Análise em Nível Agregado | 51 |
| <hr/> | |
| 4. Análise em Nível Individual | 58 |
| <hr/> | |
| Considerações Finais | 89 |
| <hr/> | |
| Referências Bibliográficas | 96 |
| <hr/> | |

INTRODUÇÃO

A História contemporânea da América Latina é caracterizada pela instabilidade dos regimes democráticos. As ditaduras militares¹, que ocorreram em diversos países do continente, e os vários golpes de Estado empreendidos por civis² no último século são exemplos dos desafios para a consolidação da democracia na região. A conturbada história política do continente tornou os temas da redemocratização e consolidação democrática largamente estudados pelas Ciências Sociais, em especial, pela Ciência Política.

A experiência democrática recente nas sociedades latino-americanas é ainda insuficiente para evitar o temor de retrocessos no estado de direito (Reis & O'Donnell, 1988). Ainda mais quando a construção da democracia se dá em ambientes marcados pela perpetuação dos mecanismos de desigualdades atrelados a situações de pobreza e subdesenvolvimento.

Além disso, aspectos institucionais dessas novas democracias podem dificultar ainda mais o fortalecimento do regime democrático. Questões como a adoção desenfreada de Medidas Provisórias permite, no Brasil, que o Executivo sobreponha-se ao Legislativo, criando leis e alterando regras públicas de modo pouco condizente com o de uma democracia consolidada. Na Venezuela, em 2007, o presidente Hugo Chávez realizou um referendo popular para ampliar seus poderes políticos e possibilitar sua reeleição indefinidamente; recentemente, em 2009, o referendo foi novamente refeito e a reeleição aprovada. Ainda na Venezuela, em meado do mês de maio de 2008, aprovou-se uma nova legislação de segurança interna que amplia o poder dos serviços de Inteligência do país e pune cidadãos que não denunciarem "atos suspeitos" à polícia como cúmplices de eventuais crimes não delatados. Na Colômbia, desde o início de 2007, está se articulando uma frente parlamentar de situação para aprovar a possibilidade de um terceiro mandato consecutivo para a Presidência da República, em uma clara referência a situação política de Álvaro Uribe, que detém níveis de popularidade que variaram entre 70% e 90% nos últimos três anos.

¹ Argentina (1966-1983), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990), Paraguai (1954-1989), Uruguai (1973-1985), entre outros.

² Alberto Fujimori, Peru (1990-2000); Fidel Castro, Cuba (1959-dias atuais); Getúlio Vargas, Brasil (1930-1946); Juan Perón, Argentina (1946-1955); entre outros.

Essas questões mostram que mesmo sendo assegurado o direito de participação da população por meio do voto, algumas medidas, muitas vezes populares – como, por exemplo, a proposta de reeleição do presidente Álvaro Uribe – tendem a transformar as democracias latino-americanas em regimes diferentes. Elas não perdem o caráter eleitoral ou de participação, mas algumas das características liberais, de direitos constitucionais, peculiares à democracia podem ser negligenciadas. Essas democracias poderiam sofrer processos de erosão e, no limite, serem transformadas em democracias iliberais (Smith e Ziegler, 2007). Democracias iliberais são regimes que apresentam instituições e regras democráticas, tais como eleições, direitos de voto e participação política, porém não consegue assegurar direitos e garantias individuais de seus cidadãos de forma ampla (Smith e Ziegler, 2007).

O tema central dessa dissertação de mestrado é o teste da existência, ou não, de tendência a uma maior receptividade, por parte da população, de soluções pouco democráticas, ou mesmo iliberais, quando a democracia não é capaz de gerar desenvolvimento econômico e distribuição de renda em níveis esperados. Em outras palavras, procura-se investigar se a população aceitaria, dentro das regras democráticas, adoção de medidas que atentam contra o componente liberal da democracia se isso fosse percebido como uma solução para problemas de pouco crescimento econômico e desigualdade. Em síntese, questiona-se se o desenvolvimento econômico e a desigualdade afetam o apoio difuso à democracia. Nessa linha de pensamento, Moisés (1995) aponta para a frustração com relação à democracia sentida por parcelas da população latino-americana devido à morosidade e baixa velocidade de resposta para resolver problemas econômicos e a desigualdade de renda.

A convivência da democracia com crises econômicas recorrentes, fraco desempenho econômico e permanência de elevados índices de desigualdades pode ter minado o apoio difuso da população ao regime democrático. Isso geraria falta de interesse pela política e uma percepção de que algumas características da democracia não seriam importantes. Além disso, essa dinâmica estimularia uma busca, por parte da população, pela figura de um grande líder no Executivo e, até mesmo, uma distorção das especificidades de um regime democrático, permeando-o de características iliberais.

De forma mais específica, procurar-se-á identificar se há correlação entre altos índices de desigualdade de renda e baixos índices de desenvolvimento e o apoio a soluções não-democráticas na Americana Latina. Em síntese, serão analisados se o baixo desenvolvimento econômico e a desigualdade de renda influenciam negativamente o apoio difuso da população à democracia.

Procura-se compreender o problema da consolidação democrática na América Latina sob uma abordagem distinta daquela observada em grande parte da literatura. Apesar de existirem muitos estudos sobre desigualdade, desenvolvimento e consolidação democrática na América Latina, poucos se propõem a analisar a existência de correlação entre esses temas e seus impactos sobre a manutenção do estado de direito. Para tanto, será elaborada uma análise longitudinal na qual se observará a existência de associação estatística entre as variáveis indicativas de valores políticos da população e os diferentes índices de desenvolvimento e desigualdade de renda de quarenta e cinco países de diferentes regiões do planeta entre os anos de 1980 e 2006. Ressalta-se, contudo, que os países latino-americanos serão destacados para que suas características sejam mais bem analisadas. De modo geral, argumenta-se que o baixo desenvolvimento econômico acompanhado de altos índices de desigualdade de renda tem um impacto negativo no apoio difuso à democracia.

Ressalta-se que não há a pretensão de se estabelecer relações causais entre as variáveis, pois não há uma definição clara, nem por parte da literatura, nem por parte de estudos empíricos, de qual seria o sentido principal de uma relação causal envolvendo desigualdade, democracia e desenvolvimento. Há um debate extenso acerca de uma suposta relação causal entre regime político e desenvolvimento econômico e entre democracia e igualdade, mas, no entanto, a dissertação se propõe analisar a existência de correlação estatística entre desenvolvimento econômico (variável independente) influenciando apoio difuso à democracia (variável dependente) e entre desigualdade de renda (variável independente) influenciando a opinião a população sobre a democracia, e, por conseguinte, o apoio difuso à democracia (variável dependente), isto é, a configuração dos valores políticos dos cidadãos acerca do estado democrático.

Há duas hipóteses gerais a serem testadas e analisadas nesta dissertação. A primeira verifica a existência de correlação entre desenvolvimento econômico e apoio difuso da população à democracia. A segunda preconiza a análise da existência de correlação entre diminuição da desigualdade de renda em um país e o apoio difuso da sua população à democracia. Por apoio difuso à democracia compreende-se a importância que a população dá ao regime democrático independentemente do governo no poder. O apoio difuso será mensurado e estudado nesta dissertação por meio do apoio ou rejeição a formas autoritárias e democráticas de governo. O apoio difuso à democracia está vinculado aos valores contidos em uma democracia liberal.

A dissertação está dividida em seis partes, sendo a primeira esta introdução. O capítulo um apresentará o debate acadêmico acerca da relação entre desenvolvimento, desigualdade e apoio difuso à democracia. Para tanto, inicialmente será discutida a literatura acadêmica acerca da relação entre valores democráticos e consolidação democrática. Em seguida, será apresentado o debate sobre a correlação entre desigualdade e democracia. Aqui será debatido como relações de desigualdade podem afetar a democracia, ao permitirem o desenvolvimento de redes clientelistas, assimetria de informação e prejudicar o pleno exercício dos direitos políticos. Na última parte desse capítulo, será analisada como atrasos e índices precários de desenvolvimento podem afetar a democracia. No capítulo seguinte será apresentada a metodologia desenvolvida no trabalho para obtenção dos resultados descritos.

O capítulo três apresentará o resultado das análises dos testes estatísticos desenvolvidos para os quarenta e cinco países estudados tratando as variáveis em nível agregado. O capítulo quatro apresentará os resultados dos testes em nível individual para os seis países latino-americanos que fazem parte da amostra e seu conjunto. São eles: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Venezuela e Uruguai.

Por fim, a última seção apresentará as conclusões que podem ser tiradas do estudo desenvolvido. Serão apresentados também os limites dessas conclusões expostas e os novos questionamentos que surgem após as análises aqui desenvolvidas.

1. DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E DESIGUALDADE DE RENDA

Tendo em vista a grande instabilidade política da região, muito se discute acerca da consolidação das democracias na América Latina. Nesse debate vêm ganhando força os trabalhos que questionam a qualidade da democracia na região. Argumenta-se que a mera manutenção de regras democráticas para as decisões política não asseguram a proteção de direitos individuais comumente associados à democracia.

Na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), a democracia surge posteriormente ao liberalismo e à consolidação desse pensamento como forma mais adequada ao desenvolvimento da vida política e da construção da relação entre o Estado e os cidadãos. Nesse sentido, a democracia se apresenta como uma resposta política para a manutenção de liberdades individuais já conquistadas pelo constitucionalismo pré-existente. Desse modo, o que se habituou a denominar *democracia* é mais que uma forma de governo onde a população esteja apta a participar das decisões política. Em última instância, o que se definiu como democracia é na verdade uma democracia liberal (Plattner, 1998).

A história política da América Latina ilustra uma situação oposta. Os anos 1980, terreno sobre o qual as recentes democracias latino-americanas se estruturam, remontam um passado de supressão dos direitos individuais, redes clientelistas estabelecidas e existência de áreas onde o Estado é muito pouco efetivo (O'Donnell, 1993).

A década de 1980 marcou a América Latina de várias formas, uma das mais proeminentes, contudo, foi a queda de diversas ditaduras militares e ascensão da democracia. Essa transição de regimes ditatoriais para regimes democráticos não foi uniforme nos diversos países da região. Houve transições mais bruscas e violentas, a exemplo da Argentina, e transições mais pactuadas entre militares e civis, como no Brasil (Moisés & Albuquerque, 1989). Essa transição, entretanto, foi alicerçada sobre a estrutura e valores pré-existentes, pois não ocorreu uma mudança cultural com a simples falência do regime predecessor. A mudança de regime não trouxe consigo uma mentalidade liberal para a população dos países e para a estrutura de Estado dos países em questão.

Com o fim das ditaduras militares e da conseqüente supressão dos direitos individuais, muitos países latino-americanos passaram por reformas constitucionais e, até mesmo por constituintes, para estabelecer um novo marco jurídico a fim de garantir direitos civis e políticos a todos. Apesar dessa mudança legal, alguns vícios do modo de vida sem o estado de direito instituído permaneceram. A sociedade ainda estava acostumada a ter uma visão submissa em relação à autoridade estatal.

Essa estrutura permitiu a criação de democracias presidencialista em que o Executivo é sobrevalorizado e com um sistema de *accountability* pouco eficiente tanto por parte do próprio arcabouço estatal (representados pelos demais poderes) quanto por parte da prestação de contas à população que possui meios escassos para acompanhar a atuação dos representantes eleitos. As democracias representativas latino-americanas têm dificuldade de estabelecer e efetivar mecanismos de *accountability* vertical e horizontal (O'Donnell, 1998).

Ademais, as democracias latino-americanas são edificadas sobre alicerces de uma cultura de poder patrimonialista e personalista. Essa percepção de mundo não fora forjada durante as ditaduras existentes, na verdade ela é pré-existente aos anos de 1900, ela remonta a própria construção histórica da região. A cultura dos coronéis com grande autonomia de mando e autoridade local, herdada desde a colonização portuguesa e espanhola, faz com que as relações de dominação tradicionais não sejam estranhas à América Latina. Há uma convivência, até certo ponto harmônica, entre aspectos legais e institucionais da democracia e entre relações tradicionais de autoridade (O'Donnell, 2003).

Há uma apropriação indevida do que é público por parte dos representantes. As políticas públicas, os serviços estatais e, até mesmo, a segurança (por meio da polícia) são apropriados por políticos de modo a serem oferecidos aos cidadãos de forma discriminatória, segundo relações pessoais que os indivíduos cultivam com o representante local, seus partidários ou cabos eleitorais. Nesse sentido, aqueles que estão inseridos nessa rede clientelista de apoio e suporte mútuo são atendidos enquanto às demais pessoas ficam a mercê. Auyero (2001) apresenta o modo como as redes clientelistas na Argentina passam a ser um instrumento simultaneamente de conquista de bens e serviços públicos pela população e um mecanismo de centralização do poder nas mãos de cabos eleitorais e políticos locais.

A essa característica soma-se, novamente, a concepção de um Executivo forte (O'Donnell, 1991). Os presidentes, governadores e prefeitos (ou *alcades*) personificam a autoridade estatal e utilizam o poder a eles instituído pelo cargo público para auxiliar sua manutenção na vida política. Essa dinâmica patrimonialista acrescida da submissão à autoridade estatal permite ao Executivo, em especial ao presidente, propor alterações legais para aprovar medidas que contrariem a manutenção de um estado de direito democrático.

Na América Latina a democracia existe como um método de aplicação de regras de escolha de representantes políticos, mas não necessariamente como um procedimento para assegurar que o Estado não infrinja direitos individuais inalienáveis. O componente liberal da democracia – compreendido aqui como o conjunto de direitos a serem assegurados aos cidadãos – não parece ser colocado em primeiro plano para as democracias da região, a exemplo disso, tem-se as diversas tentativas recentes de Venezuela, Bolívia e Equador de promulgar lei e instaurar constituintes para favorecer os grupos atualmente no poder.

Sobre essa base permeada de valores iliberais – tais como clientelismo, patrimonialismo e predominância do Executivo sobre os demais poderes – as recentes democracias latino-americanas são instauradas. Desse modo, questiona-se em que medida desapontamentos referentes ao crescimento econômico deficiente ou a altas taxas de desigualdade não poderiam suprimir o apoio difuso da população à democracia.

Nesse sentido, é importante compreender melhor como os valores democráticos, a desigualdade e o desenvolvimento podem afetar o apoio difuso à democracia. Com base nisso, subdividiu-se esse capítulo em três partes, cada qual dedicada à discussão dos três fatores supracitados.

1.1. DEMOCRACIA E VALORES DEMOCRÁTICO

As novas democracias, inclusive grande parte dos países da América Latina, desenvolveram-se de forma muito mais apegada à institucionalização dos instrumentos típicos de um regime democrático do que ao estabelecimento de algum modelo de diminuição das desigualdades ou da criação de uma cultura política mais liberal. Devido ao elevado grau de

desigualdade da região, com o processo de democratização essa realidade tornou-se ainda mais perceptível para a população. Essa percepção fez com que a euforia oriunda dos primeiros anos de democracia desse lugar a certo desapontamento com o regime democrático (Moisés, 1995).

Segundo O'Donnell (1998), no processo de transição dos regimes democráticos na América Latina a primeira mudança que ocorre é institucional. Isso significa que primeiramente há uma alteração nas regras do processo de tomada de decisão política; são adotadas instituições democráticas sobre as estruturas políticas pré-existentes. Essa primeira transição, se não for acompanhada de mudanças democráticas nas atitudes, valores e modos de atuação da relação cidadão e Estado, torna-se incompleta. Não há garantias de que um determinado país que passe pela primeira transição – mudança institucional – conclua o processo de transição democrática. O'Donnell (1998) argumenta que essa situação de transição democrática incompleta pode se perdurar, abrindo espaço para a manutenção de estruturas clientelistas e de bolsões de baixa inserção do estado de direito.

Aliado a esses fatores, Moisés (1995) também aponta a frustração que parcelas significativas da população sentem a respeito dos regimes democráticos devido à morosidade em apresentar resultados substantivos no que tange a melhoria de vida da população, tanto em termos de maior desenvolvimento humano, quanto na diminuição das desigualdades. Moreno (2005) aponta para a expectativa dos mexicanos de que a democracia traria melhoria nas condições de vida e para os possíveis desapontamentos que a frustração dessas expectativas pode trazer.

A tradição iniciada por Almond e Verba (1963) supõe que a estabilização de um regime democrático está subordinada à existência de um conjunto de valores políticos favoráveis à democracia. Para esses autores, entretanto, essa cultura política existiria independentemente do funcionamento da democracia ou de demais fatores de curto prazo. Em outras palavras, os valores democráticos ou antidemocráticos de uma população eram tomados como variáveis independentes na explicação da estabilidade institucional.

Alguns autores, como Carole Pateman (1992), questionaram, entretanto, se não seria a vivência democrática e a participação que induziriam o cidadão a se envolver mais nos assuntos políticos e, desse modo, cultivar valores mais democráticos. Essa discussão inverteu a ordem das relações propostas por Almond e Verba, além de retirar qualquer caráter determinista que poderia ser inferido do trabalho dos autores. Essa argumentação abriu espaço para a idéia de que valores democráticos não são inatos a uma determinada cultura, e que eles podem ser fortalecidos ou enfraquecidos por meio da experiência democrática de cada povo.

Moisés (1995) ressalta que a simples inversão dessa relação causal ainda não é capaz de apreender todas as nuances que fazem parte das análises existentes entre instituições políticas democráticas e o fomento de valores democráticos. O autor destaca que, na ausência de instituições democrática adequadas, é difícil o florescimento de práticas e atitudes democráticas entre os cidadãos. Em contrapartida, se essas mesmas instituições não são capazes de se impor para a totalidade da população, elas se deterioram e perdem sua razão de ser. Pode-se inferir que a adoção de valores democráticos não possibilita por si só a implementação de um regime democrático, mas sua consolidação está sujeita ao maior enraizamento de tais valores na vida da população. Como destaca Castro (1998), a manutenção da democracia pode ser mais bem articulada quando a população compartilha valores de tolerância para com os demais.

Esses valores democráticos estariam vinculados à idéia de apoio difuso dos cidadãos à democracia. Por apoio difuso compreende-se o suporte que a população dá à existência de um regime democrático independentemente do apoio dado ao governo que ocupa o poder (Easton, 1975 e Lipset, 1981). O apoio difuso está ligado ao suporte que os cidadãos dão ao regime, enquanto o apoio específico diz respeito ao suporte do governo, governantes e das políticas que são implementadas pelo grupo que ocupa o poder. Argumenta-se que, quanto mais consolidada está uma democracia, maior é o apoio difuso que o regime recebe, independente da satisfação pessoal que cada cidadão possui acerca do partido governante.

Em síntese, questiona-se se o sentimento de desilusão e frustração, descrito por Moisés, que a população sentiria em relação à democracia, por sua ineficiência em solucionar problemas como a desigualdade de renda e o baixo desenvolvimento econômico poderia

funcionar como entrave ao estabelecimento de valores democráticos na população latino-americana.

1.2. DESIGUALDADE DE RENDA E DEMOCRACIA

A América Latina é conhecida por deter níveis de desigualdade de renda com médias superiores às demais regiões do planeta (Berry 1998, Cardoso & Helwege 1992, O'Donnell & Tokman 1998, Hoffman & Centeno 2003, Portes & Hoffman 2003, Skidmore, 2004). O alto índice de desigualdade existente no continente não se restringe apenas à renda, mas engloba também gênero, raça e etnia. Os mecanismos de manutenção dessa desigualdade, herdados da estrutura colonial e mantidos por estruturas culturais, sociais, políticas e econômicas desses países, passou a ser fonte de estudos de diversos pensadores.

Entre os autores que se dedicam ao estudo das desigualdades perenes e da dinâmica social que perpetua a desigualdade no tempo, destaca-se Charles Tilly (1999). Em suas análises, o autor afirma que as estruturas de diferenciação respondem a padrões dicotômicos³. Cada um desses pares representa uma instância de desigualdade, e quanto mais estruturas de desigualdade se sobrepõem às já existentes em um indivíduo, ou grupo, mais a desigualdade tende a perdurar. Isso porque cada nível de desigualdade existente representa uma redução no acesso a recursos, e, quanto menor o acesso a recursos, mais excluído esse indivíduo será na sociedade e menor será sua chance de escapar das amarras da desigualdade. Desse modo, Tilly (1999) afirma que algumas estruturas de desigualdades são mais resistentes a mudanças, justamente porque englobariam exclusão social em vários níveis, sobrepondo diversos fatores de exclusão – por exemplo: mulher, negra, analfabeta. Apesar de Tilly (1999) questionar o porquê da manutenção de estruturas de desigualdade no tempo, ele não propõe explicitamente, no trabalho em questão, soluções para o problema latino-americano. Seu questionamento é geral e procura compreender a desigualdade em seu âmago, sem analisar casos específicos.

³ O autor argumenta que a desigualdade opera por meio de estruturas em que uma das partes é a negação da segunda, por exemplo: homem/mulher, rico/pobre, branco/não-branco, patrão/empregado, alfabetizado/analfabeto etc.

A argumentação de Tilly (1999) recai sobre a grande perenidade das estruturas de desigualdade. O autor, contudo, não entra no debate de como essas desigualdades poderiam ser minimizadas. Bendix (1996), ao discorrer sobre o processo de construção da cidadania, argumenta que com a expansão dos direitos civis e políticos, proporcionados pela democracia, as desigualdades seriam superadas. Com a igualdade política que a democracia traz, a parcela da população excluída teria como reivindicar melhorias para si. Nesse mesmo sentido, outras teorias (Sen, 2000) apresentam o papel benéfico que um regime democrático exerceria no questionamento dessas diferenças, o que favoreceria mudanças positivas relacionadas ao desenvolvimento econômico e à diminuição das desigualdades.

Ao contrário do esperado pelos defensores dessas correntes, alguns países latino-americanos, apesar de desfrutarem de regimes democráticos a mais de vinte anos, não experimentaram diminuição das diferenças de renda. Ademais, a manutenção do direito à participação da população não assegurou a manutenção do estado democrático de direito ao longo do tempo na América Latina. Até que ponto, a manutenção de estruturas de desigualdade não prejudicariam a manutenção do estado de direito e, conseqüentemente, a consolidação da democracia.

A democracia enquanto poliarquia pode ser compreendida como um regime político que atingiu níveis máximos de inclusão política e de contestação pública (Dahl, 1997). Em outras palavras, as poliarquias são regimes em que a ampla maioria da população está apta a participar do processo político e eleitoral e que existe liberdade o suficiente para que uma oposição ao governo instituído possa propor reformas e efetivamente chegar ao poder. Além disso, uma poliarquia deve possuir instituições para garantir eleições livres e idôneas e para assegurar os direitos e liberdades dos cidadãos.

Teoricamente, a definição de democracia apresentada por Dahl (1997) permite que uma poliarquia consolidada possa conviver com altos índices de desigualdade econômica, desde que essa exclusão de acesso não seja transposta para a arena política. Em outras palavras, pode ser considerada como poliárquico um país que possui altos índices de desigualdade de renda se esta não impedir legalmente grupos excluídos de exercerem os mesmos direitos políticos de que desfrutam estratos sociais mais elevados. Mantendo-se

intacto o direito de voto, de associar-se, de ser eleito e a liberdade de expressão para a população adulta, altos índices de desigualdade não descaracterizariam a existência da poliarquia.

Apesar de talvez não comprometer sua existência teórica, muito provavelmente sua qualidade poderia ser afetada. Dahl afirma que poliarquias são regimes em que a inclusão e a liberalização atingem patamares máximos. Entretanto, mesmo que não haja restrições legais em um determinado país que impossibilitem a inclusão e a liberalização, algumas restrições de acesso impostas pela desigualdade poderiam afetar esses pilares. O caráter cumulativo da desigualdade se reflete negativamente na democracia, pois pode prejudicar, por exemplo, o acesso a fontes de informações.

Uma população com altas taxas de analfabetismo tem dificuldade de universalizar o acesso a fontes alternativas de informação. Acesso à informação é bastante dispendioso, pois envolve capacidade de acesso à educação e a redes de informação, bem como tempo livre para cultivar vínculos sociais capazes de manter o fluxo de informação e para ler jornais, ouvir o rádio ou acessar a internet. Em países com altas taxas de desigualdade, mesmo existindo fontes alternativas de informação, estas não são capazes de atingir uma grande parcela da população. Essa situação pode ser exemplificada por diversos trabalhos que relatam situações de quase monopólio da informação por alguns canais televisivos na América Latina e seu papel na formação de opinião pública (Boas, 2005).

Vários autores na literatura também expõem como a restrição de acesso à informação pode ser prejudicial à saúde de uma democracia, como, por exemplo, Auyero (2000), Gay (1994) e Fox (1997). A assimetria informacional, tanto da atuação dos políticos eleitos, quanto do próprio funcionamento da democracia, possibilita a formação de redes clientelistas que fazem com que uma poliarquia passe a ser um regime mais próximo de uma *oligarquia competitiva*⁴, visto que, apesar da população ter direito ao voto de forma universalizada, a

⁴ Segundo Dahl (1997), os regimes poderiam ser basicamente de quatro tipos. *Hegemonias fechadas* seriam regimes com pouca ou nenhuma liberalização, ou seja, sem espaço para contestação pública, e sem inclusividade, isto é, com pouca ou nenhuma participação popular. *Oligarquias competitivas* seriam aqueles regimes em que apesar de haver contestação pública (uma oposição lutando pelo poder), haveria uma baixa inclusão da população no processo decisório. *Hegemonias inclusivas* seriam os regimes que apesar de haver participação, não haveria contestação pública, isto é, não haveria uma oposição clara ao grupo no poder. Por fim, as *poliarquias* seriam regimes com altos índices de liberalização e inclusão.

restrição do acesso à informação prejudica a participação esperada em uma democracia, mesmo que se restringisse à apenas o voto.

Por fim, restrições de acesso a bens materiais elementares como alimentação e saúde podem reprimir e prejudicar tanto a participação por meio do voto e a liberdade de expressão, quanto o acesso à informação. De forma mais específica, a cumulação das desigualdades prejudica o funcionamento da democracia em sua plenitude. Quando uma pessoa tem dificuldade de suprir suas necessidades fisiológicas básicas, sua disposição para buscar informação política fica debilitada, o que prejudica sua capacidade de participação. Além disso, ao ser privado de bens de necessidade básica como comida, água e remédios, o indivíduo se tornaria mais vulnerável a pressões externas, especialmente de políticos influentes, afetando a liberdade de sua participação política.

Vários autores (pode-se citar, Farmer, 1999, Lovell, 2000 e Fajnzylber, Lederman e Loayza, 2002), seguindo a lógica da sobreposição de estruturas de exclusão apresentada por Tilly, demonstram que grupos desfavorecidos tendem a sofrer mais com doenças, subnutrição, desemprego, violência e outros males. Esse tipo de restrição de acesso prejudica a qualidade da participação, pois o acesso a fontes alternativas de informação fica restrito e a liberdade de expressão, de voto e de associar-se podem ser afetadas por pressões externas – provenientes de políticos e cabos eleitorais – que assinalem para a solução das carências sofridas, abrindo-se espaço para a formação de redes clientelistas. Como apresenta Amartya Sen (2000), quando as pessoas são privadas de direitos como boa alimentação, saúde, segurança, emprego etc., elas não podem exercer seus direitos políticos em sua plenitude, pois suas carências acabam por restringir a liberdade dos indivíduos.

Apesar de em uma primeira instância uma visão instrumentalista de democracia parecer bastante compatível teoricamente com a existência de desigualdades profundas, uma análise mais cuidadosa mostra que, apesar de muitas vezes a desigualdade não representar uma restrição de acesso legal à participação política, ela prejudica o exercício pleno de

condições mínimas para categorizar um regime como democrático, tais como: direito a fontes alternativas de informação; direito de voto; e liberdade de expressão.

Mesmo para correntes com visões bastante restritas de democracia, desigualdades profundas comprometem a funcionalidade do sistema. Isso porque elas afetam o acesso à informação e a própria liberdade de voto e de participação. Por restringir um bem social, a desigualdade poderia acabar estabelecendo categorias distintas de cidadãos, os que exercem integralmente seus direitos políticos, com acesso a fontes alternativas de informação⁵, plena liberdade de expressão e de votar sem ser coagido por necessidades básicas como alimento, saúde ou segurança; e aquele que são impossibilitados de atuar de forma politicamente livre como os demais. Esses problemas se apresentam como entraves à consolidação democrática (Reis & O'Donnell, 1988). A desigualdade profunda causa impacto direto, e negativo, na qualidade de uma democracia. Em outras palavras, a exclusão afeta a própria capacidade de o regime funcionar de forma completa para toda a população, e não para apenas uma parcela dos cidadãos. Ademais, essa supressão de direitos pode permitir que governos executivos e legislativos eleitos consigam aprovar regras que, mesmo seguindo a normatização democrática para sua aprovação, atentam contra o estado democrático de direito (Zakaria, 1997).

A manutenção de estruturas de desigualdade prejudica a qualidade de uma democracia, entretanto não se sabe se esse problema apenas cria uma democracia raquítica ou se gera conseqüências mais profundas como a falência do próprio regime em sociedades muito desiguais. Em outras palavras, desigualdades perenes poderiam prejudicar a consolidação democrática, fazendo com que formas pouco democráticas fossem preferíveis pela população. Essa ainda é uma questão em aberto, pois mesmo sabendo que a desigualdade influencia fatores como acesso a fontes alternativas de informação, a participação política igualitária e aos benefícios oriundo da democracia, até que ponto esses fatores prejudicariam o apoio difuso à democracia.

Outro problema ainda a ser investigado, diz respeito a como as desigualdades profundas prejudicam a democracia, visto que, parcelas excluídas são alijadas do pleno

⁵ Não está sendo afirmado nesse trabalho que o acesso a fontes alternativas de informação eliminam o problema da assimetria informacional.

atendimento de suas demandas. Qual seria, de fato, a capacidade de a democracia solucionar, por si só, questões ligadas à desigualdade, visto que muitas vezes setores excluídos também ficam alheios ao processo democrático? Além das desigualdades trazerem prejuízos pessoais para aqueles que sofrem as mazelas da situação de exclusão, seus efeitos têm reflexos na sociedade mais ampla quando prejudicam o funcionamento pleno da democracia.

1.3. DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

Além do problema da desigualdade, as democracias latino-americanas enfrentam o problema do baixo desenvolvimento econômico. Depois dos fracassos econômicos das ditaduras latino-americanas, na década de oitenta, e da Queda do Muro de Berlim, ganhou força a corrente que prega que o desenvolvimento só pode ser alcançado com a ampliação dos direitos e liberdades civis. Para os pensadores desse grupo, a ausência de democracia prejudica o desenvolvimento econômico de um país emergente. Entre os autores que podem figurar nesse rol, cita-se: Amartya Sen (2000), Diamond, Linz e Lipset (1989).

O argumento central focado por esses estudiosos é que o estado de direito criado pela democracia aumenta a previsibilidade dos fatos, o que diminui o ambiente de incertezas e aumenta a sensação de segurança, fatores necessários para atrair investimentos ao país e ampliar a atividade econômica (Sen, 2000 e Diamond, Linz e Lipset 1989). A estabilidade política e jurídica criada pela democracia, com suas regras preestabelecidas sobre o funcionamento do estado, impedem mudanças abruptas no direito de propriedade e na quebra unilateral de contratos. Como em um regime autoritário não há o estabelecimento claro e amplamente divulgado do funcionamento do Estado, este poderia alterar políticas e leis de modo rápido e livre, gerando insegurança para os investidores de forma geral. Isso, por sua vez, inibiria investimentos, o que poderia gerar estagnação econômica.

A segurança jurídica propiciada pela democracia garantiria que contratos seriam cumpridos, asseguraria o direito de propriedade, limitaria a atuação do Executivo e permitiria a cidadãos e empresas acionarem judicialmente o Estado quando este atuasse além de seus

limites ou em contrário às leis. Essa segurança incentivaria o empresariado a fazer investimentos no país de curto e longo prazo, desejáveis para a consolidação econômica.

Além de benefícios para o empresariado, as instituições democráticas trazem melhorias econômicas também para a população em geral. A liberdade de associação permite que trabalhadores se unam a movimentos sindicais e lutem por melhores salários e condições de trabalho. Por sua vez, um estado de direito instituído regulamenta profissões e garante que um empregado não sofrerá sanções do Estado por estar no exercício da sua função. Ademais, há a garantia de que os frutos advindos do seu trabalho não poderão ser alienados sem que um processo legal ocorra (Sen, 2000). Toda essa dinâmica estimularia pessoas a procurarem trabalho, o que, aliado a outros fatores de influência, aumentaria o nível de emprego.

Sob a alegação de que a manutenção da estrutura democrática seria muito onerosa para países pobres, esses pensadores contra-argumentam afirmando que esse suposto aumento de custos do Estado seria balanceado por menos corrupção e mais investimentos no país. Além disso, as políticas públicas empregadas teriam maior probabilidade de serem eficientes, pois estariam sempre sendo analisadas e criticadas pela oposição.

Essa relação entre desenvolvimento e democracia seria, contudo, simbiótica. De forma mais específica, ao mesmo tempo em que a democracia influenciaria positivamente o desenvolvimento, este teria um papel positivo na consolidação da democracia. Como Lipset (1989) destaca, aspectos ligados à escolaridade e urbanização induzem o apoio à democracia.

Apesar de a academia ter apresentado vários argumentos favoráveis e contrários à democracia como fomentadora do desenvolvimento, empiricamente não há comprovação acerca do impacto decisivo de um determinado regime político para que o desenvolvimento econômico seja alcançado. Ao que tudo indica a maior barreira para que países em desenvolvimento alcancem a plenitude econômica não parece estar atrelada à questão do tipo de regime político adotado. Nessa linha, diversos estudos ainda buscam verificar o papel da democracia nesse quesito, entre os quais se pode citar Bollen & Jackman (1985), Muller (1988) e Przeworski *et Alli* (1993 e 2000).

Ao analisar a argumentação de que um país pobre, em um regime democrático, não conseguiria articular investimento econômico e atendimento às demandas sociais, Przeworski *et alli* (2000) não observaram, entre nações de desenvolvimento semelhante e com regimes políticos opostos, diferenças significativas no gasto em políticas econômicas. Para países democráticos e autoritários com renda *per capita* similar, não foram observadas diferenças expressivas de gastos do governo com infra-estrutura básica ou políticas desenvolvimentistas.

A diferença entre a concessão de direitos e liberdades individuais inerentes aos regimes democrático e autoritário não foram fundamentais para definir a alocação e o montante de investimento que o Executivo disponibilizaria para políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento. Observando a crítica de que em regimes autoritários a ausência de um Estado de Direito instituído inibiria o investimento privado, Przeworski *et alli* (2000) também não encontraram flutuações expressivas na comparação entre países de renda *per capita* semelhante e regimes políticos distintos. De fato, a principal justificativa para disparidade no nível de investimento entre as nações não estaria relacionada ao tipo de regime político que um determinado país adota, e sim no montante de renda que ele já teria disponível para investir. Em outras palavras, países ricos apresentam um volume de investimento maior, favorecendo a manutenção de uma economia dinâmica, ao passo que países pobres têm um volume de investimento baixo, independentemente do tipo de regime, dificultando a saída da estagnação.

Destaca-se também o papel do desenvolvimento econômico na consolidação de regimes democráticos e os impactos para a solidificação da democracia quando o projeto de desenvolvimento se frustra. Conforme observado na pesquisa realizada por Przeworski *et Alli* (2000), quanto mais desenvolvido um país democrático se torna, maiores são as chances que o regime tem de se perpetuar. No entanto, fica aberta a análise do papel da estagnação econômica como elemento desestabilizador de um país democrático pobre.

Ressalta-se que Scott Mainwaring, Daniel Brinks e Aníbal Pérez-Liñán (2001) criticam a forma de classificação de regime dicotômica adotada pelo estudo de Przeworski *et alli* (2000) por não retratar adequadamente a realidade, especialmente em se tratando da América Latina. Para esses autores, uma análise dicotômica do problema da democracia, em que está é

compreendida pelos aspectos instrumentais e legais, poderia permitir que regimes não-democráticos de fato fossem classificados como democráticos. Nesse sentido, os autores propõem que uma classificação tricotômica (democracia, semi-democracia e autoritarismo) seria mais adequada para compreender a realidade latino-americana. Por essa perspectiva, talvez a ausência de correlação entre regime político e desenvolvimento apresentada por Przeworski *et alli* (2000) pudesse ser revista. Nesse sentido, democracias iliberais poderiam ser classificadas como semi-democracias o que permitiria uma análise mais profunda sobre o tema.

Apesar de a academia ter apresentado vários argumentos favoráveis e contrários à democracia como fomentadora do desenvolvimento, empiricamente não há comprovação acerca do impacto decisivo de um determinado regime político para alcançar o desenvolvimento. Não são descartadas aqui repercussões positivas que um estado de direito instituído proporciona à vida das pessoas. Em um regime democrático, os indivíduos desfrutam de liberdades e garantias que asseguram maior qualidade de vida do que se vivessem sob uma ditadura.

Uma crítica feita à literatura que discute desenvolvimento, deve-se ao fato de que, ao centrar-se na questão do crescimento econômico, muitas vezes ignora outros problemas, como a desigualdade de renda. Bollen e Jackman (1985), Muller (1988) e outros apresentam estudos que procuram verificar a existência de correlação entre um regime democrático e a diminuição de desigualdades de renda. Há a percepção de que países em que a democracia está consolidada tenderiam a apresentar índices de desigualdade de renda menores do que em novas democracias ou em países autoritários. Não há, contudo, estudos conclusivos que possam assegurar que um regime democrático, por si só, seria capaz de atenuar desigualdades de renda.

Dependendo do perfil de concentração de riqueza de um país, as benesses provenientes do desenvolvimento econômico podem não ser acessíveis a todos os estratos da população. As desigualdades existentes não seriam superadas pelo simples crescimento da renda. Além disso, questões como acesso à educação, saúde, vacinas e alimentação, não

diretamente ligadas à discussão sobre nível de renda, não poderiam ser dissociadas do arcabouço do desenvolvimento econômico.

Tendo em vista o fato de não haver comprovação entre a correlação de um determinado tipo de regime político e o desenvolvimento econômico, questiona-se se poderia haver, então, correlação entre desenvolvimento econômico, desigualdade de renda e a consolidação democrática. Nesse sentido, pretende-se estudar os efeitos (positivos e negativos) que o desenvolvimento econômico (ou sua ausência) e a igualdade de renda (ou a desigualdade) têm sobre o apoio difuso de uma população à democracia.

A hipótese central a ser trabalhada nessa dissertação procura esclarecer se há correlação entre desigualdade de renda e desenvolvimento e apoio difuso à democracia. Essa hipótese pode ser inferida da literatura por meio das leituras que buscam compreender o que traz apoio difuso à democracia. Nesse sentido, a presente dissertação tem por objetivo contribuir para o debate do tema apresentando uma análise de dados quantitativos para testar a hipótese de que o apoio difuso à democracia é influenciado pela desigualdade e pelo desenvolvimento econômico.

2. METODOLOGIA

O saber científico pode ser alcançado por diversos métodos. Cada qual possui vantagens e desvantagens. O que define a escolha por um método em particular em detrimento dos demais é o objeto a ser estudado, a pergunta de pesquisa e o objetivo que o pesquisador almeja com seu trabalho. Podem-se destacar quatro métodos amplamente utilizados nas Ciências Sociais, a saber: método experimental, estatístico, comparativo e estudo de caso.

Para a abordagem do tema proposto, optou-se pela utilização do método estatístico e comparativo. O método estatístico é usualmente aplicado quando se pretende analisar relações de associação, correlação e até mesmo relações causais entre as variáveis independentes e dependentes. Normalmente consiste em análises de dados de grandes populações, mas pode ser aplicado em populações pequenas, com prejuízo para o grau de inferência e generalização das relações estatísticas encontradas (Babbie, 1999).

Pela impossibilidade do estabelecimento de um grupo de controle aos moldes do modelo experimental, no método estatístico o controle é feito por meio da inserção de variáveis de controle no desenho de pesquisa e por meio da manipulação matemática dos dados. Quando aplicado a grandes populações, o ideal é que a seleção de casos seja feita de forma aleatória, pois isso garante que a amostra não terá viés que possa prejudicar o resultado da pesquisa (Babbie, 1999). Assim como no modelo experimental, o método estatístico consegue identificar e evitar vieses por meio de sua própria estrutura interna. Esse fato, contudo, não exime o pesquisador do cuidado na elaboração do desenho de pesquisa, especialmente com a seleção de casos e definição das variáveis a serem observadas. Para tanto, optou-se por fazer uma descrição detalhada dos casos e variáveis utilizadas para, desse modo, permitir tanto a reprodução da pesquisa quanto a boa compreensão, por parte da academia, de todo o instrumental técnico aplicado.

Entre as principais vantagens do método estatístico pode-se destacar a possibilidade de se fazer generalizações e de estudar grandes populações com a observação de uma amostra. Destaca-se também que o estudo pode ser repetido por outros pesquisadores sem grande impedimento. Como desvantagem pode-se destacar que o estudo em pequenas

populações pede cuidado redobrado na seleção de casos, pois uma amostra descuidada pode trazer vieses. Nesses casos, recomenda-se que toda a população seja pesquisada ou que os casos sejam selecionados com base na teoria.

Tendo em vista que o trabalho busca compreender melhor o caso latino-americano, também será utilizado o método comparado. O método comparado pode ser utilizado tanto para teste de hipóteses e busca de relações causais como para análises descritivas. No método comparado o pesquisador escolhe com base na teoria e hipóteses iniciais os casos a serem observado e tece suas análises por meio da comparação estruturada dos casos. Esse método pode ser aplicado para populações grandes ou pequenas, mas é frequentemente utilizado para análises com poucos casos (Peters, 1998).

A maneira como a comparação será executada passa necessariamente pela seleção de casos definida pelo pesquisador. Normalmente, além do embasamento teórico, os casos são selecionados por conterem semelhanças e diferenças em variáveis-chave que desejam ser estudadas (Peters, 1998). O método da concordância busca casos em que todas as variáveis são diferentes, com exceção de uma delas, cujas características são compartilhadas pelo grupo selecionado para observação. Contrariamente, o método da diferença busca casos em que as variáveis são semelhantes para todo o grupo, exceto por uma.

Peters (1998) destaca dois modos de seleção de casos: *most similar systems design* (MSSD) e *most different systems design* (MDSD). No MSSD a seleção de casos é intencional, buscam-se casos que permitam manter constante o maior número possível de variáveis, com o objetivo de analisar variáveis que são distintas para os casos escolhidos. No MDSD, a escolha dos casos se dá com base nas variáveis que se deseja estudar, e não tanto nos casos em si; no MDSD, há uma tendência de que o número de casos seja maior.

O método comparado permite o estudo tanto de um grande número quanto de um número muito pequeno de casos. As principais vantagens estão na possibilidade de se testar hipóteses e de se elaborar uma análise descritiva rica. A grande fragilidade do método encontra-se na seleção de casos que, por ser intencional, pode muitas vezes comprometer o resultados da pesquisa (Peters, 1998). Para tanto, essa seleção deve ser fortemente fundamentada na teoria e bem explicada na metodologia, de modo a permitir aos demais pesquisadores uma correta compreensão de como os casos foram selecionados.

O controle sobre causas espúrias é feito com base na seleção de casos, no momento em que se buscam variáveis semelhantes ou diferentes entre os casos observados; esse seria, então, mais um motivo para rigorosidade no processo de seleção de casos. Outro ponto de fragilidade do método comparado é que seu desenho de pesquisa não permite estender suas conclusões para toda a população, ou seja, há um comprometimento da generalização.

Para a realização dos testes de hipóteses apresentados nessa dissertação optou-se pela utilização de dois níveis de análises distintos. O capítulo metodológico está dividido em seis subitens. O primeiro especifica as duas unidades de análise desenvolvidas na dissertação. Nas seções subseqüentes as explicações metodológicas serão divididas conforme a unidade de análise empregada.

1.1. Unidade de Análise

Para desenvolvimento do estudo proposto nesta dissertação os dados serão analisados em dois níveis distintos. No primeiro, em **nível agregado**, a **unidade de análise é o país em um determinado ano (país-ano)**. Para tanto, os dados referentes aos hábitos políticos dos indivíduos serão transformados em índices por país e ano. Além da utilização desses índices para as análises, também serão utilizados dados agregados referentes à renda, desigualdade, desenvolvimento e do interesse por política de seus cidadãos. Nessa análise serão estudados quarenta e cinco países em diferentes anos. Os dados são estruturados em um formato de painel totalizando, desse modo, 66 observações⁶.

Após essas análises, a dissertação se debruçará de forma mais intensa sobre as questões latino-americanas. Para tanto será desenvolvido um estudo em **nível individual** – cuja **unidade de análise é o indivíduo** – pesquisando cada um dos países latino-americanos que compõem a base de dados do World Values Survey (WVS) para a quinta onda de aplicação do *survey*, cujo ano de referência é 2005. Esses países são: Argentina, Brasil, Chile,

⁶ Lista completa dos países que compõe a base de dados em nível agregado dessa dissertação: Albânia (2002), Argentina (1999), Armênia (1997), Austrália (1995 e 2005), Bangladesh (1996 e 2002), Belarus (1996), Brazil (1997 e 2006), Bulgaria (1997 e 2006), Chile (1996 e 2000), China (2001), Colombia (1997, 1998 e 2005), Cyprus (2006), Czech Republic (1998), Dominican Republic (1996), El Salvador (1999), Estonia (1996), Finland (1996 e 2005), France (2006), Germany (1997 e 2006), Guatemala (2005), Hungary (1998), Italy (2005), Japan (1995), Latvia (1996), Lithuania (1997), Malaysia (2006), Mexico (1996, 2000 e 2005), Netherlands (2006), New Zealand (1998 e 2004), Norway (1996), Peru (2001), Philippines (2001), Poland (2005), Romania (1998 e 2005), Russian Federation (1995 e 2006), Slovenia (1995 e 2005), South Africa (1996 e 2001), Spain (1995 e 2000), Sweden (1996 e 2006), Turkey (2001), Uganda (2001), Ukraine (1996 e 2006), United States (1995, 1999 e 2006), Uruguay (1996 e 2006) e Venezuela (2000).

Colômbia, México e Uruguai. As mesmas variáveis dependentes do estudo em nível agregado serão re-analisadas sob a ótica de um conjunto um pouco mais amplo de variáveis independentes, incluindo: gênero, idade, escolaridade e emprego.

A opção por uma análise em dois níveis torna-se importante para o estudo de um tema complexo como o proposto. A limitada quantidade de 66 casos (quarenta e cinco países estudados em diversas ondas) tornaria frágil a análise estatística apenas em nível agregado, sem a observação do nível individual. A fonte de dados utilizada para a análise estatística, o *World Values Survey*, é coletada em nível individual; a simples transposição desses dados para o nível nacional utilizando uma média poderia recair sobre o problema da falácia ecológica apontada por Seligson (2002). Contudo, propõe-se a estruturação da dissertação de modo que o debate em nível agregado possa ser reavaliado por meio da análise em nível individual. Essa estrutura de trabalho possibilita uma visão da problemática proposta em níveis distintos, aumentando a capacidade explicativa da pesquisa (King, Keohane & Verba, 1994).

Seligson (2002, pág. 5) ressalta “(...) *it is vitally important to verify the macro-level findings with micro-level analysis whenever such data are available, as they are in the case of the Inglehart data sets [WVS]. If the macro-level associations are not supported at the micro-level, the burden of the argument to explain these discrepancies falls directly on the shoulders of the researcher who is making the macro-level claims.*”

O receio apontado por Seligson (2002) recai sobre a prerrogativa de que dados coletados em nível individual nem sempre são representativos da população quando agregados no país. Nesse sentido, optou-se por fazer uma contraposição entre os dois níveis de análises apresentados nessa dissertação de modo a tornar os resultados expostos mais confiáveis.

Para o estudo cuja unidade de análise seja o indivíduo será utilizado apenas o banco de dados do *World Values Survey*, desse modo mantêm-se as características originais de comparabilidade dos dados e de conhecimento do erro amostral a que se está exposto, visto que a amostra é probabilística. Desse modo, pretende-se compreender melhor a maneira como os países latino-americanos relacionam o apoio à democracia às variáveis independentes estudadas.

É fundamental a clareza na identificação da existência de dois tipos de unidades de análises para a compreensão da estrutura metodológica do trabalho. Para tanto, as explicações referentes à especificação do modelo, estruturação do banco de dados etc está vinculado aos níveis de análises empregados. Em outras palavras, haverá uma especificação do modelo concernente à análise individual e outro à análise país-ano. Essa estrutura se manterá ao longo de toda a dissertação.

2.2. Hipótese

A hipótese central da dissertação é que questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e à desigualdade tenham reflexos sobre o apoio difuso da população à democracia.

A literatura preconiza que outros fatores além dos estudados na dissertação referentes à vivência política poderiam ter reflexos na formação do apoio difuso. Para não perder essa importante nuance da formação do apoio difuso à democracia optou-se por compreender no modelo algumas variáveis como, *interesse em política*, *fontes de informação*, *participação em associações* e *participação em ações políticas*. Nesse sentido, como hipóteses paralelas tem-se o interesse em política, acesso a diversas fontes de informação, participação em associações e em ações políticas deixariam as pessoas mais favoráveis à existência de um regime democrático.

2.2.1. Hipótese para análise em nível agregado

Mantendo a mesma hipótese central, para o nível agregado, busca-se a identificação da existência de correlação entre medidas agregadas de desenvolvimento econômico e desigualdade e o apoio difuso à democracia.

2.2.2. Hipótese para análise em nível individual

A hipótese central é a mesma para toda a dissertação, ou seja, diminuição da desigualdade e melhoria no crescimento econômico teria um reflexo positivo na formação do apoio difuso à democracia. Em outras palavras, quanto melhor a qualidade de vida do indivíduo

mais ele tenderia a nutrir valores democráticos. Na análise em nível individual, busca-se a investigação da existência de correlação entre variáveis socioeconômicas e o apoio difuso à democracia.

2.3. Fontes de Informação

2.3.1. Bases de Dados Secundários

Para a formação da base de dados da dissertação foram utilizados dados secundários provenientes de quatro bases distintas: *World Values Survey*, *World Economic Outlook Database*, *Human Development Report 2006* e *World Income Inequality Database*.

O *World Values Survey* (WVS) é um projeto de pesquisa sobre valores políticos e culturais da população aplicado, atualmente, em mais de oitenta países. Coordenado e presidido pelo prof. Ronald Inglehart, o WVS tem por objetivo identificar os principais valores de cada sociedade, analisar as mudanças que podem ser observadas no tempo e verificar qual o direcionamento dessas mudanças. No Brasil, o WVS é coordenado pelo prof. Henrique Carlos de Oliveira Castro. A pesquisa explora valores como participação política, valores democráticos, relações de gênero, tolerância, preocupações materiais, ecológicas entre outras. Destaca-se que cada *survey* dispõem de uma bateria de mais de duzentas perguntas com objetivo de explorar diferentes nuances que os valores culturais e políticos podem ter nas diversas sociedades estudadas.

Apesar de o banco de dados do WVS não ter sido desenvolvido com o objetivo de verificar as hipóteses proposta por essa dissertação, algumas características da pesquisa permitem sua utilização como dados secundários. Primeiro, o banco de dados relaciona perguntas que permitem estudar valores democráticos da população que, segundo a literatura, teriam influência no processo de consolidação democrática. Como o presente trabalho tem por objetivo estudar a correlação entre desenvolvimento econômico, desigualdade de renda e valores de apoio difuso à democracia, a existência de perguntas no *survey* que permitem a análise desses valores é fundamental para realização de teste de hipóteses.

Outra importante razão para a escolha do WVS refere-se ao fato de as amostras dos *surveys* aplicados nos diversos países serem probabilísticas, o que permite ao pesquisador

fazer inferências conhecendo o erro amostral a que está exposto. Além disso, as diferentes ondas do WVS são realizadas com base em um mesmo questionário⁷, isso torna os *survey* comparáveis entre si no tempo e entre os demais países pesquisados.

O WVS possui em seu banco de dados informações sobre mais de oitenta países pesquisados em cinco ondas distintas com *surveys* aplicados entre os anos de 1981 e 2006. Para elaboração da base de dados agregada dessa dissertação foram utilizados todos os países da base desde que possuam, para o ano de aplicação do *survey*, dados correspondentes ao seu crescimento *per capita* do PIB, IDH e Índice de GINI – o que resultou em um conjunto de quarenta e cinco países e sessenta e seis observações.

O *World Economic Outlook Database* (WEOD) – desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – é uma ampla base de dados que contém informações sobre Produto Interno Bruto (PIB), inflação, paridade do poder de compra (PPP) entre outras informações concernentes à macroeconomia de mais de 170 países. Esses dados são comparáveis entre si.

O *Human Development Report 2006* – elaborado pelo Pnud/UN – apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de diversos países para os anos de 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004. Segundo as notas metodológicas apresentadas pela publicação esses índices são comparáveis entre si para todos os países e anos.

O *World Income Inequality Database* (WIID) – produzido pelo World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER) – possui uma ampla gama de informações sobre o Índice de Gini de mais de 180 países. Essa base de dados é composta por diversos estudos que trazem o cálculo do Gini. Como as pesquisas que alimentam o WIID são realizadas por pesquisadores distintos, a própria UNU-WIDER atesta a qualidade de cada estudo diferenciando-os em quatro graus distintos de qualidade conforme a metodologia apresentada.

⁷ É possível que *surveys* de alguns países acrescentem perguntas que possam responder pontos específicos da sociedade local, entretanto, há um núcleo de perguntas que é rigorosamente o mesmo para todos os países em todas as ondas.

Para o estudo no nível individual utilizou-se apenas dados provenientes do WVS. Para o estudo em nível agregado foram utilizados dados oriundos dos quatro bancos de dados supracitados.

2.3.2. Base de Dado da Dissertação

2.3.2.1. Base de Dados da Dissertação: Nível Agregado

Do conjunto de dados disponíveis no WVS, para a análise do apoio difuso à democracia optou-se pelas variáveis: *apoio a um líder executivo forte*, *apoio a um governo militar* e *apoio a um sistema político democrático*⁸. Essas variáveis possuem quatro atributos⁹ cada, sendo dois deles relacionados à concordância (apoio ao líder forte, ao governo militar ou ao regime democrático) e dois relacionados à discordância (rechaço ao líder forte, ao governo militar ou ao regime democrático), variando apenas em grau de intensidade.

Como o objetivo proposto na dissertação refere-se à análise do apoio difuso da população optou-se por recodificar as variáveis supracitadas de modo que as repostas que denotassem apoio ao governo em questionamento recebessem valor 1 e as repostas contrárias valor 0 (zero).

Tendo em vista que algumas das variáveis independentes (IDH, GINI e taxa de crescimento *per capita* do PIB, por exemplo) estão relacionadas aos países dos entrevistados e as variáveis dependentes são opiniões emitidas pelos cidadãos, alguns ajustes se fazem necessários. Para a elaboração da base de dados agregados da dissertação, elegeu-se como unidade de análise o país-ano. As variáveis de apoio difuso foram reformuladas de modo que cada país passou a possuir duas variáveis para cada um dos três quesitos citados – total de seis variáveis. Por exemplo, a variável referente ao apoio a um líder forte (código *e114*) transformou-se na variável *apóia líder forte* (código *e114aut*) e *rejeita líder forte* (código *e114dem*) cada uma dessas novas variáveis contém a contagem do total de pessoas que

⁸ No questionário do WVS essas três variáveis são obtidas por meio da pergunta: “Vou descrever alguns tipos de sistemas político e gostaria de saber o que o(a) Sr.(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? *Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.* (...) *Ter um governo militar.* *Ter um sistema político democrático.*”

⁹ Para a quinta onda de aplicação do WVS, nos questionários do México as três variáveis estudadas possuíam cinco atributos cada sendo dois deles relacionados positivamente (*muito bom* e *bom*), dois relacionados negativamente (*ruim* e *muito ruim*) e um neutro (*nem bom, nem mal*). A frequência dessas variáveis mostrou que as pessoas que haviam respondido a opção neutra não eram representativas (com o peso ligado) na distribuição de respostas da variável. Por esse motivo, optou-se por considerar esses casos como *missing*.

responderam positiva ou negativamente à pergunta, conforme o caso. O somatório das variáveis criadas é igual ao total de respondentes da variável que deu origem excluindo-se os *missing*.

Em seguida foi calculado o percentual de respostas positivas da população, ou seja, o percentual de respostas de *apoio a um líder forte*, a um *governo militar* e a um *regime democrático*. Esse percentual de apoio será a variável dependente utilizada.

Além de fornecer as variáveis dependentes utilizadas na realização dos testes de hipóteses da dissertação, o WVS agregará ao modelo uma outra variável independente, *interesse em política*. Inicialmente pensou-se na utilização, na base de dados agregada o mesmo conjunto de variáveis utilizadas na base individual, entretanto, o grande número de *missings* inviabilizou esse projeto. Achou-se, contudo, que seria interessante manter, pelo menos a variável *interesse em política* no modelo.

As variáveis do WVS são todas questionadas em nível individual, portanto, para a análise em nível agregado tornam-se necessários ajustes para que elas possam ser representativas dos países. Desse modo, elaborou-se um índice para a variável *interesse em política*.

Originalmente, a variável *interesse por política*¹⁰ questiona ao entrevistado qual seu grau de interesse por política, este deve responder com base em uma escala de quatro valores. O índice referente à variável *interesse por política* foi elaborado de modo cada um dos pontos da escala recebeu um peso distinto conforme a intensidade do interesse por política declarado pelo entrevistado. Desse modo, cada pessoa que respondeu que tem *muito interesse* em política recebeu peso 3 (três). Aqueles que responderam *um pouco interessado* receberam peso 2 (dois). Os que responderam *não muito interessado* receberam 1 (um) e aqueles que disseram *não sou interessado* receberam peso zero. Em seguida, somaram-se os valores referentes ao mesmo país e ano e dividiu-se esse valor pelo total de respostas, obtendo-se a média.

Em síntese, o índice é a média aritmética das respostas referentes ao país para o ano de aplicação do *survey*. Desse modo, no banco de dados agregados da dissertação a variável

¹⁰ No questionário do WVS a pergunta que dá origem à variável é a seguinte: "Em que medida o(a) Sr(a) se interessa por política? O(A) Sr.(a) é: *muito interessado, um pouco interessado, não muito interessado* ou *não sou interessado*."

interesse em política tornou-se uma variável numérica que varia de zero a três, onde os valores mais altos indicariam países em que as pessoas respondem mais positivamente quando questionadas sobre seu interesse em política.

Como um dos principais objetivos da dissertação é compreender melhor a situação latino-americana; decidiu-se criar uma variável que identificasse os países latino-americanos. Com base na variável *país*, criou-se uma variável dicotômica com o objetivo destacar da amostra os países latino-americanos (*dummy_pais_latino*). Desse modo, é possível, mesmo com a análise em nível agregado, identificar se existem distinções entre o comportamento dos países latino-americanos e dos demais países estudados.

Apesar de o WVS estar dividido em ondas, o ano de aplicação do *survey* não é necessariamente o mesmo para todos os países em um mesmo levantamento. Entretanto, a base contempla o ano em que os questionários foram aplicados. Desse modo, por meio dessa variável é possível colocar os dados exatos do crescimento *per capita* do PIB de cada país referente ao ano estudado. O IDH e o Índice de Gini não possuem mensuração anual, por esse motivo, quando não houver coincidência entre o ano de aplicação do *survey* e os indicadores, serão realizados ajustes explicados ao longo desse capítulo metodológico. Destaca-se que os países em cujo ano não havia dados sobre o crescimento *per capita* do PIB foram retirados da base.

Devido à natureza do estudo elaborado, verificou-se a necessidade da utilização de uma medida do PIB que pudesse ser comparada entre os diversos países estudados e que não sofresse os efeitos da inflação ao longo os anos ao ponto de comprometer a pesquisa, visto que a amostra do estudo em nível agregado compreende os anos de 1981 a 2006. Por esses motivos, a medida utilizada deveria ser deflacionada, ou seja, estar a preços constantes. No banco de dados do WEOD, as medidas do PIB a preços constantes são apresentadas apenas na moeda nacional de cada um dos países, o que, por sua vez prejudica a comparação. Como o banco de dados apresenta um deflator, poder-se-ia utilizar o PIB a preços correntes medidos em US\$ e fazer os cálculos de inflação para tornar as medidas comparáveis entre si. Apesar de essa ser uma solução amplamente aceita, verificou-se que a medida era extremamente sensível a variações na taxa de câmbio. Esse fator poderia enviesar a real percepção do

crescimento do país – característica que efetivamente pretende-se mensurar no modelo estudado. Para evitar uma possível correlação espúria oriunda dos reflexos que a taxa de câmbio poderia trazer para o PIB a preços constantes mensurado em US\$, decidiu-se descartar essa variável do modelo.

As notas metodológicas do WEOB sugeriam aos pesquisadores que desejassem realizar pesquisas comparativas entre diferentes países a elaboração da taxa de crescimento do PIB.

A taxa de crescimento do PIB é uma medida robusta do crescimento econômico de um país, pois, além de não ser sensível a flutuações cambiais mensura o quanto determinado país cresceu de um ano para o outro. Apesar disso, se essa taxa não for mensurada em termos *per capita* países pequenos, mesmo que tenham uma economia forte, podem ser subdimensionados. Por essas razões, optou-se pela utilização do PIB *per capita* a preços constantes, em moeda nacional, para o cálculo da taxa de crescimento do PIB.

$$\text{Taxa de crescimento } per \text{ capita do PIB}_{ano\ x} = \Delta\% \left(\frac{\text{PIB } per \text{ capita a preços constantes em moeda nacional}_{ano\ x}}{\text{PIB } per \text{ capita a preços constantes em moeda nacional}_{ano\ x-1}} \right)$$

Desse modo, calculou-se a taxa de crescimento *per capita* do PIB para cada país e ano fornecido pelo WEOD. Para a montagem do banco de dados agregados da dissertação, verificou-se no WVS o ano de aplicação de cada *survey* em cada um dos países pesquisados e atribuiu-se o correspondente valor da taxa de crescimento *per capita* do PIB. Os países que não possuíam taxa de crescimento correspondente para o ano em questão, foram retirados da base. Desse modo, a variável *taxa de crescimento per capita do PIB* não possui *missing*.

Por sua vez, as informações sobre o IDH tomaram como base a pesquisa do *Human Development Report 2006* que tem o valor desse índice calculado para diversos países nos anos de 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004. Uma vez que esses anos não necessariamente coincidem com os anos de realização do WVS, para a inclusão do IDH na base de dados da dissertação, em alguns casos foi necessário proceder a uma aproximação por meio da *onda* de aplicação do WVS.

O WVS está dividido em cinco ondas que tem como base os anos de 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005, respectivamente. Desse modo, os dados do IDH apresentados pelo

Pnud/UN referentes aos anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004 ficaram vinculados às ondas 1, 2, 3, 4 e 5 respectivamente. Se, mesmo assim, ainda houvesse países cuja onda de aplicação do WVS não tivesse um IDH calculado, esses países-ano foram inteiramente retirados da base, desse modo, a variável *IDH* da base de dados agregados da dissertação não possui *missing*.

Finalmente, procedeu-se a inclusão do Índice de Gini na base de dados agregados da dissertação. O WIID não apresenta cálculo do Índice de GINI todos os países em todos os anos que compreende o estudo, além disso, pode apresentar mais de um resultado para o mesmo país e ano (realizado por pesquisadores ou institutos de pesquisa distintos). Para o aproveitamento desses dados para a construção da base de dados da dissertação, primeiramente verificou-se quais registros na WIID possuíam apenas um caso/ano por país, nessas situações imputou-se o Índice de Gini correspondente para o país e ano da base do WVS.

Para os casos em que para um mesmo país e ano havia mais de uma informação sobre o Gini, optou-se, primeiramente, pelo Gini que fosse atestado com a melhor qualidade e que possuísse total cobertura do país e população em questão segundo as informações disponibilizadas pelo UNU-WIDER. Se ainda assim houvesse coincidência entre Ginis diferentes para mesmo país e ano decidiu-se tirar a média aritmética dos índices. Devido à abrangência geográfica do estudo proposto por esse artigo, não havia na base do WIID um mesmo estudo ou grupo de pesquisadores desenvolvessem o cálculo do Gini para os países e anos correspondentes ao WVS. Por isso, decidiu-se proceder do modo relatado.

Para os casos em que não havia um Gini na base do WIID correspondente ao país e ano do WVS, optou-se por seguir a mesma metodologia aplicada ao IDH, utilizando o Gini referente à onda do WVS. Nesse sentido, para manter o paralelismo com o IDH, estabeleceu-se que para as ondas 1, 2, 3, 4 e 5 seriam utilizados os anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2004, respectivamente. Se mesmo após esses ajustes ainda permaneceram *surveys* do WVS que não poderiam ser associados a algum Gini, optou-se por retirar da base do WVS o *survey* em questão. Desse modo, a variável *Gini* do banco de dados da dissertação não possui *missing*.

A base de dados em nível agregado dessa dissertação é composta por 66 observações e pelas seguintes variáveis: *país*, *ano*, *onda*, *Taxa de Crescimento per capita do PIB*, *IDH*,

Índice de Gini, porcentagem de apoio à líder forte, porcentagem de apoio a governo militar, porcentagem de apoio à democracia, interesse em política e dummy_país_latino. A unidade de análise é o país em cada ano. Ressalta-se na base só restaram os *surveys* do WVS cujos dados da *taxa de crescimento per capita do PIB*, o *IDH* e o *Gini* possuísssem valores válidos. A base de dados da dissertação não possui a variável *peso*, pois os dados referentes à população já foram pesados antes de serem transportados para esse banco de dados.

2.3.2.2. Base de Dados da Dissertação: Nível Individual

Na base de dados em nível individual foram utilizadas apenas variáveis contidas na última onda do WVS – que tem como ano de referência 2005 – dos seis países Latino-Americanos pesquisados. Algumas variáveis utilizadas na análise agregada foram mantidas. Devido à unidade de análise da pesquisa e do WVS serem a mesma, – individual – menos ajustes foram necessários para a elaboração da base. As três variáveis dependentes – a saber: *apoio a um líder forte*, *apoio a um governo militar* e *apoio a um governo democrático* – serão recodificadas para que se tornem dicotômicas.

No questionário do WVS pergunta-se aos entrevistados: “Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o (a) Sr.(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? ‘Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições’; ‘Ter um governo militar’; e ‘Ter um sistema político democrático’.” Essas três variáveis possuem quatro atributos¹¹ cada. Dois deles relacionados à concordância (*ótimo* ou *bom*) e dois relacionados à discordância (*ruim* ou *péssimo*). Para tornar essas três variáveis dicotômicas, as repostas *ótimo* e *bom* foram unificadas e as categorias *ruim* e *péssimo* foram agregados.

Como o objetivo proposto na dissertação refere-se à análise do apoio difuso da população optou-se por recodificar as variáveis supracitadas de modo que as repostas que denotassem apoio à forma de governo questionada recebessem valor 1 e as repostas contrárias valor 0 (zero).

¹¹ Para a onda estudada, nos questionários do México essas variáveis possuíam cinco atributos cada sendo dois deles respondiam positivamente à pergunta (*muito bom* e *bom*), dois negativamente (*ruim* e *muito ruim*) e um neutro (*nem bom*, *nem mal*). A frequência dessas variáveis mostrou que as pessoas que haviam respondido a opção neutra não eram representativas (mesmo com o peso ligado) na distribuição de respostas da variável. Por esse motivo, optou-se por considerar esses casos como *missing*.

No estudo em nível individual, além da utilização da variável *interesse em política* utilizada no modelo agregado, acrescentou-se outras variáveis explicativas. Elas são: *idade, gênero, escolaridade, emprego/desemprego, fontes de informação, participação em associações e participação em ações políticas*.

Apesar da utilização das informações em nível individual, as variáveis *fontes de informação, participação em associações e participação em ações políticas* foram recodificadas para se adequar ao estudo. Para a criação da variável *fontes de informação*¹² do banco de dados individual fez-se a contagem das diversas fontes de informação utilizadas pelos entrevistados. Após esse procedimento obteve-se uma variável que poderia obter valores entre 0 (zero) e 7, sendo zero a pessoa que respondeu que não havia utilizado nenhuma fonte de informação citada pela pesquisa na semana anterior e sete aqueles que afirmaram terem utilizado na semana anterior todas as sete fontes de informação questionadas pelo WVS. Posteriormente, somou-se um à variável para que ela não obtivesse valor zero; desse modo, a variável *fontes de informação* poderia ter valores entre um (para aqueles que afirmaram que não utilizaram nenhum tipo de fonte de informação na semana anterior) e oito (para aqueles indivíduos que afirmaram terem utilizado todas as sete fontes de informação descritas pelo entrevistador).

Para a elaboração das variáveis *participação em associações*¹³ e *participação em ações políticas*¹⁴ procedeu-se de forma semelhante. Ambas apresentam três escalas de participação – para a variável *participação em associações*: *pertence e participa; pertence, mas não participa; e não pertence*; e para a variável *participação em ações políticas*: *já fez, nunca fez, mas faria; e nunca faria* – que serão levadas em consideração para a estruturação da variável. Será feita uma contagem de quantas respostas remetem à participação tanto em associações quanto em ações políticas. As respostas que se referem a uma participação efetivas – *pertence e participa* para o caso de associações e *já fez* para o caso de ações

¹² Essa variável é apresentada no WVS como sete variáveis distintas, cada uma referente à utilização de um meio de informação diferente, no caso *jornal diário, jornais de TV ou rádio, revistas, programas de TV ou rádio, livros, internet e e-mail, e conversas com amigos*.

¹³ Essa variável é apresentada no WVS como nove variáveis distintas, cada uma referente à participação em um tipo de associação diferente, no caso *igreja ou organização/grupo de religião; organização/associação esportiva ou recreativa; organização/associação artística, musical ou educacional; sindicato; partido político; organização/associação de meio ambiente; associação profissional; organização/associação humanitária ou de caridade, organização/associação de consumidores*.

¹⁴ Essa variável é apresentada no WVS como cinco variáveis distintas, cada uma referente à participação em um tipo de ação política diferente, no caso *assinar um abaixo-assinado; participar de boicotes e participar de manifestações pacíficas*.

políticas – receberam peso 2. As respostas que denotam um menor interesse na participação – *pertence, mas não participa* ou *nunca fez, mas faria* conforme o caso – receberão peso 1. Aqueles que afirmam não participar receberam peso zero.

Desse modo, a variável *participação em associações* pode assumir valores entre zero e 18, sendo zero aquelas pessoas que respondeu não pertence a nenhuma das organizações listadas no WVS e 18 aquele que afirmou que *pertence e participa* de todos os tipos de agremiações citados. Na mesma linha de raciocínio, a variável *participação em ações políticas* varia entre zero e seis, sendo zero o valor atribuído aos indivíduos que afirmaram que nunca fariam nenhum tipo de ação política descrita pelo WVS e seis para os que disseram que já haviam praticado os três tipos de ação política discriminados na pesquisa. Do mesmo modo que na variável *fonte de informação*, somou-se um para que os dados não obtivessem valor zero; assim, as variáveis *participa em associações* e *participa em ações políticas* passaram a ter, respectivamente, valores entre um e dezenove, e entre um e sete.

No WVS a variável *renda* merece algumas considerações. As pessoas não são questionadas quanto a sua renda familiar real, mas quanto a sua percepção com relação à renda das demais pessoas do país¹⁵ onde habita. Desse modo, dependendo das condições econômicas da região em que se vive e da observação pessoal da condição econômica da vizinhança a resposta pode refletir de forma mais, ou menos, precisa a realidade. Por esse razão, optou-se pela utilização da variável *emprego*¹⁶. A variável foi transformada em dicotômica de modo que as pessoas que responderam que estavam *desempregadas* receberam valor um e os demais receberam valor zero. Desse modo, foi possível separar aqueles que estavam em condição social de desempregado.

¹⁵ No questionário do WVS a variável *renda* é originária da seguinte pergunta: “Nesse cartão há uma escala de salários em que 1 indica “nível mais baixo de salários” e 10 significa “nível mais alto de salários” do Brasil. Gostaria de saber em qual nível a sua renda familiar está. Indique o número contando com o salário de toda a família.”

¹⁶ A variável *emprego* originalmente, no WVS, apresenta oito categorias, a saber: (1) empregado em tempo integral, (2) empregado por meio período, (3) autônomo, (4) aposentado, (5) dona de casa, (6) estudante, (7) desempregado e (8) outros. Para a elaboração da variável *emprego/desemprego* da dissertação optou-se por recodificar esta variável de modo que todos esses grupos se fundissem, com exceção dos *desempregados*.

2.4. Especificação dos modelos

Conforme enfatizado anteriormente, o estudo dos impactos da desigualdade de renda e do desenvolvimento econômico sobre o apoio difuso à democracia será realizada mediante duas formas de análise – uma agregada por país-ano e outra, em nível individual. Isso também se reflete nos modelos elaborados para mensuração desse impacto. Dessa forma, os fatores que integram os modelos variam dependendo da unidade de análise em questão.

Nesse sentido, na análise agregada por países serão avaliados três modelos. Esses três modelos compartilham as mesmas variáveis independentes ou explicativas, diferenciando-se apenas pela variável que se deseja explicar. Por sua vez, na análise em nível individual também serão apreciados três modelos. Da mesma forma que no caso anterior, esses três modelos partilham das mesmas variáveis explicativas, diferenciando-se apenas pela variável dependente.

É importante compreender que as três variáveis dependentes ou explicadas dos modelos construídos para a análise em nível individual são exatamente as mesmas variáveis a serem explicadas nos modelos elaborados para análise em nível agregado. A diferença entre a análise agregada e a individual está, portanto, no conjunto de variáveis explicativas, que difere dependendo da unidade de análise.

Em suma, as variáveis dependentes repetem-se nos modelos com dados em nível agregado e individual, pois em ambos os casos o que se deseja explicar é o apoio difuso à democracia. Já o rol das variáveis independentes elencadas para explicar o apoio difuso é diferente, pois no caso individual elas refletem atributos pessoais, e no caso agregado elas exprimem características da sociedade dos países em que vivem esses indivíduos.

Uma vez compreendidas as diferenças e as características gerais dos modelos das duas unidades de análise, torna-se necessário especificar os modelos elaborados para análise das informações em nível agregado e, em seguida, os modelos desenhados para exame dos dados em nível individual.

2.4.1 – Especificação dos modelos: análise em nível agregado

No estudo com dados agregados por país serão analisados três modelos. A utilização de três modelos deve-se à complexidade e à subjetividade do conceito de apoio difuso. Assim, as variáveis dependentes ou explicadas medem nuances diferentes de apoio difuso à democracia, e não necessariamente existe uma hierarquia de escala ou de importância entre elas.

As variáveis que se pretende explicar são: (i) *apoio a um líder forte*, (ii) *apoio a um governo militar*, e (iii) *apoio a um sistema democrático*. As duas primeiras procuram medir o apoio ou rejeição da população de um país a formas autoritárias de governo. A última, por sua vez, mede o suporte da população de cada país ao regime democrático, independentemente do governo da situação.

Para o mesmo nível de análise, serão elaborados modelos para cada uma dessas três variáveis a serem explicadas. Importante novamente ressaltar que as variáveis independentes dos modelos em um mesmo nível de análise são exatamente as mesmas, pois todos têm como base a análise a partir de dados agregados. O que os diferencia, portanto, é a variável que se deseja explicar.

Nesse sentido, a equação que resume os modelos elaborados para análise em nível agregado é:

$$Y_j = \beta_0 + \sum_{i=1}^5 \beta_i X_i$$

Onde o sub-índice j representa cada um dos três modelos e o sub-índice i representa cada uma das cinco variáveis explicativas, iguais em todos os modelos: (1) *crescimento per capita do PIB*; (2) *Índice de Gini*; (3) *IDH*; (4) *interesse em política*; (5) *dummy_país_latino*. Essas variáveis serão detalhadas mais adiante, na subseção que trata da especificação das variáveis.

2.4.2 – Especificação dos modelos: análise em nível individual

No estudo com dados em nível individual também serão analisados três modelos, cujas variáveis dependentes são exatamente as mesmas das dos modelos em nível agregado: (i) *apoio a um líder forte* e (ii) *apoio a um governo militar*, como medidas do suporte do indivíduo a regimes autoritários; e (iii) *apoio a um sistema democrático*, como forma de avaliar o apoio do indivíduo a governos democráticos¹⁷.

Para cada uma dessas três variáveis serão elaborados modelos que compartilham as mesmas variáveis explicativas, particulares à análise a partir de dados individuais. Nesse sentido, a equação que resume os modelos elaborados para análise em nível agregado é:

$$Y_j = \beta_0 + \sum_{i=1}^8 \beta_i X_i$$

Onde o sub-índice j representa cada um dos três modelos e o sub-índice i representa cada uma das oito variáveis explicativas, exatamente as mesmas em cada um dos quatro modelos de análise em nível individual: (1) *interesse em política*; (2) *fontes de informação*; (3) *participação em associações*; (4) *participação em associações políticas*; (5) *idade*; (6) *gênero*; (7) *escolaridade*; e (8) *emprego/desemprego*.

2.5. Especificação das Variáveis dos Modelos

2.5.1. Variáveis Dependentes

Para os dois níveis de análise as variáveis dependentes estudadas serão as mesmas; entretanto, elas possuem características diferentes. As variáveis dependentes dos modelos são: (1) *apoio a um líder forte*, (2) *apoio a um governo militar* e (3) *apoio a um governo democrático*.

Para análise em nível agregado:

- *Percentual de Apoio a um líder forte*: Essa variável verifica o percentual da população que em um determinado país e ano afirma achar positivo a

¹⁷ Da mesma forma que nos modelos para dados agregados, as variáveis a serem explicadas medem nuances diferentes de apoio difuso à democracia, e não necessariamente podem ser ordenadas por escala de importância.

existência de um sistema político no qual haja um líder político forte que não precise se preocupar com deputados, senadores ou eleições.

- *Percentual de Apoio a um governo militar*: Essa variável verifica o percentual da população que em um determinado país e ano afirma achar positivo a existência de um sistema político no qual haja um governo militar no poder.
- *Percentual de Apoio a um governo democrático*: Essa variável verifica o percentual da população que em um determinado país e ano afirma achar positivo a existência de um sistema político democrático.

Para análise em nível individual:

- *Apoio a um líder forte*: Essa variável mensura o posicionamento do indivíduo quanto à possível a existência de um sistema político no qual haja um líder político forte que não precise se preocupar com deputados, senadores ou eleições. Para aqueles que acham positivo essa forma de governo a variável adota valor *um*. Para aqueles que afirmam que essa forma de governo não é positiva, a variável adota valor *zero*. Essa é uma variável dicotômica.
- *Apoio a um governo militar*: Essa variável mensura o posicionamento do indivíduo quanto à possível a existência de um sistema político no qual haja um governo militar no poder. Para aqueles que acham positivo essa forma de governo a variável adota valor *um*. Para aqueles que afirmam que essa forma de governo não é positiva, a variável adota valor *zero*. Essa é uma variável dicotômica.
- *Apoio a um governo democrático*: Essa variável mensura o posicionamento do indivíduo quanto à possível a existência de um sistema político democrático. Para aqueles que acham positivo essa forma de governo a variável adota valor *um*. Para aqueles que afirmam que essa forma de governo não é positiva, a variável adota valor *zero*. Essa é uma variável dicotômica. Repostas que

denotem apoio à democracia recebem valor *um* e repostas contrárias, valor *zero*.

2.5.2. Especificação das Variáveis Independentes: Nível Agregado

- *Taxa de crescimento per capita do PIB*: Essa é uma variável numérica de mede o percentual de crescimento do PIB de um ano em referência ao ano anterior. Caso o PIB do país tenha diminuído, a variável adota valores negativos.
- *Índice de Gini*: Mensura a desigualdade de um país. Em uma distribuição totalmente igualitária, a relação entre o tamanho da população e a riqueza por ela apropriada obedece a uma proporção paritária. Em outras palavras, isso significa que um indivíduo apropria um valor da riqueza total no tamanho exato de sua representatividade na população, qualquer que seja sua posição na curva de distribuição. O *Índice de Gini* calcula o quanto à distribuição da renda de um país se distancia de uma distribuição igualitária.
- *IDH*: O IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando, para isso indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O IDH varia entre *zero* e *um*.
- *Interesse em política*: Essa variável mensura o interesse médio em política que a população de um país possui. Ela pode obter valores entre *zero* e *três*. Sendo, *zero* o menor grau de interesse e *três* o maior.
- *Dummy_país_latino*: Essa variável destaca da amostra os países latino-americanos dos demais. Os países latino-americanos receberam valor *um* e os demais países, *zero*.

2.5.3. Especificação das Variáveis Independentes: Nível Individual

- *Interesse em política*: Essa variável mensura o interesse em política que cada indivíduo de um país possui. Ela pode obter valores entre *um* e *quatro*. Sendo, *um* o menor grau de importância e *quatro* o maior.
- *Fontes de informação utilizadas*: Essa variável mensura a quantidade de fontes de informação utilizadas pelos entrevistados na semana anterior à entrevista. Esse número pode variar entre *um* e *oito*, sendo *um* o valor adotado para aqueles que afirmam não terem utilizado nenhuma fonte de informação.
- *Participação em associações*: Essa variável verifica participação em associações dos indivíduos de um país. A variável pode obter valores entre *um* e *dezenove*. Sendo *um* para aqueles indivíduos que afirmam que não participam de nenhuma em associações e *dezenove* para aqueles que pertencem e participam dos nove tipos de associações questionadas pelo WVS.
- *Participação em ações políticas*: Essa variável verifica participação em ações políticas dos indivíduos de um país. A variável pode obter valores entre *um* e *sete*. Sendo *um* para aqueles indivíduos que afirmam que nunca participariam de nenhum dos tipos de ação políticas descritos pelo WVS e *sete* para aqueles que já participaram dos três tipos de ação política questionadas.
- *Escolaridade*¹⁸: Questiona ao indivíduo qual o nível educacional mais alto que ele atingiu. Essa variável possui sete categorias distintas.
- *Emprego/Desemprego*: Variável dicotômica nas quais os *desempregados* recebem valor *um* e os demais, *zero*.
- *Idade*: Estabelece a idade do indivíduo.
- *Gênero*: Estabelece se o entrevistado é mulher ou homem. Homens receberam valor *um* e mulheres, valor *zero*.

¹⁸ No questionário do WVS a variável *escolaridade* é oriunda da seguinte pergunta: "Qual o nível educacional mais alto que o(a) Sr(a) atingiu? (1) *não frequentou a escola*, (2) *Ensino fundamental incompleto*, (3) *Ensino fundamental completo*, (4) *Ensino médio incompleto*, (5) *Ensino médio completo*, (6) *Ensino superior incompleto* e (7) *Ensino superior completo*"

2.6. Considerações sobre o instrumental estatístico aplicado

Na análise dos fatores que influenciam o apoio difuso à democracia, serão utilizadas técnicas de regressão linear e modelos de regressão logística. A utilização de uma ou outra técnica dependerá da natureza da variável dependente em questão. Assim, quando essa variável for binária, ou dicotômica¹⁹, será aplicado o modelo de regressão logística. Já quando a variável dependente for numérica²⁰, é mais apropriada a utilização do modelo de regressão linear.

Em relação aos dados agregados, serão aplicados modelos de regressão linear em todos os casos. Isso porque as variáveis dependentes desses modelos são todas numéricas. Não obstante o apoio a um *líder forte*, a um *governo militar* e a um *sistema democrático* serem variáveis binárias em nível individual, na análise agregada por país-ano o que se tem é o percentual da população que apóia um líder forte, um governo militar ou um sistema democrático. Por isso essas variáveis ganham um tom numérico.

Já na análise dos dados em nível individual, as variáveis *líder forte*, *governo militar* e *sistema democrático*, embora inicialmente categóricas, foram reduzidas a variáveis binárias, conforme já explicado anteriormente. Dessa forma, em virtude da natureza dessas variáveis, serão aplicadas técnicas de regressão logística na análise de seus modelos.

As técnicas de regressão linear e logística são bastante peculiares, especialmente a segunda. Enquanto na primeira a interpretação dos parâmetros estimados é bastante simples e direta, na segunda a interpretação dos coeficientes estimados é mais complexa, exigindo a adoção de procedimentos adicionais para análise de seus efeitos. Além disso, enquanto no modelo de regressão linear o R-quadrado (*R-square*) é uma boa medida da capacidade de predição do modelo, nos modelos de regressões logísticas essa informação é pouco útil. Assim, a capacidade explicativa dos modelos logísticos perpassa pela análise dos testes de

¹⁹ Variáveis binárias ou dicotômicas são variáveis em que somente há dois tipos de respostas possíveis: sim x não; zero x um; homem x mulher etc.

²⁰ Variáveis numéricas são variáveis contínuas que podem assumir infinitos valores, ainda que enumeráveis e/ou limitados por um intervalo fechado, e que possam ser hierarquizados em uma escala ordenada de valores. Ex: $x \in j / x \in [1:10]$.

significância global e individual de cada variável e pela observação do tamanho do impacto de cada variável sobre a variável explicada.

Haja vista essa maior complexidade convém ressaltar com mais ênfase as particularidades dos modelos logísticos, especialmente os modelos *probit*. As principais características da regressão linear e as diferenças de interpretação entre esses modelos também serão apresentadas ao longo da próxima subseção.

2.6.1 – Modelos de regressão logística (*probit*)

O modelo de regressão linear pressupõe que a variável dependente seja uma variável numérica ou escalar, cujos valores apresentem uma hierarquia de valores entre si. Por sua vez, os modelos *logit* ou *probit* foram desenhados para equações em que a variável dependente é uma *dummy*, uma variável binária que somente admite duas respostas. A natureza da variável dependente é o que define, portanto, qual modelo é mais apropriado.

Visto isso, convém ressaltar as principais diferenças entre esses modelos. A primeira delas é a análise da significância. Nesse sentido, a regressão linear conta com uma medida que permite avaliar a capacidade explicativa do modelo, o R-Quadrado (*R-square*). Em um modelo $Y = \beta X$, por exemplo, essa medida fornece, em porcentagem, a parcela da variação observada em Y que pode ser explicada pelo conjunto de variáveis x_i que compõem a matriz X (Gujarati, 2000)²¹.

Por sua vez, os modelos *logit* ou *probit* não tem uma medida geral de predicação de modelo. Nesse caso, a análise do R-Quadrado (*R-square*) torna-se menos relevante do que a análise da significância dos coeficientes estimados (Wooldrige 2002). Assim, além da significância global, que testa a hipótese nula geral do modelo, a significância dos parâmetros é comumente verificada a partir da comparação do teste *Wald Chi-Squares* com o *p-valor* do *qui-quadrado*, um procedimento que equivale à comparação do teste-*t* ou teste-*z* com o *p-valor* tabelado da distribuição normal nos modelos de regressão linear (Allison, 1999).

²¹ Ver Econometria Básica, Gujarati (2000)

Uma segunda diferença entre os dois tipos de modelos refere-se à interpretação dos coeficientes. Na regressão linear, a interpretação do parâmetro estimado é bastante direta. Nos modelos puros de regressão linear, o valor do coeficiente estimado é o próprio impacto médio (mudança) que ocorrerá na variável explicada quando a variável explicativa variar em uma unidade, tudo mais constante (*ceteris paribus*).

Já nos modelos *logit* ou *probit*, o parâmetro é uma medida do efeito da variável independente sobre a probabilidade de sucesso – ou seja, de uma resposta favorável – da variável dependente. A dificuldade é que a medição desse efeito não é tão direta, o que requer algumas novas aplicações, apresentadas a seguir.

2.6.2 – Cálculo dos efeitos médio e marginal em modelos *probit*

A análise dos efeitos médio e marginal são uma saída à dificuldade de interpretação direta dos coeficientes dos modelos *probit*²². O efeito marginal consiste em analisar as mudanças na probabilidade da variável dependente que decorrem de variações na variável independente, mantendo-se as demais variáveis fixas no valor médio da amostra ou universo (Powers & Xie, 2000).

A lógica do efeito marginal é bastante intuitiva. Suponha, por exemplo, uma equação matricial $Y = \beta X$. Após rodar uma regressão logística com modelo *probit*, o programa gera uma matriz $[\beta]$ com os coeficientes estimados para cada uma das variáveis independentes. Concomitantemente, o pesquisador deve calcular uma matriz com os valores médios das variáveis independentes \bar{X} da base de dados e, em seguida, a matriz $\bar{X}\beta$. Em seguida, utiliza-se esse resultado para alimentar a função que calcula a função densidade de probabilidade acumulada (FDA) do modelo, que medirá a probabilidade de sucesso de Y ocorrer, ou seja, $P(Y = 1)$. Em outras palavras, e lembrando que Y é uma variável dicotômica,

²² Os modelos *logit* e *probit* apresentam resultados qualitativamente similares. Esses modelos mantêm uma relação linear entre si, e o que os diferencia é que o modelo *probit* utiliza, por questões práticas, a função densidade de probabilidade acumulada normal (FDA). Portanto, a escolha entre modelos *probit* ou *logit* está, em grande medida, ligada à conveniência de funções computacionais que calculem automaticamente a FDA. Nesse particular, o modelo *probit* leva vantagem, pois utiliza a FDA normal, cuja função que calcula essa distribuição está disponível na maioria dos pacotes estatísticos. Por essa razão, todas as regressões logísticas desse estudo tomaram como base modelos *probit*.

a FDA calcula a probabilidade média de que ocorra o evento especificado como um caso favorável (Gujarati, 2000).

O valor dessa FDA com valores médios será importante no cálculo do efeito médio de x_i , como será visto mais adiante. Para o efeito marginal de x_i é importante compreender os passos necessários para o cálculo da FDA, conforme apresentado acima.

Nesse sentido, ao invés de se utilizar a matriz $\bar{X}\beta$ para calcular a FDA do modelo, simula-se um novo valor para x_i , por exemplo $x_i = x_1$. Esse novo valor de x_i é substituído na matriz acima, mantendo-se fixas as demais variáveis explicativas em seus valores médios. Com a nova matriz decorrente do novo valor $x_i = x_1$, calcula-se uma nova FDA, por exemplo a FDA_1 . Depois disso, aplica-se uma variação infinitesimal no valor $x_i = x_1$ simulado, obtendo-se uma segunda FDA – a FDA_2 , por exemplo. Assim, o efeito marginal de x_i no ponto $x_i = x_1$ será a variação relativa entre a FDA_1 e a FDA_2 .

O efeito marginal pode assim ser calculado para todos os valores de x_i no intervalo definido. Convém ressaltar que, nesse estudo, o intervalo de variação do x_i simulado não é aleatório. Optou-se por utilizar como limites extremos o valor mínimo e máximo de x_i observado na amostra ou universo dos dados. Assim, o efeito marginal de x_i pode ser calculado para todo x_i variando de seu valor mínimo a seu valor máximo.

O cálculo do efeito marginal é importante, pois se supõe que o efeito de x_i sobre Y não é fixo. Em outras palavras, o efeito de x_i sobre a $\text{Prob}(Y = 1)$ pode variar dependendo do valor de x_i – por exemplo, valores extremos de x_i podem ter impactos mais fortes ou fracos sobre a variável explicada²³.

Finalmente, pode-se pensar em um efeito médio da variável x_i sobre a $\text{Prob}(Y)$. Para isso, é necessário calcular a FDA a partir da matriz $\bar{X}\beta$. Depois, basta realizar uma variação

²³ Utilizando um exemplo simples e hipotético, porém intuitivo, pode-se supor que uma maior escolaridade aumenta as chances de o indivíduo obter um bom emprego. Adicionalmente, pode-se supor que quanto maior for essa escolaridade, maior ainda será a probabilidade de obter um bom emprego. Isso significa que o efeito marginal da escolaridade sobre a probabilidade de conseguir um bom emprego não é fixo, será maior quanto maior é a escolaridade do indivíduo.

infinitesimal no valor de \bar{x}_i e calcular uma nova FDA, mantendo fixas as demais variáveis em seus valores médios. O efeito médio da variável x_i será, então, a variação relativa entre as FDAs antes e após a variação infinitesimal do valor \bar{x}_i . Com esse procedimento, obtém-se o efeito médio da variável x_i sobre a $\text{Prob}(Y=1)$ quando se varia o valor da média \bar{x}_i infinitesimalmente. É o impacto que decorre de uma pequena alteração no valor médio daquela variável, sempre em relação a uma observação – país ou indivíduo, dependendo da unidade de análise – com características ou atributos próximos à média amostral ou do universo²⁴.

Tendo em vista explicações, será dado prosseguimento à análise dos resultados provenientes dos modelos de regressão desenvolvidos. Primeiramente, será desenvolvida a análise em nível agregado e posteriormente em nível individual.

²⁴ No exemplo hipotético supracitado, o efeito médio é o impacto que ocorreria sobre a probabilidade de se obter um bom emprego quando um indivíduo com características próximas à média da amostra ou universo melhorasse um pouco sua escolaridade.

3. ANÁLISE EM NÍVEL AGREGADO

Com o objetivo de observar se a desigualdade e o desenvolvimento econômico exerceriam influência sobre o apoio difuso à democracia elaborou-se três regressões lineares robustas distintas, uma para cada uma das três variáveis dependentes analisadas, a saber: *porcentagem de apoio a um governo militar*, *porcentagem de apoio a um líder forte* e *porcentagem de apoio a um governo democrático*.

Para não se perder o foco na América Latina, foi elaborado uma regressão linear comum com a variável *dummy_país_latino* para cada um dos três modelos. Os resultados demonstraram inexistência de significância estatística para essa variável, isto é, não há diferença de comportamento entre os países latinos e os demais países pesquisados com relação às porcentagens de apoio a um governo militar, um líder forte ou um regime democrático no modelo. Tendo em vista esse resultado, optou-se pela utilização da regressão linear robusta que é menos sensível aos *outliers*, porém não permite que as variáveis dependentes sejam do tipo *dummy*.

A tabela 4.1 apresenta os resultados da regressão linear robusta para o modelo *porcentagem de apoio a um governo militar*. Ao observar o valor do R-Quadrado, percebe-se que o modelo explica 70% da variação da variável dependente. Isso indica que, mesmo com o modelo podendo ser melhorado, as variáveis dependentes escolhidas são importantes para a compreensão da lógica que envolve o *percentual de apoio a um governo militar* que um país possui.

Tabela 3.1 – Resultado da Regressão Linear Robusta para *Porcentagem de Apoio a um Governo Militar* com destaque para o R-Quadrado da Regressão e para as variáveis independentes cujos Betas (β) estimados apresentam valores estatisticamente significantes.

| Modelo: Apoio a um regime militar | |
|---|------------------|
| R-Quadrado | 0,7041 |
| Variáveis Independentes | Beta (β) |
| Gini ¹ | 0,0048 * |
| IDH ² | -0,3231 * |
| Crescimento per capita do PIB ³ | -0,0028 |
| Média do Interesse em Política ⁴ | -0,0978 * |

* Resultado estatisticamente significativo a 0,01.

** Resultado estatisticamente significativo a 0,05.

Fonte: ¹ *World Income Inequality Database (WIID)*

² *Human Development Report 2006 - Pnud*

³ *World Economic Outlook Database (WEOD) - FMI*

⁴ *World Values Survey (WVS)*

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

No modelo, percebe-se que o *Gini*, o *IDH* e a *média do interesse em política* podem ser considerados estatisticamente significativos a 0,01. Analisando os parâmetros estimados (β) é possível verificar a correlação entre essas variáveis e a *porcentagem de apoio a um líder forte* de um determinado país. Para o índice de Gini, tem-se uma relação direta, isto é, quanto maior a desigualdade, maior é a porcentagem de apoio a um governo militar. Entretanto, o escopo dessa relação é bastante pequeno, visto que se houver um aumento do Gini em uma unidade (no caso, um ponto percentual) há um aumento de 0,005 pontos percentuais na *porcentagem de apoio a um governo militar*. Logo, apesar de haver significância estatística entre as variáveis, o Gini não explica de forma contundente a variação no percentual de apoio a um governo militar de um país.

As duas outras variáveis, contudo, exercem maior impacto sobre a variável dependente. Para um aumento de uma unidade no IDH, diminui-se 0,32 pontos percentuais a *porcentagem de apoio a um governo militar*, isto é, uma relação inversa da ordem de um-terço. Países em que a qualidade de vida da sua população é melhor tendem a possuir uma taxa de apoio a um governo militar menor. Os dados da regressão indicam que melhorias no IDH possuem um reflexo significativo na rejeição de um governo militar. O que equivale dizer que melhorias no desenvolvimento aumentam o apoio difuso à democracia.

A variável *média de interesse em política* também apresentou uma relação inversamente proporcional à *porcentagem de apoio a um governo militar*, entretanto, seu efeito sobre a variável dependente é menos intenso que o efeito do IDH. Para cada aumento de uma unidade na média de interesse em política, tem-se uma correspondente diminuição de 0,1 ponto percentual no apoio a um governo militar. Em síntese, uma população mais interessada em política diminui o percentual de apoio a um governo militar em um determinado país em um décimo.

Tabela 3.2 – Resultado da Regressão Linear Robusta para variável *Porcentagem de Apoio a um Líder Forte* com destaque para o R-Quadrado da Regressão e para as variáveis independentes cujos Betas (β) estimados apresentam valores estatisticamente significantes.

| Modelo: Apoio a um líder forte | |
|---|------------------|
| R-Quadrado | 0,5468 |
| Variáveis Independentes | Beta (β) |
| Gini ¹ | 0,0053 * |
| IDH ² | -0,0537 |
| Crescimento <i>per capita</i> do PIB ³ | -0,0151 * |
| Média do Interesse em Política ⁴ | -0,1302 ** |

* Resultado estatisticamente significante a 0,01.

** Resultado estatisticamente significante a 0,05.

Fonte: ¹ *World Income Inequality Database (WIID)*

² *Human Development Report 2006 - Pnud*

³ *World Economic Outlook Database (WEOD) - FMI*

⁴ *World Values Survey (WVS)*

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A tabela 3.2 apresenta o resultado da regressão para o modelo *apoio a um líder forte*. O R-Quadrado da regressão informa que o modelo é capaz de explicar 54% da variação na variável dependente. Levando-se em consideração que os modelos agregados aqui apresentados compreendem um número muito pequeno de variáveis independentes devido a dificuldades de somar-se variáveis ao modelo, percebe-se que as variáveis escolhidas apesar de não serem suficientes para a completa compreensão do problema, não deveriam ser ignoradas na formulação de modelos mais inclusivos.

Assim como o modelo de *apoio a um governo militar*, o modelo *apoio a um líder forte* apresentou significância estatística para três das quatro variáveis independentes. Ressalta-se, contudo, que o conjunto dessas variáveis é diferente nos dois modelos. As variáveis *Gini* e

média de interesse em política foram consideradas estatisticamente significativas para os dois modelos. O *IDH* que apresentou um desempenho interessante para explicar a variação da *porcentagem de apoio a um governo militar*, não aparece com significância para o modelo referente ao apoio a um líder forte. Em contrapartida, o *crescimento per capita do PIB* – outra variável relacionada ao desenvolvimento econômico – demonstra significância estatística para a compreensão do modelo *porcentagem de apoio a um líder forte*.

O Gini se comporta no modelo de apoio a um líder forte do mesmo modo que se comportava para o modelo de apoio a um governo militar, ou seja, com a mesma direção da variável dependente. Aumentando-se o Gini, amplia-se a porcentagem de apoio a um líder forte, isto é, quanto maior a desigualdade de renda, maior o percentual de apoio a um líder forte. Nesse modelo o Gini também apresenta magnitudes tão pequenas quanto no modelo anterior. Para uma variação de uma unidade no Gini, segue-se uma variação de 0,005 pontos percentuais na porcentagem de apoio a um líder forte.

O *crescimento per capita do PIB* e a *média de interesse em política* são inversamente proporcionais ao apoio a um líder forte, ou seja, quanto maior a taxa de crescimento per capita do PIB e quanto maior a média de interesse em política da população de um país, menor é a porcentagem de seus cidadãos que declaram apoio a um líder forte. Entretanto, a magnitude do impacto dessas variáveis é pequena.

Para um aumento na taxa de crescimento per capita do PIB em uma unidade, há uma correspondente diminuição da porcentagem de apoio a um líder forte em 0,01 pontos percentuais. Valores como os apresentados para o *crescimento per capita do PIB* e para o *Gini* acabam por diminuir o poder explicativo dessas variáveis, pois seu impacto sobre o modelo aparece de forma diminuta.

Ainda com um reflexo pequeno sobre o modelo, porém com uma magnitude muito maior do que das demais variáveis analisadas, a *média de interesse em política* possui um impacto de um décimo sobre a variável dependente, a saber, para cada variação em uma unidade na média de interesse em política, tem-se uma variação negativa de 0,1 na porcentagem de apoio a uma líder forte. Esse valor coincide com o apresentado para a regressão referente ao modelo de apoio a um governo militar, o que demonstra que quanto

maior o interesse em política da população, menor tende a ser o apoio dessa população a formas autoritárias de governo.

A tabela 3.3 apresenta os dados referentes à regressão linear robusta para o modelo *porcentagem de apoio a um regime democrático*. Diferentemente das duas análises anteriores, nesta o R-Quadrado demonstra um baixo poder de explicação do modelo, cerca de 34% da variação na variável dependente pode ser explicado pelas variáveis independentes utilizadas. Além disso, apenas o Gini foi considerado estatisticamente significativo no modelo. Assim como nos dois outros modelos, a magnitude do impacto do Gini sobre a *porcentagem de apoio a um regime democrático* é bastante pequena. Cada alteração positiva de uma unidade no Gini corresponde a uma alteração negativa de 0,001 pontos percentuais na *porcentagem de apoio a um governo democrático*.

Tabela 3.3 – Resultado da Regressão Linear Robusta para *Porcentagem de Apoio a um Governo Democrático* com destaque para o R-Quadrado da Regressão e para as variáveis independentes cujos Betas (β) estimados apresentam valores estatisticamente significantes.

| Modelo: Apoio a um governo democrático | |
|---|------------------|
| R-Quadrado | 0,3489 |
| Variáveis Independentes | Beta (β) |
| Gini ¹ | -0,0018 * |
| IDH ² | -0,0578 |
| Crescimento per capita do PIB ³ | 0,0001 |
| Média do Interesse em Política ⁴ | 0,0170 |

* Resultado estatisticamente significativo a 0,01.

** Resultado estatisticamente significativo a 0,05.

Fonte: ¹ *World Income Inequality Database (WIID)*

² *Human Development Report 2006 - Pnud*

³ *World Economic Outlook Database (WEOD) - FMI*

⁴ *World Values Survey (WVS)*

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Entre as três regressões lineares robustas desenvolvidas para esta dissertação, a que analisou o modelo *porcentagem de apoio a um governo militar* foi a que apresentou maior R-Quadrado e cujo maior número de variáveis independentes apresentou-se como significância estatística e com maior magnitude de impacto sobre a variável independente. No extremo oposto encontra-se o modelo *porcentagem de apoio a um governo democrático*.

Um fator que pode servir como explicação para esses achados diz respeito à própria abstração da pergunta no questionário. Quando se fala de um regime militar é estabelecido para o entrevistado um grupo específico – e claramente definido – que iria ocupar o poder político de seu país. Entretanto, quando a afirmativa gira em torno do líder forte ou de um regime democrático é necessário maior abstração para se compreender do que realmente o entrevistador está falando. Essa diferença na nuance de compreensão da pergunta pode fazer com que a real opinião das pessoas sobre um líder forte ou sobre um regime democrático não seja correspondente às respostas do questionário.

Outro ponto relaciona-se à diferença entre apoiar uma democracia e rejeitar um regime autoritário. Conforme demonstrado nos dados, as variáveis independentes aqui elencadas parecem estar mais relacionadas à rejeição de regimes autoritários do que vinculadas ao apoio um regime democrático propriamente dito. Esses resultados apontam para que melhorias na qualidade de vida da população tendem a diminuir o apoio a formas não democráticas de governo, entretanto, isso não é sinônimo de que melhor qualidade de vida aumenta o apoio à democracia. Os fatores que estariam vinculados à ampliação do apoio à democracia podem estar menos vinculados ao desenvolvimento e desigualdade como parece estar o apoio/rejeição de governos autoritários.

Nesse sentido talvez fosse interessante desmembrar a idéia de apoio difuso à democracia em dois pontos distintos, o apoio a regimes democráticos e a rejeição a governos autoritários. Essa distinção pode ser demonstrada pela diferença na significância das variáveis dependentes quando relacionadas aos modelos *apoio a um governo militar* e *apoio a um líder forte* se comparados ao modelo *apoio a um regime democrático*.

Destaca-se, que o Gini demonstrou significância estatística em todos os modelos, contudo, seu efeito sobre as variáveis independentes tende à zero. Devido a esses resultados, percebe-se a necessidade de maiores estudo para esclarecer o papel da desigualdade de renda sobre o apoio difuso à democracia. O fato de o Gini apresentar significância estatística para os três modelos pode ser um indício de que ele esteja relacionado às duas nuances do apoio difuso à democracia (apoio à democracia e rejeição a regimes autoritários), enquanto

que fatores relacionados ao desenvolvimento econômico estejam mais vinculados à rejeição de regimes autoritários.

4. ANÁLISE EM NÍVEL INDIVIDUAL

A análise agregada apresentada no capítulo anterior possibilita verificar uma tendência geral relacionando as variáveis socioeconômicas indicativa de desenvolvimento e desigualdade e seus reflexos para o apoio difuso à democracia. Nessa análise, observou-se também que os países latino-americanos não parecem se comportar de forma distinta do restante dos casos estudados como apontado pela regressão linear.

Contudo, acredita-se ser interessante verificar de forma mais aprofundada os países latino-americanos, até por conta da instabilidade histórica recente de seus regimes democráticos. Para observar mais detalhadamente o comportamento de seus habitantes, optou-se por selecionar²⁵ Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai para análises individuais sobre o apoio difuso de seus cidadãos à democracia. A opção por uma análise em nível individual busca evitar o problema da falácia ecológica (King, 1997) ao utilizarmos dados agregados para fazer inferências em nível individual. Com o intuito de evitar incorrer em erros oriundos do problema da falácia ecológica e para compreender melhor a maneira como os cidadãos dos países latino-americanos lidam com o apoio difuso à democracia, elaborou-se uma regressão logística do tipo *probit* para cada uma das variáveis dependentes para os seis países supracitados e para o conjunto de seus cidadãos, denominado América Latina.

O problema da falácia ecológica foi inicialmente estabelecido como um problema de inferência estatística sobre comportamentos individuais por meio da utilização de dados agregados. Esse problema é mais comum quando não se possui dados individuais disponíveis e os pesquisadores acabam tendo que recorrer à utilização de dados agregados para realização de análises individuais.

Inicialmente, esse não parece ser o caso apresentado nessa dissertação, visto que, os dados agregados utilizados foram construídos a partir de dados individuais, o que, a princípio poderia dar a segurança de que não há como os dados agregados, nesse caso, serem distintos dos dados individuais. Entretanto, não existe garantia estatística de que, pelo simples fato de os dados de origem serem individuais a análise agregada não sofra problemas de inferência relacionados ao problema da falácia ecológica (Seligson, 2002). Como destaca Rennó (2001),

²⁵ Foram escolhidos todos os países latino-americanos pesquisados na última onda do WVS.

a utilização de dados agregados para inferência em nível individual amplia a margem para o surgimento de resultados espúrios.

Como destacado por King (1997) algumas vezes a realidade individual pode ser oposta ao encontrado com a utilização de dados agregados. Ressalta-se, desse modo, a importância de se manter um alto rigor estatístico para o tratamento de dados agregados quando se busca uma análise em nível individual. Nesse sentido, a análise em nível individual acaba por complementar o estudo desenvolvido em nível agregado.

Optou-se por realizar uma análise comparada entre as variáveis independentes utilizadas nos três modelos estudados. Tendo em vista que os três modelos analisados visam compreender nuances de um mesmo foco central, qual seja, o **apoio difuso à democracia** optou-se por fazer uma análise conjunta dos três modelos estudados, a saber: *apoio a um governo militar*, *apoio a um líder forte* e *apoio a um regime democrático*. Desse modo, a comparação entre variáveis possibilita verificar a existência de incongruências e destacar padrões válidos para os três modelos trabalhados. Primeiramente, entretanto, serão apresentadas as probabilidades médias de apoio a cada uma das formas de governo questionadas à população – para cada um dos três modelos –, pois não é possível apresentar essa informação separadamente para cada uma das variáveis explicativas, como será desenvolvido o restante do capítulo. Os dados²⁶ provenientes das regressões realizadas serão apresentados de forma resumida em tabelas e gráficos para facilitar a comparação entre os países latino-americanos estudados neste capítulo.

A probabilidade média de um indivíduo latino-americano declarar como positivo um governo liderado por militares é de 28,09%. Esse, número, entretanto, não deve ser compreendido como uma frequência, pois ele não mensura exclusivamente o número de indivíduos que responderam afirmativamente à questão. Em outras palavras, para um cidadão latino-americano médio a probabilidade de que ele tenha uma visão positiva de um governo militar é de 28,09%. Levando-se em consideração as recentes experiências autoritárias na região esse valor parece ser ainda bastante elevado.

²⁶ Para ter acesso aos *outputs* da regressão, basta solicitar à autora.

A variável dependente *apoio a um governo militar* pode ser considerada uma boa medida para apoio difuso à democracia, visto que consegue observar aqueles que afirmam apoiar (ou pelo menos ver de forma favorável) um tipo de regime político, nitidamente não-democrático. Ademais, dos seis países latino-americanos estudados nesta seção, quatro – Argentina, Brasil, Chile e Uruguai – viveram sob uma ditadura militar em sua história recente.

Tabela 4.1 – Probabilidade Média de Apoio a um Governo Militar por País

| País | probabilidade média de apoio |
|----------------|------------------------------|
| América Latina | 28,09% |
| Argentina | 11,27% |
| Brasil | 34,06% |
| Chile | 19,15% |
| Colômbia | 32,42% |
| México | 39,67% |
| Uruguai | 9,85% |

Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Tabela elaborada pela autora.

Quando se volta o olhar para cada um dos países estudados pode-se observar que a probabilidade média de apoio a um governo militar é bastante diversa. Entretanto, observando a tabela 4.1 é possível destacar dois grupos de países cujas probabilidades médias se assemelham. Argentina e Uruguai com probabilidades médias próximas, em torno de 10%, formam o grupo cuja rejeição a uma forma de governo militar aparece de maneira mais contundente. Uma explicação para que esses países tenham as mais altas probabilidades médias de rejeição a um governo militar seria o trauma, ainda recente, da forte repressão política existente durante os regimes ditatoriais vividos nos anos 1970 e 1980. Ressalta-se que, atualmente, nesses países há uma política de se processar judicialmente policiais e militares que, em nome da manutenção do regime autoritário, cometeram crimes como tortura e assassinato durante a atribuição de suas funções nos cargos que ocupavam. Destaca-se também a grande atuação de movimentos sociais locais pela busca de desaparecidos durante o regime militar. Nesse sentido, uma explicação para a alta taxa de rejeição a um governo militar pode estar relacionada à existência de processos contra membros do regime militar e

movimentos sociais pela busca de desaparecidos, pois essas estruturas ajudariam a manter acesa a lembrança da repressão vivida durante o regime militar.

Na outra extremidade, encontra-se Brasil, Colômbia e México, com uma probabilidade média de apoio a um governo militar em torno dos 35%. Colômbia e México não vivenciaram em sua história contemporânea regimes políticos militares. Logo, muito provavelmente, para os colombianos e mexicanos a realidade da vivência sobre um regime militar é menos tangível que para os demais cidadãos dos países estudados. Essa poderia ser uma explicação para esses países terem probabilidades médias de apoio a um regime militar tão elevadas.

O Brasil entra nesse grupo como um caso singular, pois possui a probabilidade média de apoio a um regime militar (34,06%) mais alta entre os países que já viveram sob um regime militar autoritário, semelhante a dos países estudados que sempre tiveram regimes civis. Uma explicação poderia estar no processo de transição para a democracia vivenciada pelo Brasil. Enquanto Argentina, Uruguai e Chile a transição foi marcada por uma inflexão entre os que ocupavam o poder e a oposição democrática, no Brasil essa transição é, com frequência, designada pela literatura como tendo sido pactuada entre situação e oposição (Linz e Stepan, 1999). Essa transição gradual entre os dois regimes e a Lei da Anistia – que anistiou tanto os presos políticos como os agentes repressores do Estado – poderiam contribuir para tornar a experiência do regime militar menos marcada na lembrança dos brasileiros. Essa poderia ser uma possível explicação para a elevada probabilidade de apoio a um regime militar dos brasileiros.

Ainda observando o viés de apoio ao autoritarismo, verifica-se que a probabilidade de *apoio a um líder forte* é bastante elevada entre os países estudados. Para a América Latina percebe-se que a probabilidade média de apoio a uma forma de autoritarismo civil é de 43,18%.

O caso brasileiro chama atenção pela ampla probabilidade de apoio que um líder forte recebe, superior a 65% e pelo menos sete pontos percentuais acima do México, segundo país com maior probabilidade de *apoio a um líder forte*. De modo geral, percebe-se que as probabilidades médias de *apoio a um líder forte* dos países estudados é muito superior às probabilidades médias de *apoio a um governo militar*.

Tabela 4.2 – Probabilidade Média de Apoio a um Líder Forte por País

| País | probabilidade média de apoio |
|----------------|---------------------------------|
| América Latina | 43,18% |
| Argentina | 40,05% |
| Brasil | 65,61% |
| Chile | 33,76% |
| Colômbia | 31,10% |
| México | 57,59% |
| Uruguai | 38,73% |

Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Tabela elaborada pela autora.

Nessa linha, os casos uruguaio e argentino também merecem uma análise à parte, pois suas probabilidades médias de *apoio a um líder forte* – 38,73% e 40,05% – parecem contradizer os valores apresentados anteriormente, quando o regime autoritário estava vinculado ao grupo específico dos militares (9,85% e 11,27%, respectivamente). Essa medida fica mais interessante quanto se observa que a probabilidade média de *apoio a um regime democrático* (vide tabela 4.3) da Argentina é a mais elevada entre os casos estudados, com 96%, do Uruguai é a terceira maior, com 91,65%.

A incongruência dos resultados para os três modelos poderia significar uma dificuldade de compreensão sobre o que um *líder forte* efetivamente significa. Por mais que a pergunta no questionário especifique que o referido *líder forte* não utilizaria meios democráticos tais como eleições e um Poder Legislativo para aprovar suas decisões no Executivo, o fato de a figura do líder forte não ser claramente estabelecida, como no caso dos militares, poderia não ficar claro para o entrevistado qual tipo de governo o questionário está efetivamente se referindo.

Um *líder forte* pode ser compreendido apenas como um líder corajoso e com garra para enfrentar as mudanças que o país precisa, o que poderia ser encarado como qualidades positivas. Ademais, a pergunta explica que o referido líder forte não precisaria “se preocupar com deputados e senadores e com eleições”, entretanto, não se sabe até que ponto os entrevistados associam esses expedientes aos tramites formais e convencionais de uma democracia. Essa questão acaba por demandar do entrevistado um nível de abstração e

sofisticação política que talvez acabe mascarando a real percepção das pessoas sobre um líder autoritário civil.

Outra explicação para compreender a diferença entre as respostas que se referem a um *líder forte* quando comparadas a um *governo militar* ou a um *regime democrático* pode residir justamente na expressão da pergunta “não se preocupar com deputados e senadores e com eleições”. A figura do chamado “salvador da pátria” comumente personificada em presidentes latino-americanos (O’Donnell, 1991) ou na aceitação de um líder populista com viés autoritário de esquerda (Seligson, 2007) ou de direita acabam por dar legitimidade para que chefes do executivo atuem de forma mais livre em seus empreendimentos políticos. A percepção popular que as instâncias de pesos e contrapesos (*check and balances*) da democracia na verdade “atrapalhariam” o plano presidencial de levar os países da região para o progresso econômico poderia ser uma segunda explicação para compreender as altas taxas de probabilidade média de *apoio a um líder forte*. Nesse sentido, o “líder forte” poderia estar relacionado a valores iliberais existentes nas democracias latino-americanas.

Tabela 4.3 – Probabilidade Média de Apoio a um Governo Democrático por País

| País | probabilidade média de apoio |
|----------------|------------------------------|
| América Latina | 89,69% |
| Argentina | 96,00% |
| Brasil | 91,30% |
| Chile | 93,31% |
| Colômbia | 87,47% |
| México | 87,63% |
| Uruguai | 91,63% |

Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Tabela elaborada pela autora.

Em contrapartida, a probabilidade média de *apoio a um regime democrático* é bastante elevada, em todos os casos ela é superior a 87%. As probabilidades mais baixas de apoio à democracia ficam entre Colômbia e México. A Colômbia não passou por uma experiência autoritária recente e o México, mesmo tendo vivido por mais de setenta anos sobre a ditadura do PRI, não vivenciou uma história de repressão aos direitos civis e políticos da população nos moldes experimentados pelos demais países latino-americanos (Ackroyd, 2006).

Apesar de interessante e de já trazerem algumas reflexões sobre a problemática do apoio difuso à democracia, a análise apenas das probabilidades médias de apoio a formas autoritárias e democráticas de governo não permite compreender a relação entre as variáveis dependentes e independentes no modelo. Para tanto, é apresentado a seguir uma tabela comparativa entre os estimadores de máxima verossimilhança (β) para cada uma das variáveis independentes são apresentados para cada um dos países estudados e para a América Latina²⁷.

Tabela 4.4 – Os estimadores de máxima verossimilhança (β) dos modelos de regressão logística.

| Variáveis | Modelo: Apoio a um Governo Militar | | | | | | |
|-------------------------------|------------------------------------|------------|-----------|----------|------------|-------------|------------|
| | América Latina ¹ | Argentina | Brasil | Chile | Colômbia | México | Uruguai |
| Gênero | -0,0599 *** | 0,0336 | -0,0319 | -0,062 | -0,0552 | -0,2389 * | -0,1792 |
| Idade | -0,00720 * | 0,00824 ** | -0,00397 | -0,00108 | -0,00856 * | -0,00517 ** | -0,00382 |
| Escolaridade | -0,0546 * | -0,0224 | -0,0624 * | -0,0331 | -0,0449 * | -0,1433 * | -0,1266 * |
| Emprego | -0,0237 | -0,1251 | -0,1009 | -0,1848 | -0,0825 | 0,0865 | 0,3099 *** |
| Interesse em política | 0,00967 | -0,0733 | 0,0127 | 0,0215 | 0,0683 ** | -0,0914 ** | -0,0384 |
| Fonte de informação | -0,0517 * | -0,0292 | -0,0969 * | 0,0282 | -0,0644 * | -0,0513 ** | 0,0151 |
| Participação em associação | 0,0288 * | 0,0303 | 0,00557 | 0,0113 | -0,00711 | 0,0295 ** | 0,0369 |
| Participação em ação política | 0,0464 * | 0,1737 ** | 0,0680 * | 0,0983 * | 0,0146 | -0,00741 | 0,1218 * |

¹ América Latina se refere ao conjunto dos entrevistados na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

* Resultado estatisticamente significativo a 0,01.

** Resultado estatisticamente significativo a 0,05.

*** Resultado estatisticamente significativo a 0,1.

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| Variáveis | Modelo: Apoio a um Líder Forte | | | | | | |
|-------------------------------|--------------------------------|------------|-------------|-----------|-------------|------------|------------|
| | América Latina ¹ | Argentina | Brasil | Chile | Colômbia | México | Uruguai |
| Gênero | -0,0342 | 0,0412 | -0,1196 *** | 0,0229 | -0,0414 | 0,0777 | -0,0647 |
| Idade | -0,00617 * | -0,00253 | -0,00723 * | 0,00138 | -0,00388 ** | -0,0120 * | -0,00119 |
| Escolaridade | -0,0966 * | -0,0807 ** | -0,1044 * | -0,023 | -0,0440 * | -0,0378 ** | -0,0742 * |
| Emprego | 0,1023 ** | -0,2613 | -0,0349 | 0,1051 | 0,0816 | 0,1672 | 0,1655 |
| Interesse em política | 0,0203 | 0,00223 | 0,0291 | -0,0814 | -0,00989 | -0,0143 | -0,0934 ** |
| Fonte de informação | 0,0449 * | 0,0302 | 0,0913 * | 0,0183 | 0,0047 | -0,00227 | -0,00623 |
| Participação em associação | 0,0469 * | 0,0259 | -0,00752 | 0,0377 ** | 0,011 | 0,0320 * | 0,0175 |
| Participação em ação política | 0,0303 * | 0,2358 * | 0,0643 * | 0,1154 * | 0,017 | 0,0404 | -0,0107 |

¹ América Latina se refere ao conjunto dos entrevistados na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

* Resultado estatisticamente significativo a 0,01.

** Resultado estatisticamente significativo a 0,05.

*** Resultado estatisticamente significativo a 0,1.

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| Variáveis | Modelo: Apoio a um Regime Democrático | | | | | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|-------------|------------|-----------|-------------|------------|-----------|
| | América Latina ¹ | Argentina | Brasil | Chile | Colômbia | México | Uruguai |
| Gênero | -0,0407 | -0,3038 *** | -0,0788 | -0,0981 | -0,014 | 0,0568 | 0,1023 |
| Idade | 0,00436 * | 0,00747 | 0,00776 ** | -0,00518 | 0,00636 * | -0,00171 | -0,00259 |
| Escolaridade | 0,0502 * | 0,1126 *** | 0,0740 ** | -0,0504 | 0,0803 * | 0,0801 * | 0,0567 |
| Emprego | -0,0774 | -0,0927 | 0,0266 | 0,155 | -0,1876 *** | 0,1135 | -0,1672 |
| Interesse em política | 0,1259 * | 0,3120 * | 0,1748 * | -0,0371 | 0,1144 * | 0,2957 * | -0,0316 |
| Fonte de informação | 0,0503 * | 0,0364 | 0,00674 | -0,0134 | 0,0420 ** | 0,0517 *** | 0,0982 ** |
| Participação em associação | -0,006 | -0,0499 | 0,013 | 0,0619 ** | -0,00714 | -0,0225 | -0,00882 |
| Participação em ação política | -0,0510 * | -0,0524 | -0,0489 | -0,1707 * | -0,0442 *** | -0,0312 | 0,0179 |

¹ América Latina se refere ao conjunto dos entrevistados na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai.

* Resultado estatisticamente significativo a 0,01.

** Resultado estatisticamente significativo a 0,05.

*** Resultado estatisticamente significativo a 0,1.

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

²⁷ Elaborou-se sete regressões distintas uma para cada um dos países estudados (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai) e outra juntando todos indivíduos desses países denominada América Latina.

Foram colocadas em destaque os betas cujo nível de significância estatística estão dentro de padrões amplamente aceitos pela academia. Ressalta-se que essa tabela será utilizada durante toda a análise desta seção²⁸. Por meio da análise de *máxima verossimilhança* é possível observar os coeficientes *beta* (β) calculados para os modelos. Diferentemente da regressão linear que a simples observação dos coeficientes permite uma interpretação bastante precisa da relação entre variáveis independentes e dependentes, a observação dos coeficientes (β) da regressão *probit* permitem apenas a verificação da direção da relação entre as variáveis que compõem o modelo.

Para verificar o impacto de cada uma das variáveis independentes sobre a variável a ser explicada a função *probit* elabora a probabilidade média de cada uma das variáveis existentes no modelo. Com base nessas médias é possível realizar testes estatísticos nos quais apenas uma variável independente tem seu valor alterado – conforme o padrão apresentado na amostra – enquanto as demais permanecem estáveis, adotando o valor médio calculado. Desse modo, torna-se possível mensurar o impacto individual de cada uma das variáveis independentes sobre a variável dependente analisada e compreender os reflexos dos coeficientes (β) estimados sobre o modelo.

Observando a direção das correlações encontradas, pode-se notar que, para o caso latino-americano, as variáveis *gênero*, *idade*, *escolaridade* e *fonte de informação* estão inversamente relacionadas ao *apoio a um regime militar*. Isso significa dizer que quanto mais velho, mais escolarizado e usuário de mais fontes de informação, menor é a probabilidade de um cidadão latino-americano apoiar um governo militar. Como *gênero* é uma variável *dummy*²⁹, a leitura é um pouco diferente. No modelo, o sinal negativo indica que os homens possuem maior probabilidade de rejeitar um governo militar que as mulheres.

Esse mesmo efeito pode ser observado no México – único país da amostra em que a correlação entre *gênero* e *apoio a um governo militar* é estatisticamente significativa – também com a mesma direção, entretanto com intensidades bastante distintas. Enquanto o *efeito dummy* da variável *gênero* para a América Latina é -6,94%, para o México é -20,75%. Esses

²⁸ Com o objetivo de não tornar a dissertação muito enfadonha, algumas vezes será omitida a referência a essa tabela quando estiver analisando os dados aqui apresentados.

²⁹ *Gênero* é uma variável binária em que homens foram codificados como 1 e mulheres como 0.

números indicam que, na América Latina ser homem diminui em 6,94% a probabilidade de se apoiar um governo militar; no México, essa probabilidade diminui em 20,75%. Essa grande diferença entre homens e mulheres, especialmente no México, chama atenção. Questiona-se se a explicação usual de que as donas-de-casa são, em média, mais autoritárias que os homens e mulheres que trabalham fora de casa seria suficiente para interpretar esses resultados.

A variável *gênero* pode ser considerada estatisticamente significativa em apenas mais dois casos; para o Brasil, quando se analisa o *apoio a um líder forte* e, para a Argentina, quando se verifica o *apoio a um regime democrático*. No caso brasileiro, ser homem diminui a probabilidade de apoio a um líder forte em 6,51%. Ao passo que na Argentina, ser mulher aumenta a probabilidade de se apoiar o regime democrático em 2,76%. Essa mudança do efeito *dummy* do *gênero* na Argentina pode estar vinculado ao forte papel que as mulheres desempenham no país na luta pela busca de desaparecidos durante o regime militar argentino. Movimentos sociais como o das *madres y abuelas de la Plaza de Mayo* poderiam estar tornando as argentinas maiores apoiadoras do regime democrático, ou, pelo menos, mais atentas para as medidas repressivas que um regime autoritário pode desenvolver. Entretanto, ainda são necessários maiores estudos para explicar essa relação.

Observando novamente a tabela 4.4, é possível verificar que a variável *idade* quando relacionada ao *apoio ao governo militar* é estatisticamente significativa para América Latina, Argentina, Colômbia e México. Para América Latina, Colômbia e México a relação é inversa, ou seja, quanto mais velha a pessoa, menos favorável a um regime militar. Isso poderia ser explicado pela vivência política desses indivíduos que os tornariam mais resistentes a discursos populistas autoritários (Seligson, 2007).

Tabela 4.5 – Efeito médio, efeito marginal mínimo, efeito marginal máximo e coeficiente de máxima verossimilhança da variável *Idade* (em anos) sobre os modelos de apoio a um governo militar, apoio a um líder forte e apoio a um governo democrático – Apenas para os casos com significância estatística

| Pais | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-----------------------|----------|-------------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------|
| América Latina | Apoio governo militar | Idade | 40,66917547 | 28,09% | -0,35% | -0,14% | -1,05% |
| Argentina | Apoio governo militar | Idade | 42,55444148 | 11,27% | 0,60% | 0,28% | 1,02% |
| Colômbia | Apoio governo militar | Idade | 36,95899471 | 32,42% | -0,35% | -0,15% | -1,03% |
| México | Apoio governo militar | Idade | 39,69038462 | 39,67% | -0,20% | -0,08% | -0,51% |

Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Tabela elaborada pela autora.

| Pais | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-------------------|----------|-------------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------|
| América Latina | Apoio líder forte | Idade | 40,66917547 | 43,18% | -0,23% | -0,09% | -0,69% |
| Brasil | Apoio líder forte | Idade | 39,98370248 | 65,61% | -0,16% | -0,06% | -0,45% |
| Colômbia | Apoio líder forte | Idade | 36,95899471 | 31,10% | -0,16% | -0,08% | -0,42% |
| México | Apoio líder forte | Idade | 39,69038462 | 57,59% | -0,32% | -0,12% | -1,10% |

Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Tabela elaborada pela autora.

| Pais | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|--------------------------|----------|-------------------------|---------------------------------|-----------------|---------------------------|---------------------------|
| América Latina | Apoio regime democrático | Idade | 40,66917547 | 89,69% | 0,04% | 0,02% | 0,06% |
| Brasil | Apoio regime democrático | Idade | 39,98370248 | 91,30% | 0,05% | 0,03% | 0,06% |
| Colômbia | Apoio regime democrático | Idade | 36,95899471 | 87,47% | 0,06% | 0,03% | 0,08% |

Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Tabela elaborada pela autora.

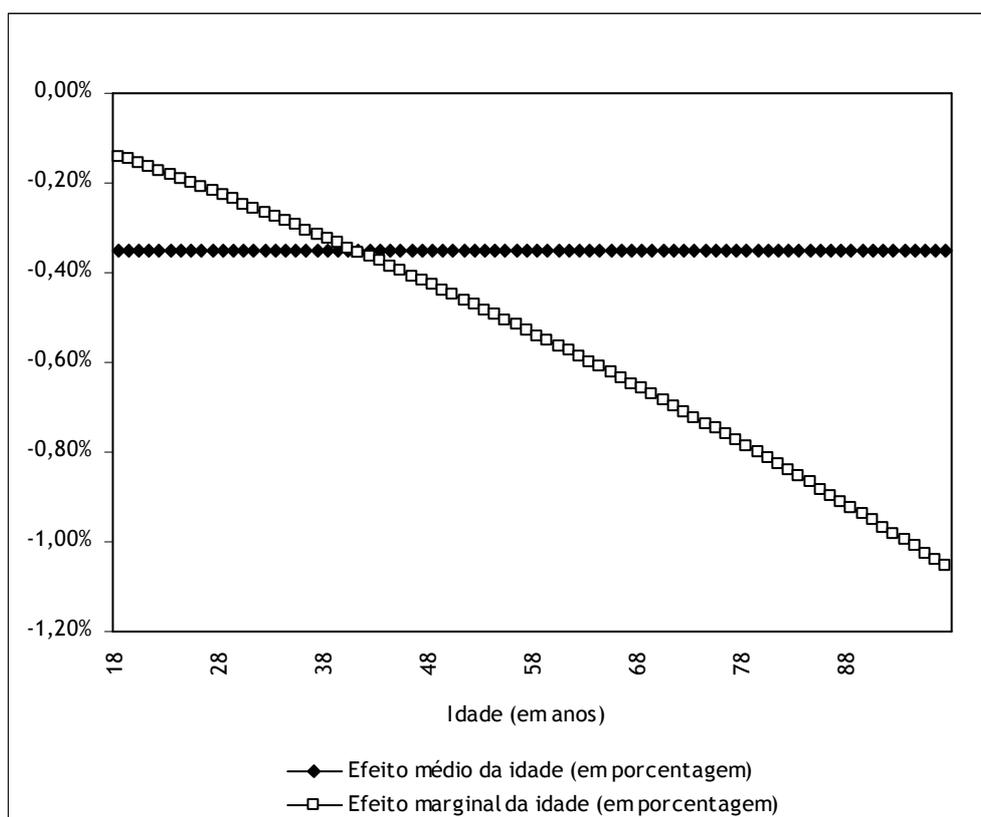
Nessa mesma linha, é possível verificar que para América Latina, Brasil, Colômbia e México a *idade* também exerce um papel de decrescer a probabilidade de *apoio a um líder forte*. A mesma lógica de que os mais velhos tendem a apoiar mais regimes democráticos é mantida por América Latina, Brasil e Colômbia quando se observa o modelo *apoio a um regime democrático*. Para esses países a idade apresenta correlação estatística com o apoio difuso à democracia, visto que, quanto mais velho o indivíduo, mais ele tende a apoiar difusamente a democracia. Contudo, cabe ressaltar que para o caso argentino a variável *idade* exerce influência sobre o *apoio a um governo militar* de forma direta, ou seja, quanto mais velho, maior é a probabilidade de se apoiar um governo militar.

Variando infinitesimalmente a *idade* e mantendo as demais variáveis estáveis na média, é possível observar os efeitos médio e marginal da variável. A tabela 4.5 apresenta os efeitos que a variável *idade* exerce sobre o apoio difuso à democracia. Nela pode-se observar que o efeito médio da *idade* sobre a probabilidade de *apoio a um governo militar* é bastante pequeno – ficando entre -0,35% e 0,6%. Destaca-se que o efeito marginal da *idade* é crescente em todos os modelos, ou seja, aumentando-se infinitesimalmente a *idade*, maior será seu efeito sobre a variável dependente.

Nos gráficos a seguir, a reta constante indica o efeito médio da *idade* sobre a probabilidade de apoio ao modelo em estudo como, por exemplo, *apoio a um governo militar*, a curva descendente – ou ascendente, conforme o caso – indica o efeito marginal da *idade* sobre essa mesma probabilidade. Por fim, o sinal – negativo ou positivo – no eixo das coordenadas indica a direção da relação entre as variáveis – inversa ou direta, conforme o caso.

Analisando o gráfico 4.1, é possível observar o efeito marginal crescente da *idade* sobre a probabilidade de *apoio a um governo militar*, isto é, quanto mais velho o indivíduo, mas a *idade* exerce influência sobre a variável estudada. Ressalta-se que se optou por apresentar apenas o gráfico referente à América Latina, pois os casos colombiano e mexicano são bastante semelhantes alterando apenas a intensidade, visto que, para a Colômbia os efeitos médio, marginal mínimo e marginal máximo são muito próximos à América Latina e para o México o efeito da *idade* sobre o apoio a um governo militar é menos intenso em todos os pontos da curva. Para um cidadão latino-americano mediano a *idade* exerce um efeito de -0,35% sobre a probabilidade de se apoiar um governo militar. Para as pessoas mais idosas o efeito da idade sobre a probabilidade chega à -1,05%, ou seja, diminui a probabilidade de apoio a um governo militar em 1,05%.

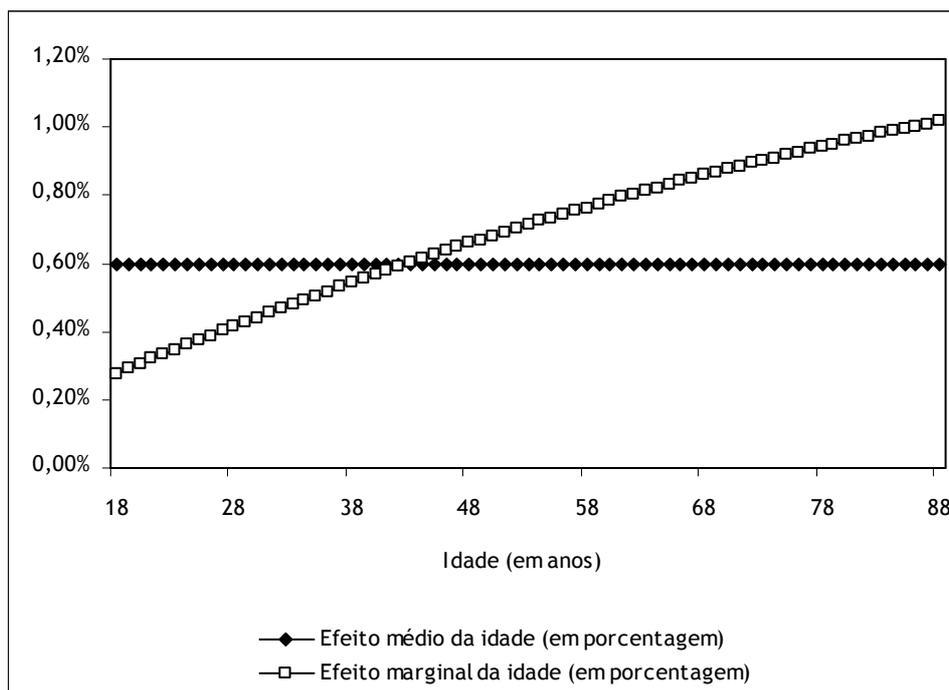
Gráfico 4.1 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Idade* (em anos) sobre a probabilidade de Apoio a um Governo Militar para o Caso Latino Americano.



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

O caso argentino merece destaque (vide gráfico 4.2), pois a direção que os dados apontam vai de encontro aos conceitos teóricos desenvolvidos pela literatura e aos dados provenientes das demais análises elaboradas. Uma possível explicação poderia se referir ao momento econômico vivenciado pelo país e o conseqüente desalento com a democracia que alguns argentinos mais velhos poderiam sentir, ao vislumbrar um cenário econômico desfavorável. Cabe ressaltar, contudo, que na Argentina a probabilidade de apoio aos militares no governo é bastante baixa, logo, o efeito da *idade* acaba sendo reduzido.

Gráfico 4.2 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Idade* (em anos) sobre a probabilidade de Apoio a um Governo Militar para o Caso Argentino.



Fonte: World Values Survey (WVS). Gráfico elaborado pela autora.

De todos os países estudados a *idade* aparece de forma consistente e estatisticamente significativa nos três modelos para os casos da América Latina e da Colômbia, nos demais países a idade aparece em alguns modelos e em outros não. Isso significa que, para as três formas de mensuração do apoio difuso à democracia estudados na dissertação; quanto mais velho, maior é a propensão de colombianos e latino-americanos apoiarem formas de governo democráticas. Além disso, para todos os casos, os dados mostram que quanto mais velho se fica, maior tende a ser o efeito da *idade* sobre o apoio difuso à democracia.

Observando os coeficientes de máxima verossimilhança (β) estimados para a variável *escolaridade* é possível verificar que entre as variáveis independentes, esta é uma das que mais apresenta casos estatisticamente significativos para os modelos estudados. Além disso, destaca-se que para todos os casos a escolaridade aparece como um indicador de aumento da probabilidade de apoio difuso à democracia nos três modelos sob análise. O Chile chama atenção pela ausência, pois para nenhum dos modelos estudados a escolaridade aparece como tendo significância estatística para a aplicação do modelo no país. Uma explicação para tal fato ainda continua em aberto.

Ressalta-se que essa variável faz um contraponto com os modelos desenvolvidos na análise de dados agregados, visto que um dos componentes da criação do IDH é a escolaridade da população. Além disso, a *escolaridade* também pode ter sua medida correlacionada aqui, de uma maneira mais livre, com a desigualdade, visto que os efeitos marginais da variável podem demonstrar como as desigualdades educacionais podem exercer influência sobre o apoio difuso à democracia.

Tabela 4.6 – Efeito médio, efeito marginal mínimo, efeito marginal máximo e coeficiente de máxima verossimilhança da variável *Escolaridade* sobre os modelos de apoio a um governo militar, apoio a um líder forte e apoio a um governo democrático – Apenas para os casos com significância estatística

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-----------------------|--------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio governo militar | Escolaridade | -0,054562276 | 28,09% | -0,26% | -0,06% | -0,60% |
| Brasil | Apoio governo militar | Escolaridade | -0,062405724 | 34,06% | -0,21% | -0,06% | -0,65% |
| Colômbia | Apoio governo militar | Escolaridade | -0,044921092 | 32,42% | -0,24% | -0,04% | -0,43% |
| México | Apoio governo militar | Escolaridade | -0,143340592 | 39,67% | -0,58% | -0,10% | -1,58% |
| Uruguai | Apoio governo militar | Escolaridade | -0,126613399 | 9,85% | -0,73% | -0,19% | -2,28% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-------------------|--------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio líder forte | Escolaridade | -0,096628107 | 43,18% | -0,35% | -0,07% | -0,91% |
| Argentina | Apoio líder forte | Escolaridade | -0,080746045 | 40,05% | -0,28% | -0,07% | -0,79% |
| Brasil | Apoio líder forte | Escolaridade | -0,104416410 | 65,61% | -0,18% | -0,05% | -0,72% |
| Colômbia | Apoio líder forte | Escolaridade | -0,043998969 | 31,10% | -0,25% | -0,04% | -0,43% |
| México | Apoio líder forte | Escolaridade | -0,037841225 | 57,59% | -0,11% | -0,02% | -0,23% |
| Uruguai | Apoio líder forte | Escolaridade | -0,074171562 | 38,73% | -0,24% | -0,06% | -0,74% |

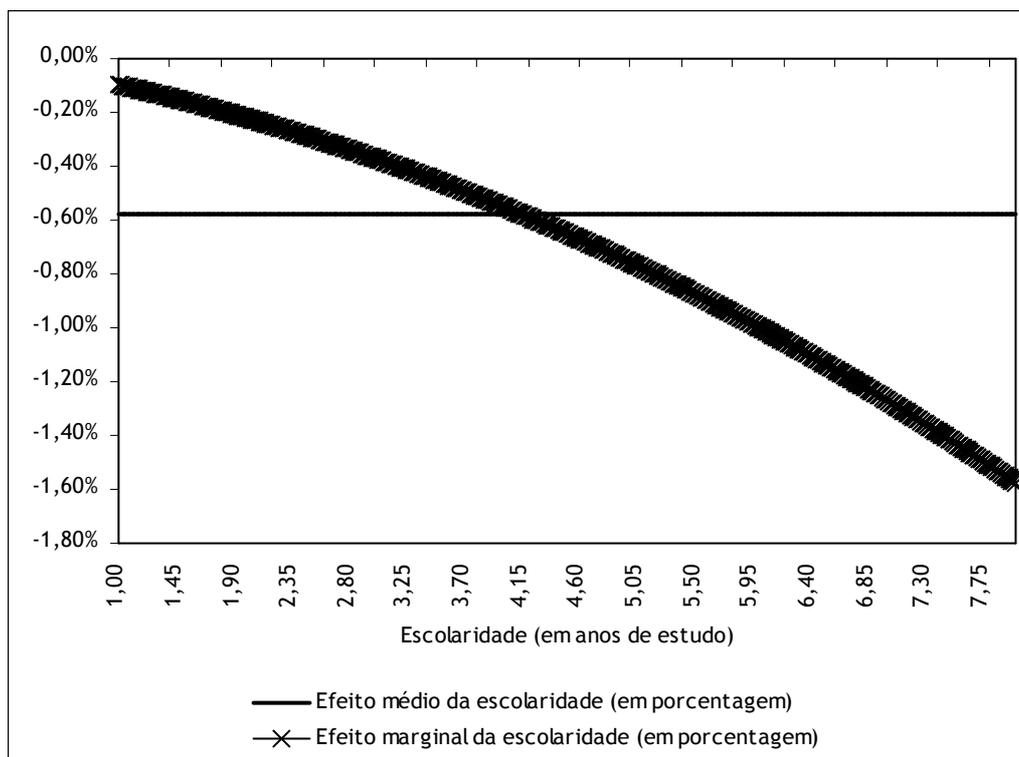
Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|--------------------------|--------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio regime democrático | Escolaridade | 0,050245536 | 89,69% | 0,04% | 0,01% | 0,06% |
| Argentina | Apoio regime democrático | Escolaridade | 0,112617695 | 96,00% | 0,04% | 0,02% | 0,03% |
| Brasil | Apoio regime democrático | Escolaridade | 0,074009757 | 91,30% | 0,04% | 0,02% | 0,06% |
| Colômbia | Apoio regime democrático | Escolaridade | 0,080260969 | 87,47% | 0,09% | 0,03% | 0,10% |
| México | Apoio regime democrático | Escolaridade | 0,080079617 | 87,63% | 0,08% | 0,03% | 0,09% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

Em todos os casos apresentados pela tabela 4.6 é possível verificar que a escolaridade possui um efeito marginal crescente, ou seja, quanto mais escolarizado o indivíduo, mais a *escolaridade* influencia positivamente o apoio difuso à democracia. Para não tornar a análise demasiadamente enfadonha, ao invés de apresentar todos os gráficos do efeito médio e marginal da escolaridade sobre o modelo, foram escolhidos três casos como exemplos, visto que a trajetória dos efeitos marginais para os demais modelos e países estudados podem ser deduzidos dos gráficos 4.3, 4.4 e 4.5.

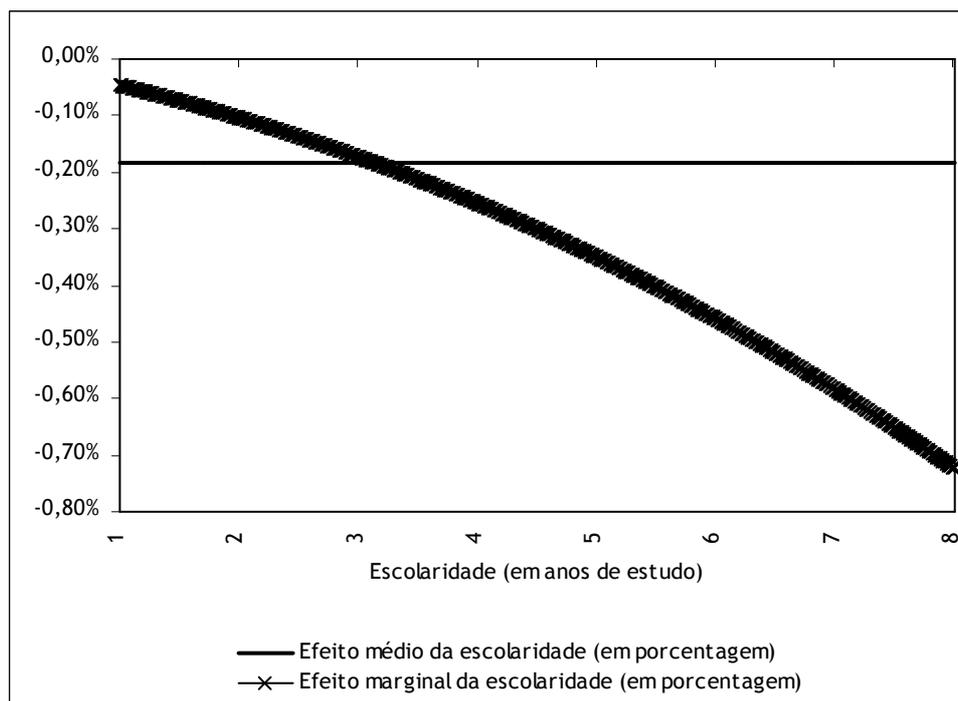
Gráfico 4.3 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Escolaridade* sobre a probabilidade de *Apoio a um Governo Militar* para o Caso Mexicano



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

Observando o caso mexicano é possível verificar que o efeito médio da *escolaridade* sobre a probabilidade de *apoio a um governo militar* é de -0,58%. Entretanto, variando infinitesimalmente a *escolaridade* e mantendo as demais variáveis do modelo estáveis na média é possível verificar o efeito marginal que a escolaridade pode desempenhar. Para os mexicanos que afirmaram possuir o menor grau de escolaridade apresentado na pesquisa, essa variável diminui a probabilidade de *apoio a um governo militar* em 0,1%. Entretanto, quanto mais educação formal se possui, mais ela favorece a rejeição dessa forma autoritária de governo, chegando, em seu efeito marginal máximo, diminuir a probabilidade de *apoio a um governo militar* em 1,58%.

Gráfico 4.4 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Escolaridade* sobre a probabilidade de *Apoio a um Líder Forte* para o Caso Brasileiro

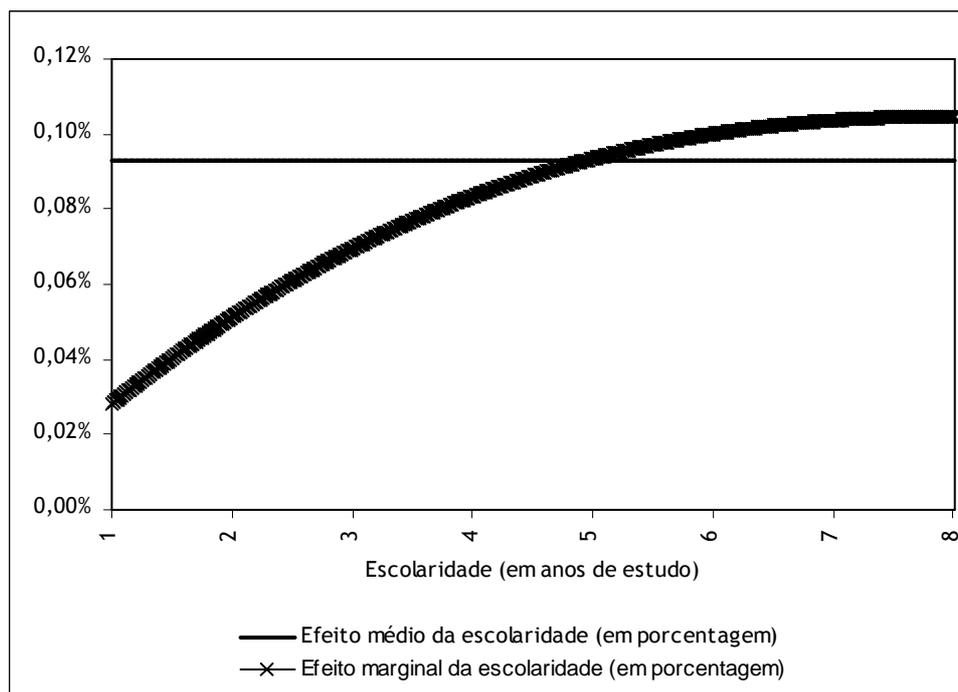


Fonte: World Values Survey (WVS). Gráfico elaborado pela autora.

Assim como no gráfico que ilustra o caso mexicano, o gráfico 4.4 apresenta uma curva descendente. No caso do Brasil, a curva varia entre -0,05% e -0,72%. Essa curva demonstra que quanto mais escolarizado o indivíduo mais a escolaridade exerce influência negativa sobre a probabilidade de *apoio a um líder forte*.

Os casos mexicano e brasileiro foram escolhidos por serem os que apresentaram maior probabilidade média de apoio a formas de governo autoritárias – no México a probabilidade média de *apoio a um governo militar* é de quase 40% e no Brasil a probabilidade média de *apoio a um líder forte* é de mais de 65%. Em casos desse tipo a educação acaba por ter um papel mais importante, pois aumentando a escolaridade da população como um todo se diminuiria a probabilidade de apoio a essas formas autoritárias de governo.

Gráfico 4.5 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Escolaridade* sobre a probabilidade de *Apoio a um Regime Democrático* para o Caso Colombiano



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico acima apresenta uma curva ascendente o que demonstra, conforme os padrões ilustrados anteriormente, que a escolaridade possui um efeito positivo e progressivo sobre o apoio difuso à democracia. Ressalta-se, contudo, que o efeito médio e marginal da *escolaridade* é maior quando se trata dos casos autoritários do que quando se trata do caso democrático. Como é possível observar nos gráficos e tabelas acima, a *escolaridade* exerce um efeito negativo sobre o apoio a formas autoritárias de governo superior ao efeito positivo que essa variável produz sobre o *apoio a um regime democrático*. Isso significa que a *escolaridade* desempenha um papel mais proeminente em tornar as pessoas menos autoritárias do que em torná-las, por assim dizer, democráticas.

Não se pretende, de modo algum, descaracterizar a escolaridade como uma variável importante na compreensão do apoio difuso à democracia. Entretanto, acredita-se ser interessante ressaltar a diferença de magnitude no efeito da *escolaridade* sobre a probabilidade de apoio a um regime democrático e de rejeição a um regime autoritário. Destaca-se que, novamente, os dois componentes do apoio difuso à democracia trabalhados na dissertação – apoio à democracia e rejeição ao autoritarismo – se comportam com intensidades distintas. A

variável *escolaridade* possui maior impacto sobre o aumento da rejeição a formas autoritárias de governo do que sobre o aumento do apoio a um regime democrático. Esse pode ser mais um indício de que essas duas facetas do apoio difuso à democracia podem receber influências distintas do meio.

Como não havia na base de dados originária dessa pesquisa a variável *renda*³⁰, com o objetivo de observar as condições econômicas da população optou-se para utilização da variável *emprego*. A variável só é estatisticamente significativa para três casos, a saber: Uruguai (apoio a um governo militar), América Latina (apoio a um líder forte) e Colômbia (apoio a um regime democrático). Entretanto, o efeito *dummy* apresentando na regressão é ilustrativo do papel que a conjuntura econômica pode desenvolver para a formação de apoio difuso à democracia.

Para o caso uruguaio, percebeu-se que estar desempregado aumenta a probabilidade de *apoio a um regime militar* em 67,20%. Essa probabilidade elevada demonstra o papel que uma condição social como o desemprego pode exercer sobre o apoio difuso à democracia. Na mesma linha, observado a América Latina para o modelo *apoio a um líder forte* verifica-se que a situação de desempregado favorece a aceitação de formas autoritárias de governo. Para o caso latino-americano estar desempregado aumenta a probabilidade de *apoio a um líder forte* em 9,45%.

Corroborando os dados apresentados nos dois casos supracitados os colombianos desempregados diminuem a probabilidade de apoio a um regime democrático em 4,79% (efeito *dummy* igual a -4,79%). Assim como no caso da escolaridade, o desemprego parece exercer mais influência sobre as formas autoritárias de governo do que sobre a democracia. Estar desempregado aumenta a probabilidade de apoio a um governo autoritário de forma maior do que estar desempregado diminui o apoio a um regime democrático. Isso pode ser um indicativo – assim como o decréscimo *per capita* do PIB e IDH para a análise agregada – de que condições econômicas desfavoráveis tendem a exercer uma influência proporcionalmente maior na aceitação de regimes autoritários do que na rejeição do regime democrático. Essa estrutura poderia ser um indício de que melhorias na qualidade de vida da população não

³⁰ O WVS não apresenta uma variável renda nos moldes usualmente encontrados em *surveys*. A variável *renda* disponível no WVS refere-se a uma percepção pessoal da renda da sua família frente ao que se compreende como sendo a renda geral das pessoas de seu país.

assegurariam um aumento no apoio a um sistema democrático, porém, minimizaria o apoio a sistemas autoritários de governo, intensificando a idéia de que o apoio difuso à democracia pode ser estudado tanto em seu aspecto de rejeição a governos autoritários quanto no aspecto de apoio à democracia.

Analisando os coeficiente de máxima verossimilhança (β) referentes ao *interesse por política* verifica-se que essa variável se torna estatisticamente significativa com mais frequência quando se trata do modelo *apoio a um regime democrático* do que nos modelos que verificam o apoio a formas autoritárias de governo.

Tabela 4.7 – Efeito médio, efeito marginal mínimo, efeito marginal máximo e coeficiente de máxima verossimilhança da variável *Interesse em política* sobre os modelos de apoio a um governo militar, apoio a um líder forte e apoio a um governo democrático – Apenas para os casos com significância estatística

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------|-----------------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| Colômbia | Apoio governo militar | Interesse em política | 0,068281628 | 32,42% | 0,14% | 0,08% | 0,27% |
| México | Apoio governo militar | Interesse em política | -0,091430874 | 39,67% | -0,19% | -0,08% | -0,40% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|---------|-------------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| Uruguai | Apoio líder forte | Interesse em política | -0,093390064 | 38,73% | -0,19% | -0,09% | -0,42% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

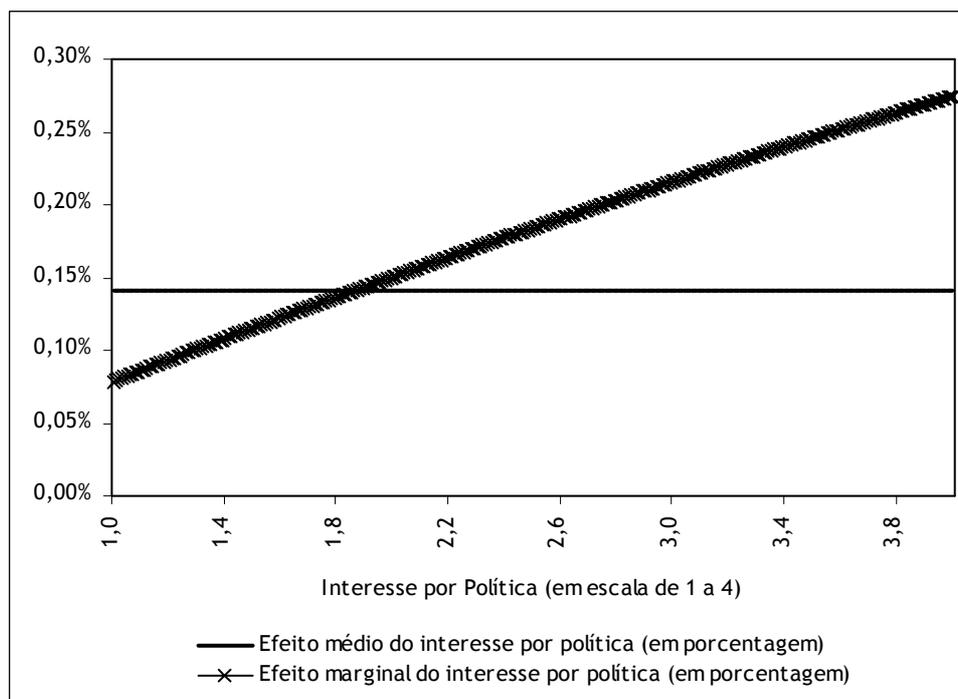
| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio regime democrático | Interesse em política | 0,125943496 | 89,69% | 0,05% | 0,03% | 0,07% |
| Argentina | Apoio regime democrático | Interesse em política | 0,311965535 | 96,00% | 0,05% | 0,04% | 0,03% |
| Brasil | Apoio regime democrático | Interesse em política | 0,174773672 | 91,30% | 0,07% | 0,04% | 0,08% |
| Colômbia | Apoio regime democrático | Interesse em política | 0,114365280 | 87,47% | 0,05% | 0,03% | 0,08% |
| México | Apoio regime democrático | Interesse em política | 0,295743114 | 87,63% | 0,14% | 0,10% | 0,11% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

Para todos os países, nos três modelos estudados, é possível perceber que o *interesse em política* aumenta a probabilidade de apoio difuso à democracia. A única exceção é para a Colômbia, quando se trata de apoio a um regime militar, em que o aumento do *interesse por política* aumenta a probabilidade de apoio a um regime militar. Uma explicação para essa peculiaridade pode residir no problema do conflito armado colombiano. A Colômbia convive a mais de quarenta anos com a existência de grupos armados que buscam influenciar ou tomar o poder político – pelo menos em seu discurso de origem – com ações violentas, tais como, seqüestro de pessoas, incluindo políticos e autoridades, extorsão e ataques à população civil. Além disso, são comuns escândalos envolvendo políticos colombianos proeminentes e grupos

armados de extrema esquerda ou direita. Nesse cenário de insegurança, não é totalmente incoerente encontrar uma correlação positiva entre *interesse por política* e *apoio a um governo militar*.

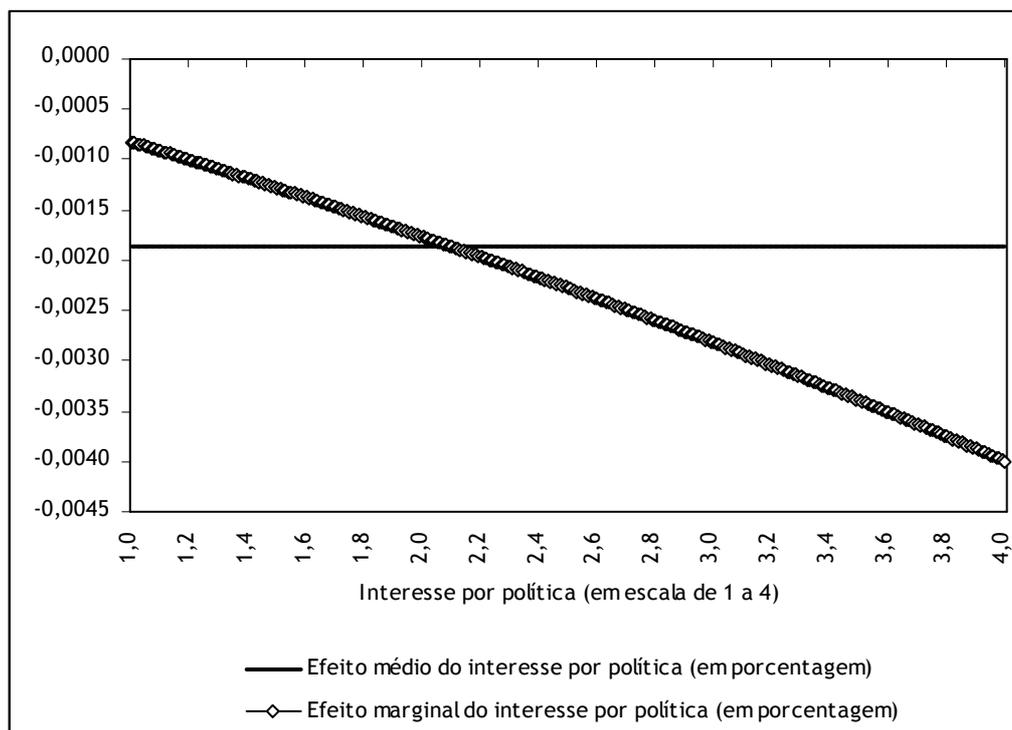
Gráfico 4.6 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Interesse por política* sobre a probabilidade de *Apoio a um Regime Militar* para o Caso Colombiano



Fonte: World Values Survey (WVS). Gráfico elaborado pela autora.

Observando o gráfico 4.6 é possível verificar o impacto crescente que a variável *interesse por política* exerce sobre a probabilidade de *apoio a um regime militar* na Colômbia. Quanto maior o *interesse por política* declarado pelo entrevistado, maior é a probabilidade desse colombiano declarar *apoio a um governo militar*. Ressalta-se, contudo, que esse não é o padrão encontrado na América Latina. Após desenvolver uma possível explicação para esclarecer o caso colombiano, o estudo volta-se para a análise do caso geral, os gráficos 4.7 e 4.8 demonstram o padrão do impacto da variável *interesse por política* no apoio difuso à democracia.

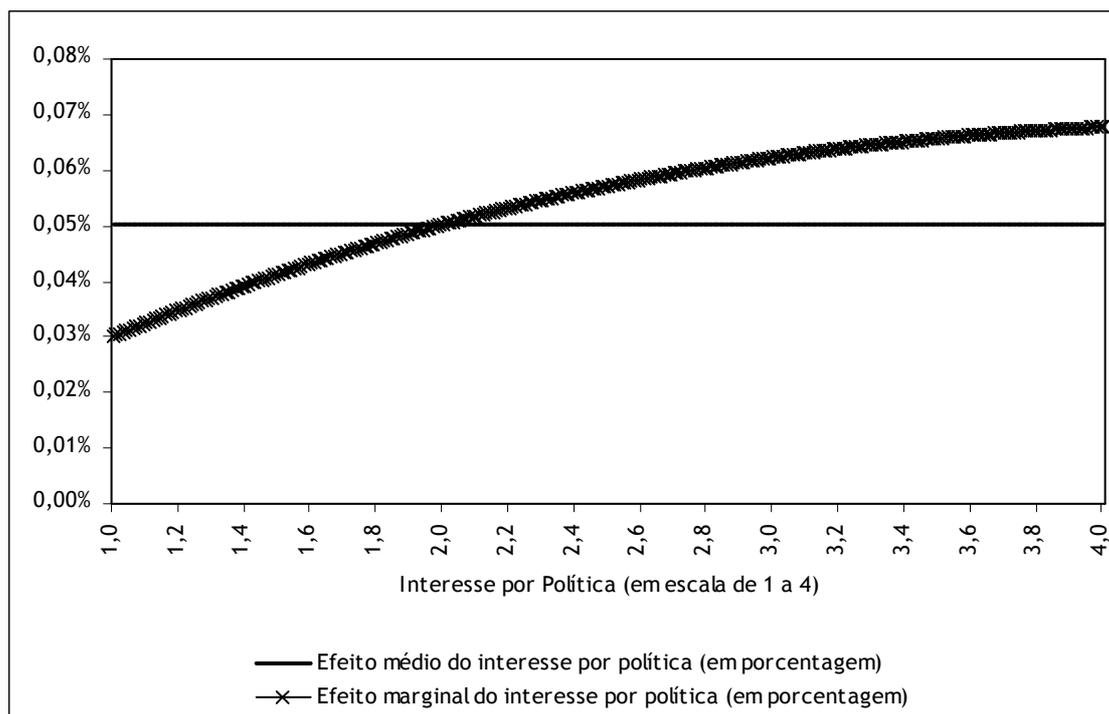
Gráfico 4.7 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Interesse por política* sobre a probabilidade de *Apoio a um Governo Militar* para o Caso Mexicano



Fonte: World Values Survey (WVS). Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico 4.7 demonstra o efeito decrescente e progressivo que a variável *interesse por política* exerce sobre formas de governo autoritárias. Quanto mais as pessoas declaram interesse por política, menor é a probabilidade de elas apoiarem um governo autoritário. No exemplo ilustrado no gráfico 4.7, percebe-se que os mexicanos que declararam possuir muito interesse em política diminuem em 0,4% a probabilidade de apoiar um governo militar.

Gráfico 4.8 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Interesse por política* sobre a probabilidade de *Apoio a um Regime Democrático* para o Caso Latino-Americano



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

Ao observar o gráfico 4.8, tem-se uma amostra da maneira com a variável *interesse por política* afeta a probabilidade de apoio difuso à democracia. O resultado da regressão permite afirmar que o interesse por política aumenta a probabilidade média de apoio difuso à democracia. Porém, conforme pode ser observado no gráfico, o efeito marginal é bastante pequeno. O fato de a pessoa demonstrar mais interesse em política aumenta de forma muito leve a probabilidade de apoio difuso à democracia.

Esse pode ser um indicativo de que apesar do *interesse por política* estar relacionado ao apoio difuso à democracia, há uma diferença pequena entre aqueles que declaram maior ou menor interesse quanto ao apoio difuso. Contudo, é importante ressaltar que uma distinção entre as duas nuances do apoio difuso à democracia. A variável *interesse por política* apresenta significância estatística para um maior número de países quando relacionada ao *apoio a um regime democrático*. Esse pode ser um indicativo de que aqueles que se interessam por política maior apreço pela democracia do que propriamente maior rejeição ao autoritarismo.

A próxima variável que compreende os modelos estudados é *fontes de informação*. Essa variável apresenta resultados congruentes para os modelos *apoio a um governo militar* e *apoio a um regime democrático*, porém que apresentam uma direção incompatível com os coeficientes de máxima verossimilhança (β) calculados para o modelo *apoio a um líder forte*.

Tabela 4.8 – Efeito médio, efeito marginal mínimo, efeito marginal máximo e coeficiente de máxima verossimilhança da variável *Fontes de Informação* sobre os modelos de apoio a um governo militar, apoio a um líder forte e apoio a um governo democrático – Apenas para os casos com significância estatística

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-----------------------|---------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio governo militar | Fonte de informação | -0,051656055 | 28,09% | -0,27% | -0,06% | -0,55% |
| Brasil | Apoio governo militar | Fonte de informação | -0,096888123 | 34,06% | -0,50% | -0,08% | -1,01% |
| Colômbia | Apoio governo militar | Fonte de informação | -0,064372946 | 32,42% | -0,29% | -0,06% | -0,67% |
| México | Apoio governo militar | Fonte de informação | -0,051322721 | 39,67% | -0,23% | -0,04% | -0,45% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-------------------|---------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio líder forte | Fonte de informação | 0,044886084 | 43,18% | 0,18% | 0,05% | 0,29% |
| Brasil | Apoio líder forte | Fonte de informação | 0,091308912 | 65,61% | 0,24% | 0,07% | 0,30% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|--------------------------|---------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio regime democrático | Fonte de informação | 0,050346029 | 89,69% | 0,04% | 0,01% | 0,06% |
| Colômbia | Apoio regime democrático | Fonte de informação | 0,042032699 | 87,47% | 0,04% | 0,01% | 0,06% |
| México | Apoio regime democrático | Fonte de informação | 0,051709346 | 87,63% | 0,05% | 0,02% | 0,07% |
| Uruguai | Apoio regime democrático | Fonte de informação | 0,098226884 | 91,63% | 0,06% | 0,02% | 0,07% |

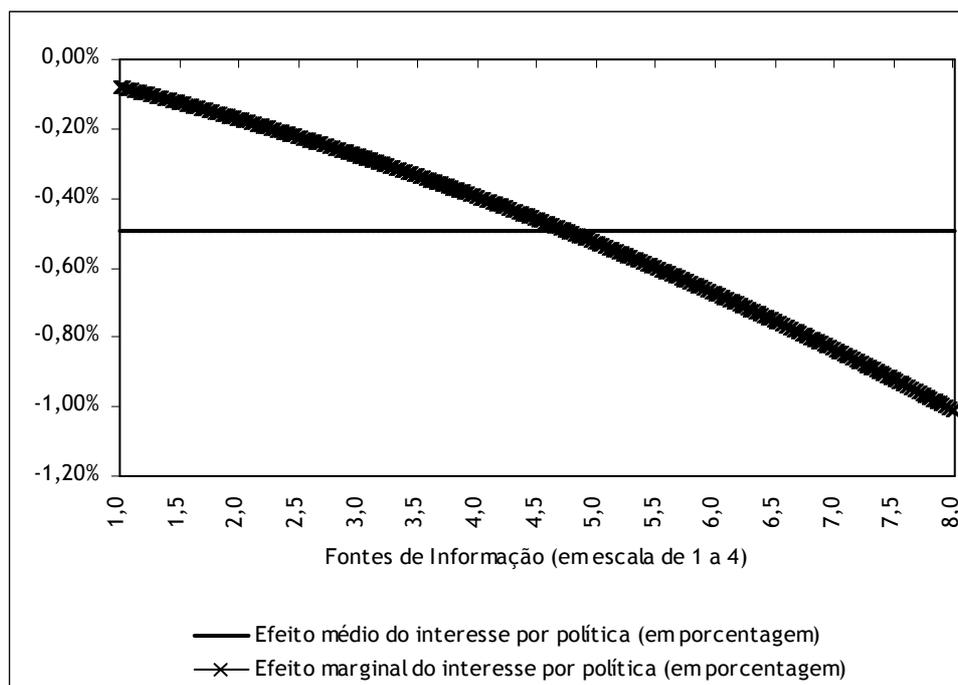
Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

Ao analisar a tabela 4.8 é possível verificar que quanto mais fontes de informação as pessoas dispõem menor é a probabilidade de apoiar um regime militar. Nessa mesma direção, observa-se que maior é a probabilidade de um indivíduo apoiar um regime democrático quanto maior for o número de fontes de informação frequentemente utilizadas por ele. Contrariando esses resultados, quanto mais fontes de informação utilizadas, maior é a probabilidade de *apoio a um líder forte*, isso pode ser observado por meio dos coeficientes de máxima verossimilhança (β) positivos da variável *interesse por política* no modelo de apoio a um líder forte.

Novamente, tem-se a variável *apoio a um líder forte* como um ponto de inflexão, onde a interação das variáveis independentes apresenta resultados incongruentes se comparados aos resultados provenientes do modelo *apoio a um governo militar* e *apoio a um líder forte*. Esse pode ser mais um indicativo de que existe uma dificuldade de compreensão, por parte dos

entrevistados, do que efetivamente significa um *líder forte*. A incompatibilidade dos resultados poderia demonstrar que, para o entrevistado, um líder forte significaria um chefe do Executivo capaz de implementar mudanças ou a dificuldade de compreensão do que seria um líder executivo que não necessite do legislativo ou de eleições.

Gráfico 4.9 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Fontes de Informação* sobre a probabilidade de *Apoio a um Regime Militar* para o Caso Brasileiro



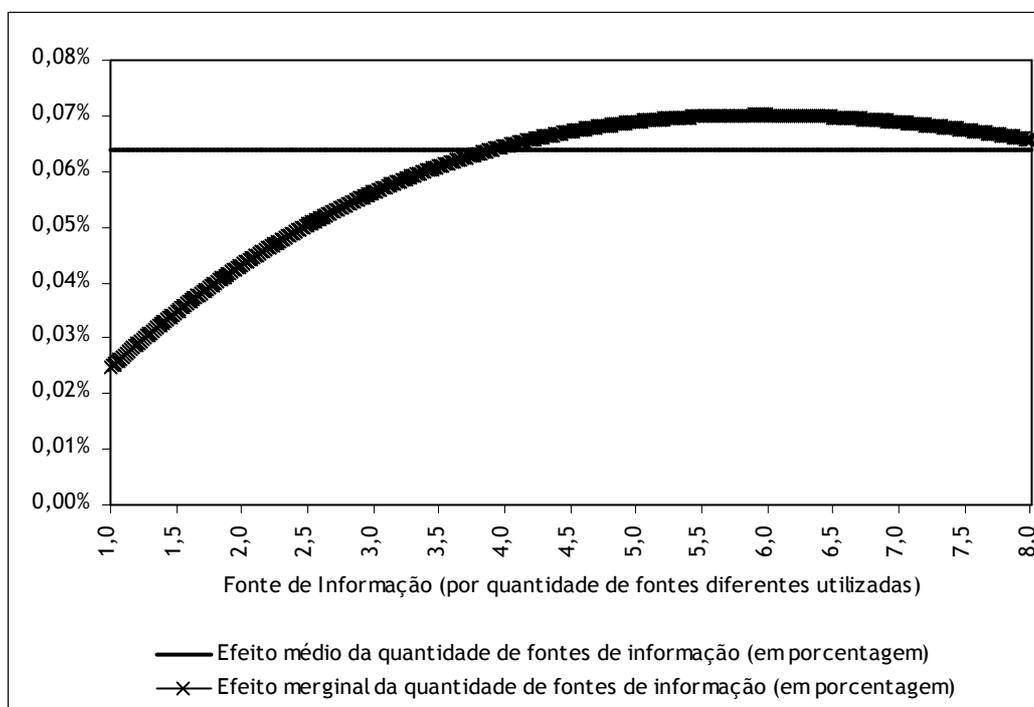
Fonte: World Values Survey (WVS). Gráfico elaborado pela autora.

Observando os gráficos 4.9 e 4.10, é possível verificar que o efeito marginal da variável *fontes de informação* é crescente, ou seja, quanto mais fontes de informação são utilizadas pelos indivíduos, maior é o efeito dessa variável sobre o modelo. Em outras palavras, quanto mais fontes de informação se utiliza, maior é a probabilidade de apoio difuso à democracia. Entretanto, esse efeito marginal é maior quando se analisa a *rejeição a um governo militar* do que quando se verifica o *apoio a um regime democrático*.

No caso brasileiro (gráfico 4.9), observa-se que aqueles que utilizam todas as fontes de informação questionadas pelo WVS têm sua probabilidade de apoio a um regime militar diminuída em 1,01%. O gráfico também demonstra que o efeito marginal da variável *fontes de*

informação é crescente, ou seja, quanto maior a variedade de fontes de informação utilizadas pelo indivíduo, menor a probabilidade apoio a um regime militar.

Gráfico 4.10 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Fontes de Informação* sobre a probabilidade de *Apoio a um Regime Democrático* para o Caso Uruguaio



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

Esses resultados apontam para uma relação positiva entre fontes de informação e aumento da probabilidade de apoio difuso à democracia. Observando o gráfico 4.10 é possível verificar que a maior utilização de fontes de informação aumenta a probabilidade de apoio a um governo democrático, entretanto, o efeito marginal é pequeno se comparado com o caso anterior.

Os resultados oriundos da regressão aplicada aos modelos para as variáveis analisadas até agora foram condizentes, em larga medida, com o proposto pela literatura. Entretanto, para as variáveis *participa de associação* e *participa de ação política* os resultados foram contra-intuitivos. Essas duas variáveis são comumente associadas a pesquisas sobre capital social e democracia. No trabalho de Putnam (1996) sobre a democracia italiana, o autor estabelece correlação entre o capital social pré-existente na sociedade e a consolidação de estruturas democráticas no plano político. O debate sobre o tema já levantou questionamentos

acerca da direção da relação apontada por Putnam, mostrando que ela tende a ser inversa (Rennó, 2001).

Apesar de esse não ser o tema central da dissertação, cabe ressaltar que os dados provenientes das análises desenvolvidas aqui não permitem fazer uma análise positiva entre participação em associações e em ações políticas e maior apoio difuso à democracia. Sabe-se, contudo, que a ampla literatura sobre capital social e democracia não trata diretamente do apoio difuso ao regime, mas sim que valores relacionados à confiança interpessoal e tolerância às diferenças – questões importantes para ampliar a participação – auxiliariam a vivência democrática. Nesse sentido, não é possível, com a pesquisa desenvolvida aqui, negar os trabalhos que fazem associação entre capital social e democracia, pois estão sendo avaliadas dimensões distintas.

Tabela 4.9 – Efeito médio, efeito marginal mínimo, efeito marginal máximo e coeficiente de máxima verossimilhança da variável *Participa de Associação* sobre os modelos de apoio a um governo militar, apoio a um líder forte e apoio a um governo democrático – Apenas para os casos com significância estatística

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-----------------------|----------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio governo militar | Participação em associação | 0,028773819 | 28,09% | 0,11% | 0,04% | 0,45% |
| México | Apoio governo militar | Participação em associação | 0,029471973 | 39,67% | 0,12% | 0,03% | 0,36% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-------------------|----------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio líder forte | Participação em associação | 0,046943302 | 43,18% | 0,13% | 0,05% | 0,41% |
| Chile | Apoio líder forte | Participação em associação | 0,037710872 | 33,76% | 0,14% | 0,04% | 0,46% |
| México | Apoio líder forte | Participação em associação | 0,032030406 | 57,59% | 0,09% | 0,02% | 0,25% |

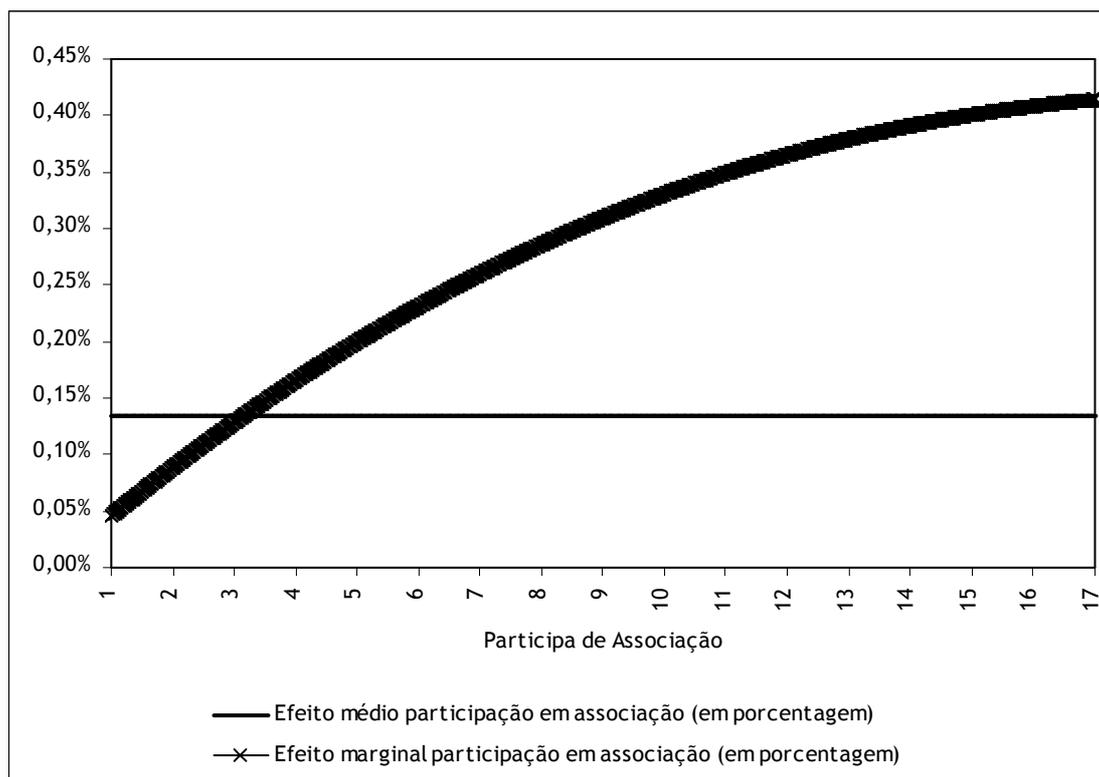
Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|-------|--------------------------|----------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| Chile | Apoio regime democrático | Participação em associação | 0,061862732 | 93,31% | 0,03% | 0,01% | 0,03% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

A tabela 4.9 apresenta os efeitos médio e marginais da variável *participa de associação*. Nela é possível verificar que, com exceção do Chile para o modelo *apoio a um regime democrático*, participar de associações aumenta a probabilidade de apoio a regimes autoritários. Observando os efeitos marginais (gráfico 4.11) mais a fundo, percebe-se que quanto mais se participa de associações, maior é a probabilidade de apoio a uma forma autoritária de governo, essa lógica apresentada para o caso latino-americano pode ser estendida para o restante dos casos.

Gráfico 4.11 – Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Participa de Associação* sobre a probabilidade de *Apoio a um Líder Forte* para o Caso Latino-Americano



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico 4.11 evidencia que a correlação entre participação de associações e apoio difuso à democracia é inversa e crescente, ou seja, quanto maior o número de associações que o entrevistado afirma participar efetivamente, menor é a probabilidade de apoio difuso à democracia, fator demonstrado nos três modelos desenvolvidos nesta dissertação – a saber: *apoio a um governo militar*, *apoio a um líder forte* e *apoio a um governo democrático*.

Ao analisar o Chile para o modelo *apoio a um regime democrático*, percebe-se que apesar de *participa de associação* aumentar a probabilidade de apoio à democracia, seus efeitos médio e marginal tendem a zero. Nesse sentido, esse resultado não invalida os demais achados que correlacionam diretamente a *participação em associações* com o apoio a formas autoritárias de governo.

Tabela 4.10 – Efeito médio, efeito marginal mínimo, efeito marginal máximo e coeficiente de máxima verossimilhança da variável *Participa em Ação Política* sobre os modelos de apoio a um governo militar, apoio a um líder forte e apoio a um governo democrático – Apenas para os casos com significância estatística

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-----------------------|-------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio governo militar | Participação em ação política | 0,046358632 | 28,09% | 0,29% | 0,06% | 0,37% |
| Argentina | Apoio governo militar | Participação em ação política | 0,173728746 | 11,27% | 1,51% | 0,40% | 1,75% |
| Brasil | Apoio governo militar | Participação em ação política | 0,067977118 | 34,06% | 0,32% | 0,08% | 0,45% |
| Chile | Apoio governo militar | Participação em ação política | 0,098334233 | 19,15% | 0,81% | 0,18% | 0,92% |
| Uruguai | Apoio governo militar | Participação em ação política | 0,121778397 | 9,85% | 1,17% | 0,27% | 1,37% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|-------------------|-------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio líder forte | Participação em ação política | 0,030342516 | 43,18% | 0,14% | 0,03% | 0,19% |
| Argentina | Apoio líder forte | Participação em ação política | 0,235794274 | 40,05% | 1,16% | 0,40% | 1,12% |
| Brasil | Apoio líder forte | Participação em ação política | 0,064346677 | 65,61% | 0,16% | 0,04% | 0,21% |
| Chile | Apoio líder forte | Participação em ação política | 0,115369926 | 33,76% | 0,72% | 0,17% | 0,79% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

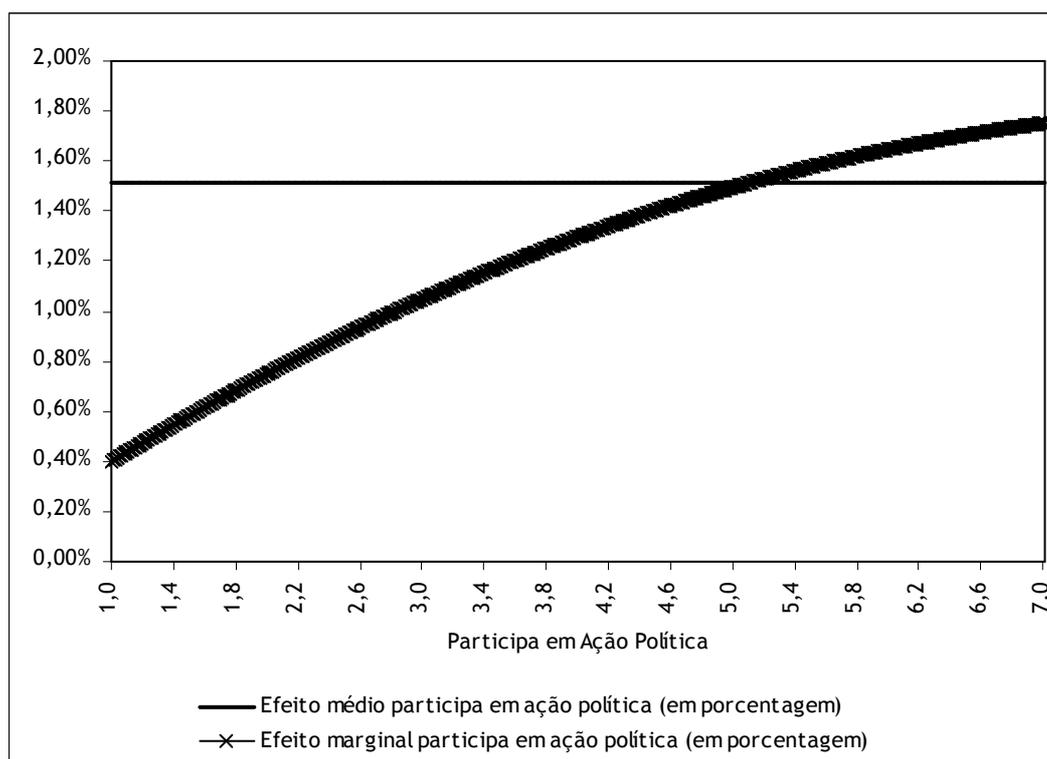
| País | Modelo | Variável | Beta estimado probit | Probabilidade média de apoio | Efeito médio | Efeito marginal mínimo | Efeito marginal máximo |
|----------------|--------------------------|-------------------------------|----------------------|------------------------------|--------------|------------------------|------------------------|
| América Latina | Apoio regime democrático | Participação em ação política | -0,050988983 | 89,69% | -0,05% | -0,01% | -0,08% |
| Chile | Apoio regime democrático | Participação em ação política | -0,170653435 | 93,31% | -0,14% | 0,00% | -0,23% |
| Colômbia | Apoio regime democrático | Participação em ação política | -0,044188919 | 87,47% | -0,06% | -0,01% | -0,08% |

Fonte: World Values Survey (WVS). Tabela elaborada pela autora.

Os dados de *participação de associações* são condizentes com os dados de *participação em ações políticas*, ou seja, maior índice de participação em ações política aumenta a probabilidade de aceitação de um regime autoritário. Ademais, a variável *participa de ação política* está correlacionada negativamente com o *apoio a um regime democrático*.

Observando os dados da tabela 4.10 verifica-se que para todos os países em que a variável *participa de ação política* possui significância estatística, elas está correlacionada negativamente com o apoio difuso à democracia. Destaca-se que, entre todas as variáveis independentes utilizadas nos modelos, apenas a variável *escolaridade* e *participa de ação política* foram significantes para a ampla maioria dos países estudados.

Gráfico 4.12 – Efeitos Efeito Médio e Efeito Marginal da variável *Participa em Ação Política* sobre a probabilidade de *Apoio a um Governo Militar* para o Caso Argentino



Fonte: *World Values Survey (WVS)*. Gráfico elaborado pela autora.

Ao analisar o gráfico 4.12 é possível verificar que a *participação em ação política* diminui a probabilidade de apoio difuso à democracia de forma crescente, ou seja, quanto mais formas de ação política o indivíduo afirma que já participou, maior é a probabilidade de que ele aceite formas autoritárias de governo. Ademais, destaca-se que entre as variáveis independentes analisadas esta é a que apresentou os maiores efeitos marginais. É possível observar que, para o caso argentino, aqueles que afirmam já terem participado das três formas de atuação política questionadas no *survey* aumenta em 1,75% a probabilidade de apoio a um governo militar.

É contra-intuitivo imaginar que aqueles que usufruem de direitos políticos básicos de uma democracia, tais como o direito de associação e o de expressar suas opiniões, por meio de greves, boicotes ou passeatas, tenham um pensamento mais autoritário que aqueles que afirmam não participar desse tipo de movimento. Esses achados, contudo, acabam por corroborar a pesquisa de Seligson (2007) sobre o esquerdismo autoritário na América Latina,

tendo em vista que, na região, a participação nesses tipos de movimentos sempre esteve mais vinculada ideologicamente à esquerda.

Em seu trabalho, Seligson (2007) verifica que na América Latina os indivíduos que se auto-posicionam na escala política mais à esquerda tendem a apoiar menos a democracia do que aqueles que se situam mais à direita no espectro político.

“For the region [América Latina] as a whole, the finding that citizens of the Americas who line up on the left are less likely to prefer democracy than those on the right suggest that the movement to the left adds up to a move away from democracy, while the measurements taken using the legitimacy scale suggest that the left questions the authority of the regime to govern.”
(Seligson, 2007: 88).

O viés autoritário da esquerda latino-americana apontado por Seligson (2007) pode ser uma explicação para o porquê das variáveis *participa de associação* e *participa de ação política* estarem associadas de forma negativa com o apoio difuso à democracia. Outra explicação poderia residir no fato de que, talvez, as pessoas que participem de ações políticas contestadoras e de resistência à ação do Estado poderiam estar acometidas pela desilusão com os supostos benefícios que a democracia deveria trazer descritos por Moisés (1995) e Moreno (2005).

Apesar de essas serem explicações possíveis, cabe a elaboração de novos estudos que possam elucidar se a relação negativa dessas variáveis com o apoio difuso à democracia é uma peculiaridade latino-americana ou se podem ser encontradas em outros países.

Destaca-se que de um modo geral, os países latino-americanos estudados tiveram resultados semelhantes entre si, salvo algumas exceções que foram exploradas no desenvolvimento das análises. Destaca-se, entretanto, que o Chile foi, dentre os casos estudados, o país que menos apresentou dados estatisticamente relevantes para o modelo. No caso chileno, apenas as variáveis *participa de associação* e *participa de ação política* possuíam significância estatística nos modelos analisados.

Destaca-se também que entre as variáveis estudadas a *escolaridade* foi a que apresentou significância estatística para o maior número de casos, o que corrobora com o

amplo debate na literatura sobre a importância de educação para o assentamento de valores democráticos e, conseqüentemente, do maior apoio difuso à democracia. Ressalta-se que variáveis como *escolaridade* e *emprego* foram mais explicativas dos fatores que ampliam a rejeição de regimes autoritários do que de fatores que aumentam o apoio à democracia.

Ressalta-se que houve uma diferença no padrão de respostas entre as variáveis dependentes com relação àquelas que buscam a verificação da rejeição/aceitação regimes autoritários e a que analisa o apoio a um regime democrático. Na maioria dos casos, as variáveis independentes tiveram mais influência sobre as variáveis que se voltam para a compreensão da aceitação de regimes autoritários do que sobre a variável *apoio a um governo democrático*. Essa distinção poderia ser um indício de que fatores como desenvolvimento e desigualdade estejam mais relacionados à rejeição/aceitação de regimes autoritários do que propriamente com o desapego com a democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação tem por objetivo central compreender e estudar a relação entre apoio difuso à democracia, desenvolvimento e desigualdade. A hipótese central é que existe correlação entre essas variáveis. Desenvolvimento estaria correlacionado positivamente com o apoio difuso à democracia enquanto a desigualdade estaria correlacionada negativamente com o apoio difuso à democracia.

Para tanto se elaborou duas análises, uma cuja unidade é o país-ano e outra cuja unidade é o indivíduo. Na primeira, foram pesquisados quarenta e cinco países diferentes, totalizando sessenta e seis observações. Na segunda, foram pesquisados os indivíduos de seis países latino-americanos distintos, a saber: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai. A fonte de dados foi toda secundária e a principal base de origem dos dados foi o WVS.

A opção por uma análise em dois níveis – agregado e individual – tem por objetivo evitar o problema da falácia ecológica, descrito por King (1997), caso fosse apenas utilizado dados agregados para fazer inferências em nível individual. Para o estudo em nível agregado elaborou-se uma análise de regressão linear para cada uma das variáveis dependentes – *apoio a um governo militar*, *apoio a um líder forte* e *apoio a um governo democrático*. Já no estudo em nível individual, desenvolveu-se uma regressão logística do tipo *probit* para cada uma das variáveis dependentes para os seis países supracitados e para o conjunto de seus cidadãos, denominado América Latina.

A observação dos resultados das regressões propostas aponta para a existência de correlação positiva entre apoio difuso à democracia, igualdade e desenvolvimento. Cabe destacar que foi observado diferença no efeito das variáveis independentes quando estas se referiam às variáveis relacionadas ao apoio a formas autoritárias de governo – *apoio a um governo militar* e *apoio a um líder forte*. De modo geral, o impacto das variáveis independentes sobre estas variáveis foi maior se comparado à variável *apoio a um regime democrático*, especialmente quando as explicativas se referiam a conceitos vinculados à desigualdade ou ao desenvolvimento.

Isso poderia ser um indício de que, se comparado ao apoio à democracia, a rejeição ou aceitação de regimes autoritários estaria mais ligada a percepções da qualidade de vida material à que as pessoas estão submetidas, ou seja, ao desenvolvimento e à desigualdade. Nesse sentido, o apoio à democracia não parece tão sensível a condições econômica e de desigualdade quando o apoio a governos autoritários. A fragilidade no desenvolvimento econômico e altas taxas de desigualdade aparentam exercer um efeito na aceitação de regimes autoritários maior do que na rejeição de regimes democráticos, esse padrão foi mantido tanto para a análise no nível individual, quanto no agregado.

Essa constatação poderia ser um indício de que o apoio difuso à democracia pode ser compreendido como possuindo dois aspectos diferentes, a saber: o apoio à democracia e a rejeição ao autoritarismo. Se essas duas faces estivessem totalmente vinculadas, seriam de se esperar que um aumento na aceitação de regimes autoritários correspondessem a uma diminuição equivalente no apoio à democracia. No entanto, o aumento do apoio a regimes autoritários, produz um efeito muito menor na rejeição à democracia. Destaca-se que essa observação merece ainda pesquisas mais aprofundadas para compreender melhor a lógica por trás dessa diferenciação.

Outro aspecto que deve ser destacado relaciona-se às variáveis dependentes se refere à compreensão do entrevistado sobre o significado de cada tipo de governo questionado. A incongruência de alguns dados referentes às variáveis dependentes poderia ser um indício de que há uma dificuldade de compreensão do que um *líder forte* efetivamente significa, pois algumas respostas referentes à variável *apoio a um líder forte* não são condizentes com o estabelecido pelas demais variáveis dependentes.

Uma possível explicação para esse fato está no grau de abstração necessário para compreender o que significa um *líder forte que não precise se preocupar com eleições, deputados e senadores*. Para muitos entrevistados um líder forte poderia estar relacionado a um político capaz de implementar mudanças ou alavancar o desenvolvimento. Esse conceito acabaria por desvincular a figura do referido *líder forte* da idéia de uma ditadura civil.

No caso da América Latina, outra possível explicação para o comportamento incoerente da variável *apoio a um líder forte* poderia residir na característica, apontada por O'Donnell (1991) de que os cidadãos desses países tendem a buscar no líder executivo algum tipo de salvador da pátria. Esse conceito poderia ser associado à idéia de *líder forte*.

Democracia também é um conceito bastante abstrato, pois não é possível visualizar ou personificar a idéia. Nesse sentido, uma das possíveis dificuldades da compreensão do significado do conceito de um *líder forte* reside na própria abstração da idéia de democracia, visto que, a pergunta, no questionário do WVS, deixa explícito que o referido "líder forte" não utilizaria expedientes democráticos, entretanto, nem todos os entrevistados perceberiam que "ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições"³¹ significaria um governo autoritário. No extremo oposto, o conceito que se mostra menos abstrato é o referente ao apoio a um governo militar, visto que o grupo a fazer parte do poder é citado nominalmente deixando claro quem ocuparia esse espaço e mostrando que não haveria participação popular.

Especificamente sobre a relação entre desigualdade, desenvolvimento e democracia a pesquisa se mostrou interessante, pois seus resultados contribuem para o debate sobre o tema. O primeiro ponto a se destacar refere-se à inexistência de significância estatística que apontasse para uma diferenciação do comportamento político dos países latino-americanos se comparados com os demais países da análise em nível agregado. Uma explicação para esse fator pode estar relacionada ao pequeno número de variáveis explicativas disponíveis para aplicação dos modelos. Nesse sentido pode-se afirmar que não foi possível identificar diferença entre os países latino-americanos e os demais no apoio difuso à democracia para as variáveis agregadas – Gini, IDH e crescimento per capita do PIB. Contudo, não se pode extrapolar essa conclusão para a afirmação de que não há especificidades inerentes aos países latino-americanos; para tanto, seriam necessárias pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

As variáveis indicativas de desenvolvimento econômico – IDH, crescimento per capita do PIB, educação e emprego – apresentaram resultados significativos que apontam para uma relação direta entre desenvolvimento e apoio difuso à democracia. Contudo, essa relação foi

³¹ Transcrição da pergunta do questionário do WVS.

mais significativa quando se trata de rejeição ao autoritarismo do que do apoio à democracia. Melhoras no desenvolvimento diminuem o apoio a regimes autoritários mais do que proporcionalmente aumentam o apoio à democracia.

Com relação à desigualdade, nas análises em nível agregado, o Índice de Gini mostrou-se com significância estatística nos três modelos. O índice de Gini apresenta uma relação inversa com o apoio difuso à democracia, demonstrando que a desigualdade possui um papel negativo no apoio ao regime. No nível individual não é possível estabelecer um valor de desigualdade para cada cidadão, contudo pode-se verificar o padrão de resposta dos que estão em situação de exclusão. Nesse sentido, ao analisar os efeitos marginais das variáveis *gênero*, *escolaridade*, *emprego* e *fontes de informação* nos valores aplicados aos grupos com menos acesso é possível captar o efeito da desigualdade sobre o apoio difuso à democracia. Nesse sentido, é possível afirmar que os dados apontam para a mesma conclusão resultante da análise em nível agregado.

Nos casos em que a variável *gênero* foi considerada estatisticamente significativa, ser homens aumenta a probabilidade de apoio difuso à democracia. Indicando que as mulheres têm maior probabilidade de apoiar a um governo autoritário que os homens. O que mostra, por sua vez, que o grupo em situação de maior exclusão apresenta uma menor probabilidade de apoio difuso à democracia.

Nessa mesma linha de que grupos excluídos tendem a apresentarem menor probabilidade de apoio difuso à democracia, foi observado que estar desempregado aumenta a probabilidade de apoio a formas autoritárias de governo e diminui a probabilidade de apoio a um regime democrático. Tanto no caso das mulheres quanto no caso dos desempregados, foi possível observar que os grupos menos privilegiados da sociedade tem menor probabilidade de apoio difuso à democracia.

Nas variáveis *educação* e *fontes de informação* também é possível verificar o papel da desigualdade no apoio difuso à democracia. Ambas as variáveis demonstram que quanto maior o nível de acesso do cidadão maior a probabilidade de apoio difuso à democracia, ou seja, quanto maior o nível educacional e maior o acesso a fontes variadas de informação maior é a

probabilidade de apoio difuso à democracia. Por essa nuance pode-se observar o papel da desigualdade no apoio difuso à democracia, pois os grupos menos favorecidos têm maior probabilidade de apoio a formas autoritárias de governo. Nesse sentido, um país que possua uma grande população de excluídos teria uma menor probabilidade de apoio à democracia se comparado com um país com pouco excluídos.

Outras variáveis independentes foram incluídas nos modelos – uma na análise agregada e três na análise individual – para verificar o impacto da atuação política sobre o modelo. Mesmo sabendo que esse não é o foco da dissertação achou-se prudente incorporar nos modelos variáveis dessa estirpe, pois a literatura sempre ressaltou seus reflexos sobre o apoio difuso à democracia. Entretanto, essas variáveis apresentaram resultados com direções opostas entre si e, duas delas, contrárias à literatura.

A variável *interesse por política* – utilizada tanto para análise agregada, quanto para análise individual – apresentou, como esperado pela teoria, direção positiva com relação ao apoio difuso à democracia. Em outras palavras, quanto maior o interesse por política declarado pelo entrevistado, maior o apoio difuso à democracia. Aqui também houve uma distinção entre o apoio à democracia e a rejeição ao autoritarismo. Um maior interesse por política aumenta a probabilidade de apoio à democracia mais que proporcionalmente aumenta a rejeição ao autoritarismo.

Contrariamente ao apontado pela teoria, na análise em nível individual – que englobou apenas países latino-americanos – as variáveis *participa de associação* e *participa de ação política* demonstraram possuir relação inversa com o apoio difuso à democracia. Quanto maior a participação em associações ou em ações políticas, menor a probabilidade de apoio difuso à democracia. Uma explicação sugerida para essa questão embasa-se no trabalho de Seligson (2007) sobre a esquerda autoritária na América Latina. Em seu estudo, Seligson (2007) constata que, na região, aqueles que se auto-posicionam mais à esquerda na escala política tendem a ter menos comprometimento com a democracia se comparados com aqueles que se definem como estando mais a direita.

Com o auxílio desse pensamento, uma possível explicação para a relação negativa entre esses dois tipos de participação e o apoio difuso à democracia refere-se ao esquerdismo autoritário mencionado por Seligson (2007). Como, na América Latina, a participação nesse tipo de movimento tem estado mais associado à esquerda do que à direita, pode-se sugerir que a relação contra-intuitiva e contra-teórica entre apoio difuso à democracia e participação em associações e participação política encontrada nas análises desenvolvidas na dissertação estejam vinculadas ao esquerdismo autoritário descrito por Seligson (2007).

Porém, esse resultado serve apenas como um primeiro passo para novas pesquisas sobre o tema. Algumas questões ficam em aberto, como por exemplo, se essa relação está mais associada à América Latina ou se pode ser encontrada em outras regiões do planeta. Outro ponto a ser respondido refere-se ao fato de que, se essa relação for encontrada apenas na América Latina, não se sabe se a explicação inferida aqui estaria correta ou haveria outras variáveis que não foram identificadas. Destaca-se também que esse resultado não está atrelado à hipótese central da dissertação, qual seja: a existência de correlação entre apoio difuso à democracia e desenvolvimento e desigualdade.

Outra variável independente utilizada na pesquisa em nível individual foi *idade*. A análise de regressão logística mostrou que a idade está diretamente relacionada com o apoio difuso à democracia. Quanto mais velho o cidadão latino-americano maior a probabilidade de apoio difuso à democracia. Uma possível explicação para esse achado pode estar correlacionada com o recente passado autoritário vivenciado por diversos países latino-americanos. A lembrança da vida sob a repressão de regimes autoritários tornaria a população mais velhas mais apegada aos valores democráticos.

Quanto à hipótese central trabalhada na dissertação, observou-se que as variáveis relacionadas ao desenvolvimento e à desigualdade se mostraram correlacionadas com o apoio difuso à democracia. Além disso, o efeito dessas variáveis é progressivo, tornando-se mais intenso quanto mais desenvolvimento e desigualdade houver. No caso do desenvolvimento, a relação com o apoio difuso à democracia é direta, ou seja, quanto maior o desenvolvimento, maior a probabilidade de apoio difuso à democracia. No caso da desigualdade, a relação se

mostrou inversa, isto é, quanto mais desigualdade, menor a probabilidade de apoio difuso à democracia. Esse padrão se torna bastante característico na América Latina.

Cabe ressaltar que esses achados foram mais proeminentes quando se tratou da rejeição ao autoritarismo. Nesse sentido, os resultados sugerem que o apoio à democracia propriamente pode estar mais vinculados a fatores alheios à dissertação que merecem ser mais bem investigados. O aumento no desenvolvimento e a diminuição das desigualdades aumentam a rejeição ao autoritarismo de forma mais acentuada do que aumentam o apoio à democracia. O apoio à democracia de mostrou mais estável e menos sujeito a flutuações oriundas do desenvolvimento e desigualdade se comparado com o apoio/rejeição ao autoritarismo. Isso poderia ser um indício de que melhorias na qualidade de vida da população não assegurariam um aumento no apoio a um sistema democrático, porém, minimizaria o apoio a sistemas autoritários de governo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKROYD, William. *Civil-Military Relations in Mexico: Elections, Civilian Decay and the Modern Mexican Military*. Prepared for delivery at the 2006 Meeting of the Latin American Studies Association, San Juan, Puerto Rico March 15 - 18, 2006.
- ALLISON, P. D. *Logistic regression using the SAS System: theory and application*. SAS Publishing, 1999.
- ALMOND, Gabriel e VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Thousand Oaks: Sage Publications, 1963.
- AUYERO, Javier. *La política de los pobres. Las prácticas clientelísticas del peronismo*. Manantial, Buenos Aires, 2001.
- AVRITZER, Leonardo. *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- BABBIE, Earl. *The Practice of Social Research*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1999.
- BAQUERO, Marcello. "Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo". *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.
- BARDHAN, P. "Symposium on Democracy and Development". *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, 1993.
- BENDIX, Reinhard. *Construção Nacional e Cidadania*. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- BERRY, A. *Poverty, Economic Reform, and Income Distribution in Latin America*. Boulder, CO: Lynne Reinner, 1998.
- BOLLEN, Kenneth A., JACKMAN, Robert W. "Political Democracy and Size Distribution of Income". *American Sociological Review*. Vol. 50, nº 4: 438-457, 1985.
- CARDOSO, E, HELWEGE, A. "Below the line: Poverty in Latin America". *World Dev.* 20(1):19–37, 1992.
- CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. *Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa da explicação do comportamento político não-democrático*. In: BAQUERO, Marcelo; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira & GONZÁLES, Rodrigo Stumpf. *A Construção da Democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre/Canoas: Ed. Universidade/UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998.
- CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo, Editora UNESP, 2004.
- COPPEDGE, Michael. "A Classification of Latin American Political Parties". In: *Working Paper #244*, Nov, 1997. Disponível em: <https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/244.pdf> . Acessado em 20 nov. 2007.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- DALLAL, Gerard E. *The Little Handbook of Statistical Practice*. Disponível em: <http://www.tufts.edu/~gdallal/LHSP.HTM>.

- DIAMOND, Larry; LINZ, Juan J.; LIPSET, Seymour Martin. *Democracy in Developing Countries: Latin America*. London, Adamantine Press Limited; Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1989.
- GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*. São Paulo: Makro Books, 2000.
- HOFFMAN, Kelly & CENTENO, Miguel Angel. "The Lopsided Continent: Inequality in Latin America". *Annual Review of Sociology*, 29, pp.363-390, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política das Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.
- INGLEHART, Ronald. "The Renaissance of Political Culture" In: *The American Political Science Review*, Vol. 82, No. 4. (Dec., 1988), pp. 1203-1230, 1988.
- KING, Gary. *A Solution to the Ecological Inference Problem – Reconstructing Individual Behavior from Aggregate Data*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- KING, Gary; KEOHANE, Robert O. & VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- LA PALOMBARA, Joseph G & WEINER. *Political Parties and Development*. Princeton, Princeton University Press, 1966.
- LA PALOMBARA, Joseph G. *Bureaucracy and Political Development*. Princeton, Princeton University Press, 1967.
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A Transição e Consolidação da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LOBATO, Anderson Orestes Cavalcante. "Política, constituição e justiça: os desafios para a consolidação das instituições democráticas". *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 17, 2001.
- MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; e PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. "Classificando Regimes Políticos na América Latina, 1945-1999". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 4: 645 a 687, 2001.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- MONCLAIRE, Stéphane. "Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados". *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 17, 2001.
- MORENO, Alejandro. *Nuestros Valores*. Ciudad del México: Grupo Financeiro Banamex, 2005.
- MULLER, Edward N. "Democracy, Economic Development and Income Inequality". *American Sociological Review*. Vol, 53, nº 1: 50-68, 1988.
- NELSON, Joan. "The Political Economy of Stabilization: Commitment, Capacity and Public Response". In: *World Development*. Vol. 12, nº10: 983-1006, 1984.
- NELSON, Joan. *Economic Crisis and Policy Choice: The Politics of Adjustment in the Third World*. Princeton, Princeton University Press, 1990.
- O'DONNELL, Guilherme. "Accountability horizontal e novas poliarquias", *Lua Nova*, nº 44, 1998.
- O'DONNELL, G, TOKMAN, V. *Poverty and Inequality in Latin America*. Notre Dame: Notre Dame Press, 1998.
- O'DONNELL, Guillermo. *Estado, Democratización y Ciudadanía*. Nueva Sociedad Nro. 128 Noviembre- Diciembre 1993, pp. 62-87
- O'DONNELL, Guillermo. *Democracia delegativa?* *Novos Estudos Cebrap*, 31: 25-40, 1991.

- PATEMAN, Carole. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.
- PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal S. "As Conseqüências Políticas e Econômicas das Crises entre Executivo e Legislativo". *Opin. Pública.*, Campinas, v. X, n. 1, 2004.
- PETERS, Guy. *Comparative Politics: Theory and Methods*. New York: New York University Press, 1998.
- PORTES, Alejandro & HOFFMAN, Kelly. "Latin American Class Structures: Their Composition and Change During de Neoliberal Era". *Latin American Research Review*, 38:1, pp. 41-82, 2003.
- POWER, Timothy J.; GONZALEZ, Júlio. "Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial". *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, n. 21, 2003.
- POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. "Desconfiança política na América Latina". *Opin. Pública.*, Campinas, v. 11, n. 1, 2005.
- POWERS, D. A. & XIE, Y. *Statistical Methods for Categorical Data Analysis*. Academic Press; 2nd Ed. 2000.
- PRZEWORSKI, Adam & LIMONGI, Fernando. "Political Regimes and Economic Growth". *Journal of Economic Perspectives*, v. 7, n. 3, 1993.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael E; CHEIBUB, José Antonio & LIMONGI, Fernando. *Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.
- PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio & LIMONGI, Fernando. "Democracia e cultura: uma visão não culturalista". *Lua Nova*. São Paulo, n. 58, 2003.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- REIS, Fabio Wanderley & O'DONNELL, Guillermo. *A Democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RENNÓ, Lúcio R. *Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina*. *Opinião Pública*. Campinas, Vol. VII, nº1, 2001, pp 33-59.
- RUESCHEMEYER, D.; STEPHENS, E. & STEPHENS, J. *Capitalist Development and Democracy*. Cambridge, Polty Press, 1992.
- SCHWEINITZ Junior, Karl. *Industrialization and Democracy: Economic necessities and political possibilities*. London, Free Press, 1964.
- SELIGSON, M. *The Rise of Populism and the Left in Latin America*. *Journal of Democracy*. Volume 18, Number 3, July 2007.
- SELIGSON, Mitchell. "The Renaissance of Political Culture or the Renaissance of the Ecological Fallacy," *Comparative Politics*, Vol. 34, April, 2002, pp. 273-292, 2002.
- SEN, Amartya. *Development as Freedom*. New York: Anchor Books, 2000.
- SINGER, Judith e WILLET, John. *Applied Longitudinal Data Analysis: Modeling Change and Event Occurrence*. Oxford, Oxford University Press, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. "Brazil's Persistent Income Inequality: lessons from history". *Latin American Politics & Society*, 46:2, pp. 133-150, 2004.

TILLY, Charles. Durable Inequality. Berkeley, University of California Press, 1999.

WOOLDRIDGE, J. M. Introductory Econometrics: A Modern Approach. 2nd Ed. 2002.